



TERRITORIALIDADES EM TRÂNSITO

Cartografando memórias e experiências

Aryanne de Oliveira Araújo

Fernanda Shelda de Andrade Melo

Letícia Araújo Resende Guimarães Pereira

Pabline Cota Felix

ORGANIZADORES





TERRITORIALIDADES EM TRÂNSITO

Cartografando memórias e experiências

Aryanne de Oliveira Araújo

Fernanda Shelda de Andrade Melo

Letícia Araújo Resende Guimarães Pereira

Pabline Cota Felix

ORGANIZADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

Vice-Reitor: Alamanda Kfoury Pereira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Thais Porlan de Oliveira

Vice-Diretor: Rogério Duarte do Pateo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenadora: Sônia Caldas Pessoa

Vice-Coordenadora: Geane Carvalho Alzamora

SELO EDITORIAL PPGCOM

Coordenação editorial acadêmica:

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Tiago Barcelos Pereira Salgado

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Jorge Cardoso (UFRB UFBA)
Benjamim Picado (UFF)	Kati Caetano (UTP)
Cezar Migliorin (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (CasperLíbero)
Elizabeth Duarte (UFSM)	Marcel Vieira (UFPB)
Eneus Trindade (USP)	Mariana Baltar (UFF)
Fátima Regis (UERJ)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fernanda Duarte (NCSU/EUA)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo PPGCOM/UFMG após avaliação por pareceristas ad hoc.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo PPGCOM/UFMG, disponíveis em:
<https://seloppgcomufmg.com.br/termos-de-uso/>

www.seloppgcomufmg.com.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T328 Territorialidades em trânsito [livro eletrônico] : cartografando memórias e experiências / Organizadoras Aryanne de Oliveira Araújo, Fernanda Shelda de Andrade Melo, Letícia Araújo Resende Guimarães Pereira, Pabline Cota Felix. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2026.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-85915-52-6

1. Espaço urbano. 2. Memória coletiva. 3. Resistência social. I. Araújo, Aryanne de Oliveira. II. Melo, Fernanda Shelda de Andrade. III. Pereira, Letícia Araújo Resende Guimarães. IV. Felix, Pabline Cota. V. Série.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI: <https://doi.org/10.64275/ts17pg08>

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2026.

CO-COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ettore Stefani de Medeiros

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Ettore Stefani de Medeiros

Mariana Cardoso Carvalho

WEBSITE E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Daniel Melo Ribeiro

ASSISTENTE EDITORIAL

Marina Carrano Lelis

Rannyson da Silva Moura

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE

Bruno Guimarães Martins

DIAGRAMAÇÃO

Daniel Augusto Borges Silva

Iara Mendes dos Santos

Apoio:



I SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

TERRITÓRIOS TANGÍVEIS

CAPÍTULO 1

- “Saudade da Lagoinha” e uma leitura indiciária da marginalização
do samba no Diário Oficial de Minas Gerais (1892–1929) 17
Enzo Menezes

CAPÍTULO 2

- Riscados nos muros, rimas das esquinas:
paisagens, cotidiano e marginalidade na pixação em Viçosa-MG 39
Déborah Médice Silva

CAPÍTULO 3

- Notas sobre o consumo ortótico e prostético:
entre mediações, espacialidades e sociabilidades boêmias 61
Gustavo Souza Santos

CAPÍTULO 4

Segregação racial na expansão de São Paulo: marginalização,
invisibilizações e a construção de territórios negros 83

Maria Fernanda de Oliveira-Ruas e Abraão Filipe Marques de Oliveira

CAPÍTULO 5

Multidão em imagens, corpos em protesto: ato Vidas Negras
Importam (2020), sob a ótica da performatividade e
interseccionalidade em protestos sociais globais 101

Amanda Maria de Sobral Gomes

CAPÍTULO 6

Ecofeminismo como ancoragem teórico-conceitual para pesquisa
sobre assassinatos de mulheres em territórios periféricos:
apontamentos iniciais para diálogos com sobreviventes 123

Fernanda Couzemenco Ferreira

TERRITÓRIOS DIGITAIS

CAPÍTULO 7

Quando a crueldade encontra o lúdico: dinâmicas
generificadas de tortura em *Outlast 2* 143

Fernanda Mudesto Passos

CAPÍTULO 8

Racismo, performance e fetiche: a masculinidade negra
no ambiente virtual tridimensional do *Second Life* 161

Pedro Henrique Magalhães Mendonça

Sobre as pessoas autoras 179

APRESENTAÇÃO

Os trabalhos que constituem este livro foram apresentados oralmente no Colóquio Discente Diálogos e Convergências, realizado em setembro de 2025 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na sua 8ª edição, despertamos a temática “Tempo, memória e território”, fazendo parte, também, das comemorações dos 30 anos do PPGCOM/UFMG. O objetivo do Colóquio é aproximar os estudantes, favorecendo o diálogo e a troca de experiências que impactam diretamente nas pesquisas em desenvolvimento. Nesta edição, acolhemos 59 trabalhos divididos em 16 mesas de discussão, ao longo de uma semana de evento, contando com a presença da Capitã Pedrina na mesa de abertura, reconhecida por seu trabalho na salvaguarda das tradições do Reinado em Minas Gerais.

Ao nos inspirar em pensamentos de Kopenawa e Albert (2015), além de Célia Xakriabá (2019), convidamos os participantes a refletir sobre outras formas de pensar e sentir as temporalidades, as memórias e os territórios tangíveis e intangíveis, como aquelas inscritas nos corpos, nas oralidades, nas ritualísticas, nos afetos e nas ausências; e àquelas que emergem das cosmologias dos povos afropindorânicos, mas também das experiências periféricas, quilombolas, dos saberes populares, das vivências transgeracionais brasileiras

e estrangeiras, enraizadas em vínculos comunitários, pertencimento afetivo, práticas de cuidado e modos plurais de habitar o mundo.

O espaço-tempo constitui-se como morada das partilhas e das (in)memórias — lineares, não lineares e atemporais —, tecidas por presenças humanas e não-humanas que coabitam territórios de saberes e fazeres. Nessas territorialidades em expansão, inscrevem-se experiências, afetos e resistências que atravessam sujeitos e objetos, e, assim, a comunicação. É nesse entrelaçar de temporalidades que se abrem ranhuras para a emergência de encontros, desencontros e encruzilhadas de saberes, guiando a outros modos de narrar o presente — que de forma espiralar, como nos ensina Leda Maria Martins (2021), está em diálogo com passados plurais e futuros possíveis.

Aqui, reunimos os trabalhos que fizeram parte dos diálogos estabelecidos durante o Colóquio, tecendo similaridades e confluências teórico-metodológicas entre eles, em colaboração com os pesquisadores autores e sob uma leitura atenta de pareceristas anonimizados. Entendendo que este livro não comporta todos os trabalhos apresentados, dividimos esse esforço em duas edições e convidamos todos para a leitura conjunta do livro “Entre sentidos e ressignificações: Discursos e sujeitos em tensão”, organizado por nossos colegas João Victor Gomes de Oliveira, Lucas Porfírio, Pedro Henrique Magalhães Mendonça e Raphael Marinho de Carvalho.

Iniciamos os trabalhos com o capítulo de abertura, intitulado “Saudade da Lagoinha e uma leitura indiciária da marginalização do samba no Diário Oficial de Minas Gerais (1892–1929)”, de Enzo Menezes. O autor propõe uma leitura da cultura como espaço de memória e rememoração de formas de sociabilidade que já não encontram lugar na narrativa oficial. Ao acompanhar as transformações urbanas, que implicaram a retirada de espaços encharcados de significado para determinadas comunidades, o texto evidencia como essas mudanças reconfiguram não apenas a paisagem da cidade, mas também as formas de narrar a história, de se reconhecer nela e de existir em seu interior. Nos registros institucionais, como os de um veículo da imprensa oficial, esses grupos aparecem sobretudo de maneira indireta, mais nas entrelinhas do que como protagonistas da memória. Ainda assim, sua presença persiste: indícios

inscritos em símbolos, músicas e arquiteturas compõem uma trama significativa, que se revela àqueles que se dispõem a ler esses sinais.

No segundo capítulo, a autora Déborah Médice Silva, em seu texto intitulado “Riscados nos muros, rimas das esquinas: paisagens, cotidiano e marginalidade na pixação em Viçosa-MG”, busca compreender as possibilidades de pensar e vivenciar a cidade e o interior mineiro, a partir dos pixos e das pixações. Inspirada num gesto inventivo metodológico de Walter Benjamin, a *flânerie*, a autora em suas andanças de observação e afetação, realizou registros fotográficos de pixos, produzidos entre 2018 e 2023, na região central da cidade de Viçosa. De forma complementar, mobilizou narrativas da mídia e de um artista local sobre a pixação (C.T.D.F. *feat.* SmoW - Johnny) e vestígios da relação com o território.

A partir do terceiro capítulo, o pesquisador Gustavo Souza Santos, em confluência metodológica com os trabalhos anteriores, volta-se os olhares às práticas socioespaciais e comunicacionais contemporâneas imbricadas nos processos de consumo boêmio. O texto intitulado “Notas sobre o consumo ortótico e prostético: entre mediações, espacialidades e sociabilidades boêmias” é fruto de uma pesquisa sobre uma série de transformações socioespaciais registradas em uma região da cidade mineira de Montes Claros, propondo avanços sobre os conceitos de consumo ortótico e prostético refletidos pelo autor, a partir de desdobramentos de análise e interpretação etnográficas.

No quarto capítulo, os autores Maria Fernanda de Oliveira-Ruas e Abraão Filipe Marques de Oliveira trazem o texto “Segregação racial na expansão de São Paulo: marginalização, invisibilizações e a construção de territórios negros”. Fundamentados nas provocações de Andreino de Oliveira Campos e nos conceitos de território material e simbólico de Rogério Haesbaert, os autores refletem sobre como a narrativa oficial do Estado invisibiliza a população negra nos processos de urbanização e metropolização. Eles ainda trabalham com três eixos teóricos que articulam expansão urbana, metropolização e segregação socioespacial, demonstrando que, apesar da marginalização, os territórios negros periféricos se constituem como espaços de resistência cultural e simbólica, sendo parte fundamental da tessitura da cidade.

Já no quinto capítulo, Amanda Maria de Sobral Gomes dá continuidade às discussões que abordam a luta racial a partir do texto “Multidão em imagens, corpos em protesto: ato Vidas Negras Importam (2020), sob a ótica da performatividade e interseccionalidade em protestos sociais globais”. Nutrida pelos conceitos de corpos-repertório de Judith Butler e corpos-tela de Leda Martins, Amanda reflete acerca das reivindicações a partir dos símbolos presentes nos corpos e nas performances ao longo do movimento social. A autora ainda trabalha com sete categorias de análises que visam acompanhar os discursos aparentes nas imagens coletadas pela pesquisa, reforçando o deslocamento do protesto nas ruas do país e explorando seus enquadramentos.

Em seguida, Fernanda Couzemenco Ferreira é a autora do sexto capítulo “Ecofeminismo como ancoragem teórico-conceitual para pesquisa sobre assassinatos de mulheres em territórios periféricos: apontamentos iniciais para diálogos com sobreviventes”. Fernanda convida-nos à exploração do Ecofeminismo enquanto um quadro teórico-conceitual. Ao utilizar relatos de sobreviventes de tentativas de feminicídios e homicídios residentes em Vitória, no Espírito Santos, a autora opera a pesquisa enquanto um espaço de acolhimento às vítimas, além de propor melhorias às políticas públicas locais e nacionais. Com uma observação cuidadosa, o texto leva à compreensão do Ecofeminismo enquanto uma escola de pensamento e de ativismo, sem deixar de considerar a influência das interseccionalidades, incluindo o acompanhamento dos territórios periféricos.

A partir do sétimo capítulo, deslocamos a lógica dos territórios tangíveis para os espaços digitais, nutrindo novas discussões nessa esfera. Quem inicia essa subseção é a pesquisadora Fernanda Mudesto Passos, investigando as dinâmicas generificadas de tortura em jogos digitais a partir do texto “Quando a crueldade encontra o lúdico: dinâmicas generificadas de tortura em ‘Outlast 2’”. Inspirada pelos conceitos de performatividade e precariedade de Judith Butler e pelo Espectador Emancipado de Jacques Rancière, Fernanda reflete sobre como regimes totalitários e fundamentalismos religiosos institucionalizam a violência contra corpos femininos. A autora ainda adota uma abordagem autoetnográfica e qualitativa, analisando uma cena específica

do jogo em que um casal é torturado, e demonstra que, enquanto o homem tem sua dor centralizada e é poupado com a morte, a mulher tem seu corpo objetificado, exposto e utilizado como instrumento para quebrar a resistência masculina, revelando hierarquias de gênero naturalizadas pela crueldade.

O oitavo e último capítulo, intitulado “Racismo, performance e fetiche: a masculinidade negra no ambiente virtual tridimensional do *Second Life*”, de Pedro Henrique Magalhães Mendonça, investiga a persistência do racismo nas interações entre sujeitos-avatares. Ainda que os ambientes digitais tenham sido frequentemente apresentados como espaços de reconfiguração de acessos e possibilidades, o que se observa é a reprodução de estruturas de poder já operantes no mundo offline. A partir de uma análise minuciosa e diversa de avatares, o autor evidencia como a colonialidade do poder se infiltra e se mantém mesmo em contextos cuja proposta é instaurar novas regras de convivência, nas quais sujeitos negros não fossem vulnerabilizados.

Temos profundo orgulho e alegria em lançar esta obra seguindo as homenagens feitas aos 30 anos da primeira turma do nosso Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Agradecemos o comprometimento e a confiança dos autores e autoras deste e-book, bem como a disposição e a gentileza dos pareceristas em contribuir com as pesquisas lidas, abrindo importantes horizontes reflexivos na trajetória de escrita e de publicações dos pós-graduandos. Ademais, estendemos nossos agradecimentos ao PPGCOM UFMG pelo apoio e suporte financeiro e estrutural, empreendidos anualmente para a realização do Colóquio, e aos docentes que participaram e apoiaram o evento. Para muitos, esta será a primeira (de muitas) reflexões compartilhadas. Desejamos a todes uma frutífera leitura e uma apreciação do que foi o nosso XIII Colóquio Discente Diálogos e Convergências!

Aryanne de Oliveira Araújo

Fernanda Shelda de Andrade Melo

Letícia Araújo Resende Guimarães Pereira

Pabline Cota Felix

Referências

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

XAKRIABÁ, Célia. *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34103>. Acesso em: 07 de maio 2026.

I
TERRITÓRIOS TANGÍVEIS

CAPÍTULO 1

“Saudade da Lagoinha” e uma leitura indiciária da marginalização do samba no Diário Oficial de Minas Gerais (1892–1929)

ENZO MENEZES

Introdução

O artigo¹ parte do samba “Saudade da Lagoinha”, de Jadir Ambrósio (1922–2014), para discutir gestos de memória coletiva na evocação de antigos locais de sociabilidade neste bairro de Belo Horizonte (BH), formado por famílias de operários e imigrantes na virada para o século XX. A canção denuncia o desaparecimento de lugares (“a pensão da Dona Rosa”, o “bote-co do Seu João”), por motivos que não são explicitados, ou sua demolição (a praça da Lagoinha, o Cinema Paissandu), pelo poder público (Martins, 2018), em nome de um projeto higienista e amparado em uma noção de progresso que norteia a capital mineira desde seu planejamento no fim do século XIX (Martins, 2018; Salgueiro, 2020). A canção contém um lamento pela descaracterização das práticas que coemergiam da relação entre as pessoas e os locais por elas frequentados em um bairro operário.

Ao reunir trabalhadores e estratos da boemia nas primeiras décadas da cidade, a Lagoinha reflete as práticas culturais dessa população, inclusive as imprevistas ou não planejadas pelos construtores que almejavam ordem, futuro e progresso.

O bairro é considerado o berço do samba de Belo Horizonte (Lopes, 2022). Pensando nisso, algumas inquietações motivam este artigo: quais seriam os primeiros registros relativos ao samba na imprensa em Belo Horizonte? Em um momento anterior à fundação das primeiras escolas, a quais práticas e contextos o samba estaria associado? Haveria o reconhecimento de sua origem afrodiáspórica? O que seria, para a imprensa, o samba antes de sua constituição comercial?

A partir dessas indagações, buscamos os primeiros registros da palavra “samba” em um jornal, em BH, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Como será explicado, também foi incluída a busca pelo termo “batuque”. À procura de respostas às inquietações relatadas, adotou-se o procedimento de pesquisar o acervo do Diário Oficial de Minas Gerais,² em edições entre 1892 (ano em que passa a ser publicado, ainda em Ouro Preto) e 1929 (a “modernização” da imprensa belo-horizontina é uma preocupação no fim desta década)³. O “Minas Geraes” foi escolhido por duas razões: a) o acervo referente ao período está digitalizado e aberto para consulta online; b) o site que o disponibiliza (www.jornalminasgerais.mg.gov.br) permite a busca por data e por palavra-chave.

Abordagem metodológica

A abordagem metodológica é inspirada na noção de “paradigma indiciário” proposta por Carlo Ginzburg. Nessa perspectiva, o pesquisador adota o gesto de coletar rastros e fragmentos: importam resíduos e detalhes comumente desprezados. A micro-história se impõe ao tentar iluminar os vestígios. Conforme Ginzburg (1989, p. 177), “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Assim, os rastros se manifestam como pormenores reveladores e detalhes que fornecem insights valiosos (Borges, 2017).

Gagnebin (2006, p. 113) alerta para a não-intencionalidade desses fragmentos: “rastros não são criados – como são outros signos culturais e linguísticos –, mas sim deixados ou esquecidos”. São resíduos de algo destruído, largado ou desprezado, a serem identificados em temporalidades e textualidades diversas das que foram originados. Borges (2017) propõe que o indício precisa ser inserido em contexto com outros vestígios para mobilizar sentidos, já que “sozinhos, os indícios perdem relevância, pois se tornam incapazes de dizer algo. Assim, deve-se fazer um rastro emergir convocando outro, permitindo que os significados percorram, continuamente, essa rede” (Borges, 2017, p. 137).

Nesse sentido, a metodologia busca dialogar com a investigação teórica adotada nesse trabalho. Em Benjamin (1994), encontramos uma leitura crítica da modernidade a partir da fragmentação da vida urbana e dos escombros, vestígios e ruínas deixados pela “marcha do progresso”. Koselleck (2006) mostra como a noção de horizonte de expectativa se expande em nome de uma promessa de progresso linear.

Salgueiro (2020) tensiona o planejamento detalhado das construções “modernas” da nova capital com inspiração na Paris haussmaniana, movimento possibilitado pela destruição do Curral del Rei. A partir dos trabalhos de Martins (2018) e Borges (2018), observamos a interdição do centro planejado aos moradores do velho arraial (e mais tarde aos imigrantes pobres e aos operários que constroem a cidade) como indício do processo de negação da cidadania a populações subalternizadas, que vão buscar meios de sobrevivência em áreas suburbanas. O adensamento dos bairros alijados do planejamento “moderno” dedicado ao centro leva o poder público a renovadas promessas de intervenções urbanas em nome do progresso, materializadas, por exemplo, na construção do complexo de viadutos sobre escombros da Praça da Lagoinha, conforme denuncia a canção de Jadir Ambrósio.

A análise traz indícios de um processo de marginalização do samba desde fins do século XIX: ao percorrer o acervo do “Minas Geraes”, depara-se com a proibição ao Carnaval de rua em Ouro Preto em 1896, um ano antes da inauguração de Belo Horizonte; com a associação de samba a festas com registros de crimes violentos pelo Brasil; e com o samba

tolerado enquanto ritmo executado por bandas militares em festividades oficiais em BH. Destaca-se o silenciamento do noticiário deste jornal quanto à formação do samba como manifestação de cultura popular afrodiaspórica. A ausência pode ser lida como indício de silenciamento da população negra e da criminalização e do apagamento de práticas subalternizadas.

Lagoinha

O trajeto começa no Cinema Paissandu – ou nos escombros do que foi condenado ao desaparecimento. Talvez quem passe hoje pela rodoviária de Belo Horizonte não imagine que, para a inauguração do terminal, em 1971, foi demolida ali, em 1965, a Feira Permanente de Amostras (Quanto Tempo Dura um Bairro, 2021). Antiga casa das lutas de boxe na cidade, o ginásio do Paissandu e o cinema de mesmo nome, que funcionavam ali, também foram colocados abaixo. A vizinha Praça Vaz de Melo, reduto da boemia, foi destruída para a inauguração, em 1981, do complexo de viadutos prometido como solução de mobilidade urbana. Entre permanências e esquecimentos, resta, com outro traçado, a praça Rio Branco: materializada de frente para a Afonso Pena e de costas para a Lagoinha, tal qual um dar de ombros, acintoso, do centro planejado aos subúrbios irresignados.

A Lagoinha foi moradia de parte dos operários que ergueram a capital e, após sua inauguração, ficaram alijados do cinturão da avenida do Contorno, marco da racionalidade e símbolo da divisão entre centro moderno e periferia (Martins, 2018). Enquanto o interior da Contorno abrigaria funcionários da burocracia do Estado, a Lagoinha recebeu trabalhadores de menor renda. Ali se instalaram “imigrantes italianos, portugueses, turcos, espanhóis, migrantes do interior de Minas Gerais e de outros estados brasileiros” (Freire *apud* Lopes, 2022, p. 107).

O nome do bairro deriva da existência de pequenas lagoas localizadas onde hoje ficam as ruas Diamantina, Itapecerica, Adalberto Ferraz e Formiga (Barreto, 1995), que foram drenadas para a construção da cidade.

Barreto nota que, na carta que dividia terras para a sesmaria de João Leite da Silva Ortiz, apontado como fundador do Curral del Rei, em 1711, já constava na região o termo Lagoinha.

A Lagoinha subsidiou o crescimento da cidade. Região onde se plantavam gêneros alimentícios no Curral del Rei (que virariam as colônias agrícolas Carlos Prates e Américo Werneck), forneceu matéria-prima para a construção de Belo Horizonte por meio das pedreiras Prado Lopes e da Lagoinha. Também foi local de descarga de insumos que chegavam pela linha de trem que ligava BH a Divinópolis no início do século XX e, mais recentemente, recebeu corredores viários que conectam outras regiões ao centro da capital mineira (Lopes, 2022).

Dona Rosa e Seu João

A evocação da memória de lugares apagados, como o Cinema Paissandu e a Praça da Vaz de Melo (Praça da Lagoinha), dá a tônica do samba “Saudade da Lagoinha”, de Jadir Ambrósio (1922–2014), gravado em 2007 em “As Canções de Jadir Ambrósio”. Os versos atestam um luto do poeta em rememoração de uma sociabilidade perdida. Podemos pensar em uma oralitura que alude à noção de tempo espiralar (Martins, 2001).

Quem não se lembra
Do Cinema Paissandu
Da pensão da Dona Rosa
Do boteco do Seu João
Onde os poetas e sambistas reuniam
Tinha muita cerveja e cachaça
Muito amor, muita paixão
Mas droga não havia não
Tinha muita poesia, muito samba
Rico de inspiração
(Ambrósio, 2007)

A descaracterização do território, pelo poder público, é uma violência simbólica que evoca a nostalgia de um bairro que oferecia lugares de encontro e se vê desfigurado em nome de uma ideia de progresso (Martins, 2018). Cabe entender aqui a nostalgia como anseio sentimental pelo passado (Wildschut *et al. apud* Santos, 2022), que ressignifica relações, “trazendo de volta antigos laços sociais ao presente, o que reforça a conexão social” (Santos, 2022, p. 23).

Pontos de encontro (“Boteco do Seu João”) e de passagem e permanência (“pensão da Dona Rosa”) evocam a lendária boemia do bairro, inventada como tradição (Hobsbawm, 2008) desde os primeiros dias de BH, em que poetas e sambistas congregavam antes da destruição de lugares afetivos e da transformação do espaço em corredor viário.

A irrisignação do poeta, motivada pela desterritorialização promovida pelo poder público, é enunciada desde o primeiro verso:

A maior tristeza minha
Foi quando acabaram
Com a praça da Lagoinha
Ali, vivi a minha mocidade
Por isso hoje recordo com saudade
[....]
A turma da Lagoinha
Era uma turma bamba
Era o quartel-general do samba
(Ambrósio, 2007).

Os apagamentos territoriais negam o direito ao tempo àquela comunidade, entendendo aqui a narrativa como “uma condição humana de experienciação do tempo” (Jácome, 2020b, p. 92). Podemos pensar que a nostalgia, assim, não se restringe à idealização do passado e representa, neste contexto de exclusão, um desejo de futuro estratificado e paradoxal, e não linear e progressivo.

As frestas abertas por este samba apontam para outras possibilidades de existir na cidade e denunciam a desfiguração do bairro e a interdição dos locais de sociabilidade. Neste entendimento, fissuras se abrem em um apelo para que a violência simbólica não seja esquecida. A menção do sambista ao Cinema

Paissandu, e de sua representação enquanto espaço de experiência na primeira metade do século XX, reivindica o reconhecimento desta rememoração como parte da identidade da Lagoinha e de seus moradores e frequentadores.

Dona Rosa e Seu João, nesse contexto, não são meros comerciantes, mas representam uma textualidade compartilhada por um grupo (“quem não se lembra?”). Pouco sabemos da dupla (como ambos chegaram ali? O que teria acontecido aos seus negócios? Foram forçados a se mudar quando a Praça Vaz de Melo foi demolida? Estariam vivos?), e ainda assim podemos inferir que mobilizavam afetos e memórias compartilhadas. Os versos “onde os poetas e sambistas reuniam / tinha muita cerveja e cachaça” permitem ao ouvinte criar uma imagem vívida de um boteco repleto, com os amigos cantando e compondo, enquanto o garçom serve mais uma dose. Frequentado por poetas, o boteco é território do sonho, da hipérbole, da dor. Se a pensão é o lugar de encontros breves e de “muito amor / muita paixão”, podemos antever que também seja de nostalgia, descobertas e desenganos, assim como a canção evoca.

O ideário higienista e racional que norteou o planejamento da cidade é acionado periodicamente em anúncios de “revitalização” da Lagoinha. A expulsão dos espaços é a materialização do discurso que atribui à sociabilidade da boemia o lugar de atraso e de não cabimento. Moradores, suas relações e territórios são, assim, “obstáculos à civilização que está para chegar” (Salgueiro, 2020, p. 194).

O horizonte de expectativa se expande em nome de uma promessa de progresso linear (Koselleck, 2006). Ao desprezar espaços de experiência como se somente um único fluxo temporal fosse possível, o dito moderno ignora temporalidades e fenômenos contraditórios: “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências” (Koselleck, 2006, p. 314). O porvir é promessa calcada na construção de um complexo de viadutos sobre escombros do bairro e na negação da cidadania a populações subalternizadas, que foram empurradas para áreas suburbanas desde a demolição do arraial de Curral del Rei (Martins, 2018; Salgueiro, 2020).

Ao buscar traços de descontinuidades e rupturas, Walter Benjamin “enxergou a cidade como um palco de investigação sobre as experiências da modernidade na transição para o século XX” (Ribeiro, 2022, p. 77). Benjamin formula leitura crítica da modernidade a partir de aspectos fragmentados da vida urbana e sinaliza que os escombros gerados pela “marcha do progresso” são empilhados pelo caminho. Impelido pelo futuro que se acelera como tempestade, o “anjo da história” observa aterrorizado as ruínas (Benjamin, 1994). O entendimento do antigo como ultrapassado deixa escombros como legado:

O progresso futuro é um mito a cada vez adiado, que domina o pensamento dos profissionais da cidade e acompanha sempre os atos de voluntarismo político em nome de um desejo de reconstrução nacional – imaginário do qual nunca saímos (Salgueiro, 2020, p. 51).

Assim, promessas de “modernização” e de “revitalização” pairam sobre a cidade como ameaças e são acionadas periodicamente para justificar processos violentos de demolição do patrimônio e silenciamento de práticas cotidianas de sociabilidade.

A seguir, refletimos sobre processos de construção de identidade afro-brasileira a partir do samba, expressão cultural constituída, segundo Tinhorão (2017), a partir do adensamento urbano nos anos seguintes à Abolição.

Um pouco de samba

O vocábulo samba, conforme Lopes e Simas (2015), tem origem no léxico banto e remete ao século XIX para representar danças populares de tradição afro. O termo teria sido mencionado pela primeira vez na imprensa em 1838, no jornal “O Carapuceiro”, no Recife (PE).

O vocábulo “samba” foi primeiro definido, em 1888, como “uma dança popular; sinônimo de xiba, cateretê, baiano, fandango, candomblé etc.” (Soares, 1954); em 1889, foi considerado uma “espécie de bailado popular” (Beaurepaire-Rohan, 1956) ou simplesmente “um bailado popular; uma dança de negros” (Figueiredo, 1925) (Lopes; Simas, 2015, p. 247).

Tinhorão (2017) relaciona a origem do samba ao crescimento da população urbana pós-abolição e ao início da industrialização nas cidades. A história do ritmo “remete, portanto, aos acontecimentos determinantes da formação das camadas proletárias urbanas no novo quadro de relações socioculturais surgido com a concentração de indústrias no Sul do país” (Tinhorão, 2017, p. 147). Como o Rio de Janeiro era o polo deste centro industrial, os trabalhadores levaram aos subúrbios e aos morros da região central seus instrumentos e ritmos “indicadores de sua vinculação à origem negro-escrava dos batuques” (Tinhorão, 2017, p. 147).

Filho (2006) lembra que, até os anos 1930, o samba ainda não havia emergido como ritmo popular definidor da nacionalidade brasileira. No entanto, mesmo antes da gravação de “Pelo Telefone”⁴, o samba era tido como expressão musical marginalizada de origem africana. Não era diferente nos carnavais em BH. O memorialista Pedro Nava atesta que, em um baile de Carnaval no Clube Belo Horizonte, em 1922, a orquestra afixava os ritmos que seriam executados na noite: “Tango argentino. Tango brasileiro (samba e maxixe eram palavras obscenas). Valsa. Mazurca. Quadrilha” (Nava, 2013, p. 107).

Os batuques significavam tanto os encontros festivos quanto o toque dos instrumentos e as danças afro. “No Brasil colonial e imperial, as várias danças de origem africana, nas quais a umbigada era a principal característica, foram referidas como ‘batuque’ ou ‘samba’”, afirmam Lopes e Simas (2015, p. 247). Já Sodré (1998, p. 12) pontua que “o ‘encontrão’, dado geralmente com o umbigo (semba, em dialeto angolano), mas também com a perna, serviria para caracterizar esse rito de dança e batuque, e mais tarde dar-lhe um nome genérico: samba”. Nas ocorrências no Diário Oficial, percebemos que “batuque” é tomado como sinônimo de música afro-brasileira em contexto festivo ou carnavalesco, sendo inclusive palavra substituta para o vocábulo “samba”. Portanto, neste artigo, julgamos adequado pesquisar as palavras-chave “samba” e “batuque”, no acervo do Minas Gerais, para abordar um mesmo fenômeno.

Um sambista

Vale ressaltar a trajetória de Jadir Ambrósio, um dos mais destacados sambistas de Belo Horizonte. Nascido em Vespasiano, na Grande BH, mudou-se para a capital mineira, em um caminhão de leite, aos quatro anos. Trabalhou para a prefeitura com capina e conseguiu uma vaga para estudar no Conservatório Mineiro de Música, onde foi o primeiro aluno negro, e tocou pistom na Corporação Musical Santa Cecília.

Das orquestras de baile para o rádio, do trombone para o violão, chegou às modas de viola e ao samba. Em uma quermesse no Renascença, descobriu o talento de uma tecelã recém-chegada à cidade e a levou para cantar em programas de rádio: era Clara Nunes. Budista, o maestro compôs mais de 100 músicas e foi gravado por Clara Nunes, Luiz Gonzaga e Trio Nordestino, entre outros (Martins, 2018; Cardoso; Martins, 2024).

A composição mais famosa de mestre Jadir Ambrósio não é um samba, mas uma marcha que mobiliza paixões: trata-se do “Hino ao Campeão Cruzeiro Esporte Clube”, que venceu, em 1965, um concurso realizado pelo Cruzeiro na Rádio Inconfidência. Talvez, ao se declarar ao time celeste, Jadir Ambrósio estivesse pensando também na cultura do samba: um ritmo “tão combatido e jamais vencido”.

Sambas e batuques no Diário Oficial

Breve histórico do Minas Geraes

Leituras da imprensa podem indicar caminhos ao materializar registros de versões possíveis dos acontecimentos enquanto se desenrolavam, e que nos atingem em diferentes contextos e temporalidades. Ler inscrições destes vestígios, especialmente em edições do “Minas Geraes”, criado para veicular narrativas institucionais, permite vislumbrar textualidades: intencionalidades e perspectivas em disputa, fissuras no discurso oficial e silenciamentos.

O “Minas Geraes” foi criado no governo Cesário Alvim pela Lei n.º 8/1891. Portanto, dois anos após a proclamação da República (1889) e três pós-abolição (1888). A primeira edição, não por acaso, sai em 21 de abril de 1892, dia de Tiradentes (França, 1998). A lei que o cria dispõe que veicularia, além de atos de governo, noticiário contendo “os fatos mais importantes que ocorrerem no país e no estrangeiro” (Minas Geraes, 1891). Ao explicitar as funções do diretor da Imprensa Oficial, o dispositivo revela traços do ideário moderno e positivista:

Escrever ou traduzir, fazendo-os publicar no órgão oficial, artigos que tenham por fim promover os melhoramentos morais e materiais do Estado, instrução pública, ciências, artes, letras e higiene, economia rural, viação, colonização, etc, ministrar diariamente matéria para o noticiário do jornal, que deve ser o mais copioso e interessante possível (Minas Geraes, 1891).

A publicação de noticiário, portanto, caracteriza uma configuração diversa dos diários oficiais publicados atualmente, que se dedicam à veiculação de normativos e decisões administrativas dos Três Poderes.

O “Minas Geraes” foi produzido em Ouro Preto entre 21 de abril de 1892 e 30 de abril de 1898. Após um hiato para a transferência das oficinas tipográficas para a nova capital, tem a primeira edição publicada em Belo Horizonte⁵ em 12 de junho de 1898. Como a publicação permanece ininterrupta até os dias atuais — desde 2019, somente na versão online — trata-se do jornal mais longo em circulação no Estado.

Parte do acervo foi digitalizada: as edições entre 21 de abril de 1892 e 22 de agosto de 1943 estão disponíveis para consulta gratuita na internet, em site do Governo de Minas, desde 2022.⁶ As edições mais recentes, entre 2010 e 2025, também podem ser lidas no mesmo endereço. O arquivo entre 1943 e 2009, atualmente, está em fase de digitalização (TJMG, 2025).

Busca por palavras-chave

Ao buscar pela palavra-chave “samba”, entre 1892 e 1929, o acervo do “Minas Geraes” retorna 88 ocorrências. Para “batuque”, encontramos 47

menções. É preciso limpar erros, já que o sistema confunde palavras com grafia parecida devido à baixa qualidade de leitura provocada pelo desgaste do papel original que foi digitalizado.

Após a filtragem de dados, consideramos 39 ocorrências para “batuque”: 26 se referem à proibição de “dansas de batuques” no Carnaval de rua de Ouro Preto (ver abaixo) e três se referem a tumultos ou crimes acontecidos em “batuques” em 1893 e 1900.

Em 10 de junho de 1902, é publicado o Código de Posturas da Vila Santa Quitéria (hoje Esmeraldas, na Grande BH). O art. 73 afirma que “é proibido tocar caixa pelas ruas sem licença” e o art. 77 prevê pena de prisão de 24 horas, e o dobro na reincidência, para quem “tomar parte em batuques, esteretês, sambas ou quaesquer diversões que, com ruído e algazarra, incommodarem os vizinhos” (Minas Geraes, 1902).

As únicas nove ocorrências em que “batuque” não está relacionado a crimes são festas em praças ou escolas, em BH, cujos programas preveem a execução de três canções: “Batuque”, do violinista Flausino Vale, “Batuque Sertanejo”, de Fífia Rodrigues, e do batuque “Anoitecer no Sertão Mineiro”.

Em relação à “samba”, consideramos 36 ocorrências. São quatro crimes cometidos em sambas (em 1894, 1900, 1912 e 1913), uma apresentação circense em BH com “samba da Bahia” (detalhes abaixo) e 26 menções a eventos com a execução de sambas. Destas, 13 são em Belo Horizonte ou na região metropolitana. Chama a atenção que pelo menos seis destas ocorrências se referem a músicas executadas no coreto da Praça da Liberdade por bandas da polícia ou de marinheiros.

O lapso temporal entre as ocorrências pode ser indício de um apagamento: em nossa pesquisa, os sambas são pouco abordados em notícias relativas a festejos populares. Pelo olhar do jornal, o samba é narrado como local de reprodução de práticas violentas e indesejadas, como nos homicídios descritos abaixo. Quando tratado enquanto manifestação musical, é como ritmo adaptado por bandas militares. Segue abaixo exemplo do silenciamento da cultura afrodiaspórica: uma mesma página do “Minas Geraes” noticia proibição de Carnaval de rua com “batuques”, em Ouro Preto, e o elogio a danças de salão europeias.

Morte no samba

A única menção à palavra “samba” que encontramos no “Minas Geraes”, no século XIX, o fato acontecido neste Estado, data de 11 de setembro de 1900. A nota aponta que, na zona rural de Uberaba (MG), um baiano identificado como Isidoro matou a sogra Joaquina com um tiro no peito (Minas Geraes, 1900). Uma mulher chamada Maria do Carmo Jesus foi ferida no braço. Registra o periódico que o crime foi praticado em um “samba”:

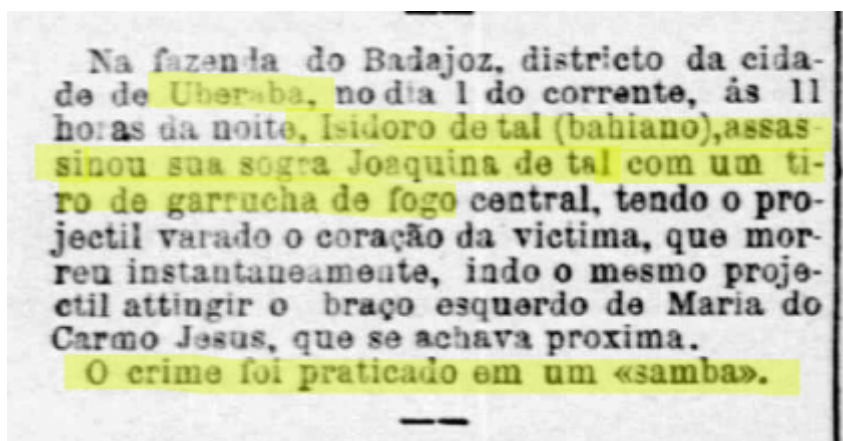


Figura 1: Edição do “Minas Geraes” de 11/09/1900.
Fonte: Diário Oficial De Minas Gerais.

Um tumulto em Maceió (AL), em 1894, é a primeira menção a “samba” neste jornal: a briga generalizada deixou seis mortos. A edição de 9 de fevereiro republica nota do jornal O Gutenberg: “estavam naquella rua a divertirem-se em um samba diversas pessoas” quando Franciscano, militar à paisana, “travou-se de razões com um espectador do *samba*, do que resultou tomarem parte na luta os assistentes” (Minas Geraes, 1894). Entre os mortos constam dois soldados “armados de sabre” que foram enviados para conter a confusão.

Já uma nota de 20 de outubro de 1912 informa que um homem foi baleado em um samba em Campestre (MG): “em estado gravíssimo acha-se

Olympio Barbara que, por ocasião de um “*samba*”, recebeu, perfurando-lhe o intestino, um tiro de pistola” (Minas Geraes, 1912).

Outra menção a samba como festa popular com registros de crimes foi publicada em 5 de janeiro de 1913, quando é relatado confronto entre policiais e militares do Exército, no Recife (PE), com um morto. “Devido à proibição de um samba, onde figuravam soldados, houve hontem à noite, conflicto entre praças de exército e polícia” (Minas Geraes, 1913).

Na edição de 2 de agosto de 1928, nota assinada por Leonardo Motta discorre sobre a violência sofrida por uma cantora. Chica Barrosa, poetisa da Paraíba, “mulata cachaceira, acabou assassinada durante as cantorias dum *samba* em que andou a dizer rebarbativas inconvenientes. Dava o desespero com quem a chamasse Chica Barrôso. Por ser mulher, achava que devia ser Barrôsa” (Minas Geraes, 1928).

Estas inscrições indicam vestígios de que a marginalização da cultura do samba e de seus frequentadores (principalmente mulheres) foi construída pelas autoridades desde o século XIX, quando samba era entendido como espécie de dança popular de tradição africana, portanto, experiência de fruição e sociabilidade da população negra escravizada e de seus descendentes. Vale lembrar que a abolição foi assinada em 1888 sem qualquer pretensão de valorização dessa população ou do reconhecimento de suas culturas e práticas sociais: a coisificação e dominação, retroalimentada pelo racismo estrutural, constitui a sociedade brasileira (Fonseca, 2001; Carneiro, 2019).

Samba em Belo Horizonte

A primeira menção ao termo ‘samba’, em Belo Horizonte, no diário oficial, data de 23 de junho de 1903 — seis anos após a inauguração da capital mineira. Uma apresentação do Circo Pery, com o tema “Victoria de Canudos”, promete “vestimentas a caracter e grande cateretê (vulgo *samba* da Bahia) dançado por todo o pessoal artístico” (Minas Geraes, 1903). Pela primeira vez, portanto, identificamos uma alusão do samba a ritmo característico da

Bahia e como apresentação em festa popular (circo), ainda que associado a uma caracterização do massacre de Canudos.⁷

A execução de sambas por bandas militares na Praça da Liberdade indica tentativa de apropriação do ritmo por festejos institucionais, enquanto não há menção ao samba como elemento da cultura afro-brasileira. Podemos considerar tais ocorrências como apagamento das origens e da constituição do samba e um silenciamento da população negra de BH e sua negativa do direito ao tempo e à narração. Se a Lagoinha é o berço do samba em Belo Horizonte, não seremos informados pelo “Minas Geraes” no início do século XX.

Uma ocorrência de “samba” em 17 de novembro de 1925 foge ao padrão das demais notas ao associar samba e diversidade sexual: o Cine Floresta, em BH, receberia uma apresentação de diversos artistas, entre eles: “Ramitio, imitador do bello sexo; Bety, artista do “samba”; Ramos, artista transformista; Manina Lauberti, cantora lírica” (Minas Geraes, 1925).

Três ocorrências no ano de 1927, em Belo Horizonte, mostram que um compositor publicava anúncios para tentar vender um “*samba* premiado”: “Carolina Candongueira... está fazendo furor!.. “Samba” carnavalesco, classificado em 1º lugar no concurso do ‘Correio Mineiro’. Vende-se na Casa Carlos Gomes” (Minas Geraes, 1927).

Proibidas “dansas de batuques”

O jornal traz 26 notas informando a proibição de carnavais de rua, em Ouro Preto, em 1895 e 1896. Destaca-se o trecho: “‘dansas de batuque’ estão ‘proibidas sob qualquer tecto, ainda mesmo em lugar ou sítio desabitado’. Só são permitidas festas dentro de casa, e o governo confia ‘no respeito à lei característico da civilizada população’ (Minas Geraes, 1896).

O texto cita regras aprovadas a fim de “prevenir actos que perturbam a ordem pública e a paz das famílias” (Minas Geraes, 1896). Por isto, nos dias de Carnaval, e nos anteriores, “nenhum grupo ou club carnavalesco poderá percorrer as ruas desta Capital sem prévia licença” emitida pela chefia de polícia. Grupos abordados que não portem a licença seriam dispersos ‘immediatamente’”.

Em 14 de fevereiro de 1896, outro elemento chama a atenção: o aviso da proibição consta na primeira coluna da página oito (figura 2). Na terceira coluna da mesma página consta a ilustração de um casal branco, o homem de terno e a mulher com vestido longo, dançando – provavelmente uma valsa. O texto que acompanha a peça informa que está à venda um livro que ensina “as melhores e modernas espécies de danças”, “regras do bom tom para por ellas se conduzirem os cavaleiros, damas e chefes de família” e que estas danças respeitam “a verdadeira sociabilidade recreativa na sala de família ou no salão de baile” (Minas Geraes, 1896). Batuques proibidos: as casas das famílias devem receber valsas.

O orçamento, comissões gerais e especiais e planas, podem ser examinados nesta secretaria todos os dias úteis das 10 horas da manhã às 3 da tarde e no escritório do engenhoiro de circumscrição.

São requisitos essenciais para apresentação das propostas:

1. Apresentar as planilhas e assignações pelos proponentes e seus fiadores, com as firmas legalmente reconhecidas;

2. Virer acompanhadas dos talões de depósito na secretaria das Finanças, de 5% do valor do orçamento;

3. Conterem a declaração do preço, nos limites do orçamento, por que os proponentes se comprometem a obra, e o prazo para conclusão da mesma;

4. Transerem o subscrito o objecto de que tratam, sem de não se confundirem com outras.

A prazo se effectuára nesta secretaria, á uma hora da tarde do mencionado dia 9 de abril proximo futuro.

Director da secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em Ouro Preto, 12 de fevereiro de 1896.—O director, *Receivendo Rodrigues Pereira.*

(30-1)

Secretaria da Policia

O dr. Chefe de Policia do Estado, mandou da attribuição que lhe é conferida pelo art. 72 do regulamento approved pelo decreto 613, de 9 de março de 1891 e no intuito de prevenir males que pertenciam a ordem publica e a paz das familias, ha saber que, durante os tres dias do carnaval e nos saltinhos a saes, nenhum grupo ou club carnavalesco poderá percorrer as ruas desta Capital, previa licença requerida á chefia e mediante responsabilidade dos directores, que a assignação nesta secretaria, sendo a licença exhibida á autoridade policial, que a exigir, sob pena de ser o grupo disperso immediatamente.

Faz saber mais que, para evitar reclamações incidentes desagradaveis, fara restrição de cumprir o Estatuto Municipal, no que diz respeito ao predelicto divertimento denominado entrudo, que determina o seguinte:

«Art. 36. Nem nos povoados, nem freguesias, se permitira a reconhecida dos antigos prescriptos fogueiros denominados—entrudos—quintas de Juba—danças das baianas, prohibidas estas sob qualquer toco, ainda mesmo em lares ou sitio destruido.

Parágrafo unico. Não se comprehendem nessa disposição os estabelecimentos de entrudo no interior do lar e entre janellas ou varas das frentes, desde que não alcancem os transeuntes, não se exhibam de rua nem por estas se exponham á venda objectos a esse fim destinados.»

Muito cordia polo no respeito á lei caracteristica da civilizada população desta Capital.

Em, João Carlos de Mello Prado, amanuense da secretaria do occuri.

O Chefe de Policia, *Alfredo Pinto Vieira de Mello.*

(30-10)

Notas térmicas. P. e V. A. deferimento. E. R. M.

Ouro Preto, 7 de fevereiro de 1896.—O procurador, *delegado J. A. Alves da Silva.*

Estava com estampilha estadual inutilizada pela assignatura.

E devesse que, si dentro de 30 dias contados da ultima publicação do edital, nenhum pharmaceutico lhe communica a renovação de estalhecer pharmacia na cidade ou, lida, comendará ao proprio a licença requerida.

Directoria de Hygiene do Estado de Minas, Ouro Preto, 7 de fevereiro de 1896.—Na assignatura do secretario, o amanuense, *Archie de Moura Costa.*

(3-)

Secretaria da Agricultura

CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE ENTRE O RIO S. JOÃO, ENTRE PATROCÍNIO E ARAXÁ.

Nesta secretaria recebem-se propostas, até o dia 31 de março vindouro, para a construção de uma ponte sobre o rio S. João, entre Patrocínio e Araxá, erguida em fundição.

São requisitos essenciais para apresentação das propostas:

1. Apresentar as planilhas e assignações pelos proponentes e seus fiadores, com as firmas legalmente reconhecidas;

2. Virer acompanhadas dos talões de depósito, na secretaria das Finanças, de 5% do valor do orçamento;

3. Conterem a declaração do preço, nos limites do orçamento, por que os proponentes se comprometem a obra, e o prazo para conclusão da mesma;

4. Transerem o subscrito o objecto de que tratam, sem de não se confundirem com outras.

A prazo se effectuára, nesta secretaria, á uma hora da tarde do mencionado dia 25 de março vindouro.

Directoria da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em Ouro Preto, 6 de fevereiro de 1896.—*Receivendo Romão de Faria.*

(30-4)

Escola Normal da Diamantina

CONCURSO

De ordem do sr. director, deço constar que está aberto o concurso, com o prazo de 90 dias, a contar desta data, para a escolha da aula pratica do curso finalista da Escola Normal desta cidade.

.....Matas deverão observar as disposições seguintes do regulamento em vigor:

1. - Edeio pelo menos de 20 annos de idade normalista, e de 18 sendo normalista.

2. - Casado moral.

ANNUNCIOS

LAMBERT & C. EDITORES



Acaba de sair á luz e acha-se á venda a seguinte edição da

ARTE DE DANÇA

da sociedade em completa e novissima explicação illustrada dos passos, manobras, compassos e figuras das principaes quadrilhas francezas, cotillions, bolleiros e cotillions, valses, mazurkas, schottisches, habaneras e outras danças figuradas, e

COTILHÃO

com 72 marchas recolhidas com o maior capricho.

Em grosso volume altamente impresso com bellas gravuras, 4000.

Faz obseivarse que os compositores pelo methodo claro e simplem com que está impressa. Além das explicações em portuguez de todos os passos e manobras de danças e cotillions, incluindo todas as notações e modernas espécies de danças, mazurkas e figuras do bolleiro para por ellas se conduzirem os valseros, danças e cotillions de habaneras, bolleiros, cotillions, mazurkas, schottisches, habaneras e outras danças figuradas, e

em tudo mais que compete á verdadeira sociabilidade recreativa na sala de familia ou no salão de baile.

DICIONARIO DE BOM GOSTO

OU

GRANDE LINGUAGEM DAS FEMES

contendo tambem jogos de salão, o vocabulario de capricho do travestimento e dos amadores á uma linda escolha de poesia dos melhores poetas brasileiros e portugueses.

Nova edição mais correcta e augmentada com a linguagem dos lavores, o modo de deitar as cartas e o embudo das regras, pelo qual com duas fôrtes, trinta, etc., poderá qualquer pessoa revir um rolo completo a quem saar.

Um lindo volume de 200 paginas, broch. preço 0,000 mesmo ricamente encadernado.

Figura 2: Edição do “Minas Geraes” de 14/02/1896.

Fonte: Diário Oficial De Minas Gerais.

Considerações finais

Ao buscar registros de um fenômeno cultural no acervo de um periódico, a pesquisa adota o gesto metodológico de coletar fragmentos, seguir rastros e deixar-se surpreender por contradições e pelo desconhecido.

As publicações do “Minas Geraes”, tomadas como vestígios de um processo de construção de sentidos, são indícios de uma violência simbólica construída sobre o samba desde o século XIX. Por suas origens enquanto costumes afro-brasileiros, os ritmos, as danças, as técnicas de toque dos instrumentos e as festividades em geral sofrem um processo de marginalização pela sociedade e pelo poder público que culmina em um duplo silenciamento: o apagamento de suas práticas e tradições, como se não existissem; a proibição deliberada por força de lei para evitar costumes indesejados.

Nesse percurso, a canção “Saudade da Lagoinha” é sintoma da nostalgia provocada pela destruição de um território, local e simbólico, e da privação dos frequentadores em seus ambientes. Os projetos de modernização e revitalização encontram eco na caracterização de determinada sociabilidade como indesejada e a ser evitada. A imprensa, em sua historicidade, serviria como agenciadora de práticas consideradas adequadas. Em temporalidade diversa, o pesquisador adota o gesto de tentar coletar rastros a partir da inevitável instabilidade: importam resíduos e detalhes desprezados. O samba e o Diário Oficial, nesta leitura, são vistos como redes de textualidades que se abrem para o escrutínio contemporâneo.

Referências

- AMBRÓSIO, Jadir. Saudade da Lagoinha. In: AMBRÓSIO, Jadir. *As Canções de Jadir Ambrósio*. Belo Horizonte: CMC, 2007. 1 CD.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política*. 7a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.222-232.
- BORGES, Felipe Luiz da Silveira. *Detetives de Verdade? A incerteza em True Detective*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte: UFMG, 2017.
- BORGES, Augusto C. Rainha que já não tem coroa: apontamentos sobre uma imaginação suburbana em Belo Horizonte. In: Dutra, Eliana; BOSCHI, Caio (orgs.). *Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG Cultural*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018. p.147-170.
- CARDOSO, Igor B.; MARTINS, Bruno Viveiros. *Horizontes do Samba - Dossiê de Registro do Samba como Patrimônio Cultural Imaterial de Belo Horizonte*. 2024. (Relatório de pesquisa)
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019. 296 p.
- FILHO, Hilário Figueiredo Pereira. *Glórias, conquistas, perdas e disputas: as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte (1899–1936)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- FONSECA, Maria Nazarreth S. Visibilidade e ocultação da diferença - imagens de negro na cultura brasileira. In: FONSECA, Maria N. S. (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.87-115.
- FONSECA, Duda. Jadir Ambrósio canta a história de BH. O Tempo, Contagem, 28 de janeiro de 2007. Magazine. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/entretenimento/magazine/jadir-ambrosio-canta-a-historia-de-bh-1.317474>>. Acesso em: 1. nov. 2025.

FRANÇA, Vera R. V. *Jornalismo e vida social: A história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: GAGNEBIN, J. M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.143-179.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio: Paz e Terra, 2008.

JÁCOME, Phellipy. *A Constituição Moderna do Jornalismo no Brasil*. Curitiba: Appris Editora, 2020.

JÁCOME, Phellipy. Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades. In: *Vulnerabilidades, Narrativas e Identidades*. (orgs.): Cynthia Mara Miranda [et al.]. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020b. p. 91-108.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LOPES, Renata. Lagoinha, o berço do samba de Belo Horizonte? História, Memória e Tradição. In: *Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte* - v. 9, n. 9 (2022) - Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Fundação Municipal de Cultura, p. 106-124, 2022.

MARTINS, Bruno Viveiros. Cidade e canção: narrativas sobre o espaço e o tempo. In: Dutra, Eliana; BOSCHI, Caio (orgs.). *Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG Cultural*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018. p. 113-130.

MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória. In: FONSECA, Maria N. S. (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.60-85.

MINAS GERAES, *Diário Oficial De Minas Gerais*. Ouro Preto, 9 fev. 1894. Disponível em: <<https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2025.

MINAS GERAES, *Diário Oficial De Minas Gerais*. Ouro Preto, 14 fev. 1896. Disponível em: <<https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br>> . Acesso em: 30 out. 2025.

MINAS GERAES, *Diário Oficial De Minas Gerais*. Belo Horizonte, 11 set. 1900. Disponível em: <<https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br>> . Acesso em: 30 out. 2025.

MINAS GERAES, *Diário Oficial De Minas Gerais*. Belo Horizonte, 10 jun. 1902. Disponível em: <<https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br>> . Acesso em: 30 out. 2025.

MINAS GERAES, *Diário Oficial De Minas Gerais*. Belo Horizonte, 23 jun. 1903. Disponível em: <<https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br>> . Acesso em: 30 out. 2025.

MINAS GERAES, *Diário Oficial De Minas Gerais*. Belo Horizonte, 20 out. 1912. Disponível em: <<https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br>> . Acesso em: 30 out. 2025.

MINAS GERAES, *Diário Oficial De Minas Gerais*. 5 jan. 1913. Disponível em: <<https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br>> . Acesso em: 30 out. 2025.

MINAS GERAES, *Diário Oficial De Minas Gerais*. 17 nov. 1925. Disponível em: <<https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br>> . Acesso em: 30 out. 2025.

MINAS GERAES, *Diário Oficial De Minas Gerais*. Belo Horizonte, 17 fev. 1927. Disponível em: <<https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br>> . Acesso em: 30 out. 2025.

MINAS GERAES, *Diário Oficial De Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2 ago. 1928. Disponível em: <<https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br>> . Acesso em: 30 out. 2025.

MINAS GERAIS. Lei n.º 8 de 6 de novembro de 1891. Cria a Imprensa do Estado. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/8/1891/>>. Acesso em: 30 set. 2025.

NAVA, Pedro. *Beira-Mar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

QUANTO TEMPO DURA UM BAIRRO, 2021. Disponível em: <quantodura.com.br>. Acesso em: 2 nov. 2025.

RIBEIRO, Daniel M. O olhar cartográfico de Walter Benjamin: apontamentos para um método de pesquisa. In: MATTOS, Maria A., SALGADO, Tiago B. P. (orgs). *Cartografias do Comunicacional e Subjetividades*. Belo Horizonte: PPGCOM/ UFMG, 2022. p 75-91.

SALGUEIRO, Heliana-Angotti. *A Casaca do Arlequim*: Belo Horizonte, uma capital eclética do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

SANTOS, Geórgia C. O. *Autenticidade e nostalgia na experiência dos consumidores de bares e botecos de Belo Horizonte - Cidade Criativa da Gastronomia*. 2022. 246f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

TINHORÃO, José Ramos. Samba: no início eram os batuques. In: TINHORÃO, J.R. *Música e Cultura Popular*: vários escritos sobre um tema em comum. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 147-160.

TJMG assina Acordo de Cooperação Técnica para digitalização do Diário Oficial de Minas Gerais. TJMG, 2025. Disponível em: <<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/tjmg-assina-acordo-de-cooperacao-tecnica-para-digitalizacao-do-diario-oficial-de-minas-gerais.htm>> Acesso em: 4 nov. 2025.

Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Uma versão deste artigo foi apresentada para conclusão da disciplina “Estudos em Textualidades Midiáticas I – Comunicação, memória e música popular: textualidades, territorialidades e vulnerabilidades em sambas de Belo Horizonte”, ministrada pelos professores Nísio Teixeira e Graziela Mello Vianna, no 2º semestre de 2025.
2. Optamos por manter, nas citações, a grafia das palavras conforme publicado pelo jornal à época. Portanto, o próprio periódico é referido como “Minas Geraes”.
3. Estudos como os de França (1998) e Jácome (2020) analisam criticamente o processo de modernização do jornalismo belo-horizontino e brasileiro no final dos anos 1920.
4. Tido como primeiro samba registrado, “Pelo Telefone”, de autoria atribuída a Donga e Mauro de Almeida, foi lançado em disco em 1917 (Lopes e Simas, 2015).
5. O Arraial de Curral del Rei recebeu o nome Belo Horizonte no fim do século XIX por sugestão de Luiz Daniel Cornélio de Cerqueira, um dos líderes políticos da localidade. Por discordar do valor da indenização referente à desapropriação de sua casa, mudou-se para Venda Nova prometendo nunca mais voltar a Belo Horizonte (Museu Histórico Abílio Barreto, 2025). A capital foi inaugurada, em 1897, como Cidade de Minas. O nome, impopular entre os moradores, perdurou até 1901, quando a cidade foi rebatizada como Belo Horizonte.
6. A última edição impressa do Minas Gerais foi a de 9 de março de 2019. O jornal continua a ser publicado em dias úteis na internet.
7. Antônio Conselheiro e os moradores de Canudos foram mortos pelo Exército em 1897, mesmo ano em que BH é inaugurada sobre os escombros do Curral del Rei.

CAPÍTULO 2

Riscados nos muros, rimas das esquinas: paisagens, cotidiano e marginalidade na pixação em Viçosa-MG

DÉBORAH MÉDICE SILVA

Introdução

As paredes e limites das construções guardam sentidos inúmeros, indícios e vestígios de subjetividades que se encontram num mesmo muro. Olho para a arte que habita nesses espaços do cotidiano, os pixos e grafites que marcam os paredões e caminhos traçados na cidade de Viçosa-MG. Artes que movimentam percursos pela cidade, traçam caminhos, narrativas poéticas, interventivas e de resistência. Assim, compreender como a pixação e as narrativas mobilizadas por ela e que sobre ela ressoam, traz possibilidades de pensar a cidade e o interior mineiro por meio da arte que se inscreve e escreve na proibição, no desvio e na inventividade. A intenção é conduzir uma reflexão sobre essas composições artísticas, sobre manifestações culturais urbanas que marcam trajetos

cotidianos com dizeres e desenhos sobre presença, sentimentos e (des)afetos, numa poética que diz de composições em devir. O trabalho tem como objetivo analisar as pixações, as relações estabelecidas com o espaço, suas narrativas e narrativas sobre a produção com o intuito de compreender as dimensões possíveis de se mobilizar com o contexto.

A partir de um caminhar flutuante — inspirado no gesto da *flânerie* de Benjamin (2021) — com olhar que acompanha uma realidade e as produções de subjetividade de praticantes em constante acontecer nesse contexto. Fiz um registro fotográfico, resultando em mais de 250 fotografias (produzidas entre 2018 e 2023), da região mais central da cidade, das quais apresento algumas para refletir pontos que fui ao encontro no processo cartográfico produzindo os dados em campo. Também mobilizo narrativas da mídia e de um artista local sobre a pixação (C.T.D.F. *feat.* SmoW - Johnny) e vestígios da relação com o território. Articulo essas narrativas e estéticas dos muros, como maneira de produzir um gesto constelativo, em que possa movimentar os afetos da experiência de pôr em dissonância as paisagens visuais, textuais e sonoras.

O texto é conduzido em trajetos, tentando trazer justamente esses encontros que tive no meio da rua, entre interpenetrações de saberes populares, artísticos, acadêmicos e da experiência. Tendo como perspectiva metodológica da pesquisa com os afetos, trabalhada por Moriceau (2020), construo essas reflexões considerando que a pesquisa se guia pelos afetos necessita de “uma grande abertura aos outros e ao contemporâneo e é o trabalho de uma vida. Ela é uma comunicação com a sociedade, a filosofia, os nossos compromissos, as nossas formas de existência” (Moriceau, 2020, p. 24). Conduzo também uma cartografia artística, limiar, que para Ribeiro (2021) é uma prática alternativa de mapeamento e em que as perspectivas artísticas produzem leituras subversivas, tanto do espaço quanto da cartografia.

Nas caminhadas propostas, movimento em giros ao redor das paisagens, ponho em roda percepções, afetos, noções, para tentar compreender suas dimensões espaciais e comunicacionais. O ponto de partida é a experiência e as fotografias, que possibilitaram emergências que entrelaçam com estudos de diversos autores que abordam as paisagens, as práticas

cotidianas, o espaço, as heterotopias, os limiares, a marginalidade, e a linguagem cancional no rap – Certeau (1998), Tatit (2002), Santos (2006), Foucault (2013), Gagnebin (2014, 2020), Segreto (2015), Vianna, Vaz e Santos (2018), Benjamin (2018, 2021) e bell hooks (2019).

Percurso visual cotidiano: paisagens da pixação em Viçosa

Enquanto escrevo o texto o corretor insistentemente marca de vermelho a palavra pixado, pixei, sugerindo que deve ser escrita com ch. Para Cunha (2019, p. 16), pixo com X “irá se referir àquelas inscrições propositalmente codificadas, voltadas apenas àqueles que têm contato com a atividade mas se mostram ilegíveis aos demais cidadãos, como enigmas”. No contexto da arte urbana, o pixo e o grafite operam intervenções nas cidades, o que os diferencia, entretanto, são para além de aspectos estéticos de composição, a relação de consumo e aceitação que se estabelece.

Para Gitahy (1999), esteticamente a linguagem do pixo é uma expressão figurativa ou abstrata que utiliza traços/massas para definição de suas forma, de uma natureza gráfica e pictórica, utilizando imagens do inconsciente coletivo e criações do próprio artista, que se repetem nas cidades, numa reprodução que traz características da pop art, em estilo e significados. Conceitualmente o pixo é “subversivo, espontâneo, gratuito e efêmero” (Gitahy, 1999, p. 18), discutindo questões sociais, políticas e econômicas, apropriando-se do espaço urbano para “discutir, recriar e imprimir” a intervenção artística humana nas cidades, produzindo um museu nas ruas.

O pixo e o grafite utilizam uma mesma plataforma que são as cidades, entretanto há uma diferenciação entre as práticas, principalmente pelo fato de o primeiro ser proibido e criminalizado, enquanto o segundo possui maior aceitação. O movimento se constrói a partir da noção da proibição e do crime — que é tipificado em crime ambiental (Lei nº 9.605/98). Os pixos se compõem de grafias e poéticas, muitas vezes de difícil compreensão, nas marcas deixadas no espaço urbano, nos riscos corridos pelos praticantes, criando uma arte quase incompreensível para quem passa na rua. Para Gitahy

(1999, p. 24), a pixação surge nos grandes centros urbanos e se intensifica e isso não acontece por acaso, ela opera como “uma das formas mais suaves de dar vazão ao descontentamento e a falta de expectativas”. O autor traz que é uma guerra realizada com tinta, em que seus praticantes se identificam a partir dos códigos e marcas que deixam pelas cidades.

Essa guerra feita com tinta compõem muitas vezes muros que guardam “pichação sobre pichação, criando assim uma massa abstrata de traços” (Gitahy, 1999, p. 22). Nesse emaranhado de nomes, frases, palavras e desenhos, os traços confusos e sobrepostos, expressam uma estética do proibido, que tem como essência justamente se associar ao que é ilegal. O ato de pixar é artístico e a criminalização ou a não aceitação da sociedade a esses trabalhos pouco importa, pois diferente de tantas outras expressões artísticas, o pixo não é feito para ser consumido por um valor monetário, há impossibilidades de capitalização do movimento.

Em Viçosa, o pixo ocupa em principal o centro, ainda que forte também nas regiões periféricas, são frases, poesias, trechos de músicas, saudações, diálogos até com quem pinta o muro para cobrir as grafias justapostas. A cidade é localizada na região da Zona da Mata Mineira, um município de médio porte fundado em 1871, que conta com a presença da Universidade Federal de Viçosa (UFV), com 76.430 habitantes, conforme o Censo de 2022 do IBGE. É nesse contexto que mergulho nas pixações da cidade, enquanto artista e pesquisadora. Realizei alguns registros fotográficos que são resultado da visita cotidiana ao museu marginal que existe na cidade e experiências iniciais de campo. A partir desses vestígios, indícios pictográficos de momentos e lugares, de presenças e sentidos, movimentos algumas noções que emergiram no caminhar e estar em contato com essa manifestação cultural.

Dentre umas das paredes das paisagens do município, um lugar se destaca pela contínua ocupação ao longo dos anos, que é popularmente conhecido como “muro das lamentações”. O paredão tem cerca de 30 metros e fica localizado em uma das avenidas principais do município, desde 2015 acompanho o muro ser pintado e repintado, sendo novamente pixado. Na figura 1, pode-se observar registros de dois momentos distintos da parede,

localizada nos fundos de uma escola municipal. Em 2023, o muro foi pintado e o registro abaixo foi feito alguns meses após.



Figura 1: Muro das Lamentações em 2023 e 2020.

Fonte: Fotografias produzidas pela autora em 2023 e 2020, respectivamente.

São muitas as lamentações que o preenchem, se apagam, repetem, reinventam a cada nova camada de tinta, que gera assim um novo espaçotempo de possibilidade. A frase “Não adianta pintar!”, na segunda imagem acima, é hoje coberta pela frase “A arte de rua nunca morre” da primeira imagem. A localidade também diz de um gesto de observação que é reconfigurado por ela, existe um balaústre que possibilita uma vista mais distante do muro (vista das imagens) e as artes que o habitam transformam o ponto. Em imersão nas ruas, vou ao encontro dessas paisagens, visuais, textuais e sonoras, de pixações, de murais, de um conjunto de artes e como juntas compõem essas paisagens dentro do espaço das cidades. Assim, observo atravessado pela ação de me pôr como leitor dessas paisagens e também produtor, enquanto artista de rua. Ponho em movimento a noção de paisagem, que Vianna, Vaz e Santos (2018) conceituam como uma área em que os sentidos de quem observa pode ver, ouvir e alcançar de um certo ponto de vista.

O pixo pode ser percebido como relevo dessas paisagens em que podemos notar contextos, como ainda continuam os autores “o leitor/ouvinte integra a paisagem com a sua presença, ainda que silenciosamente, e, ao mesmo tempo, mobiliza sua consciência, experiência, estética e moral ao observá-la” (Vianna; Vaz; Santos, 2018, p. 118). É importante pensar nessas relações estabelecidas de presença nas ruas e de mobilização de sentidos acerca das artes e as composições político, ético, poético, histórico, social etc. Vianna, Vaz e Santos (2018) dizem sobre essa construção relacional com as textualidades que formam as paisagens e os sentidos que a articulação dos relevos vai mobilizar. Em conjunto, essas paisagens textuais são “espaço ou superfície (con)textual” (Vianna; Vaz; Santos, 2018, p. 127), ou seja, abriga relações de sentido, que são mobilizadas em contextos histórico-sociais. Assim, para os autores (Vianna; Vaz; Santos, 2018, p. 127) a “textualidade seria composta por uma articulação de sentidos em todas as direções e com cruzamentos variáveis com o ‘museu imaginário’, repertório do seu leitor/ouvinte/espectador”.

Tendo como base essas noções, o criar com os relevos das paisagens, as textualidades, compõe parte do processo de estar na rua movimentando alguns desses tensionamentos e fabulando sobre seus sentidos em conexão. Há

palimpsestos por toda a cidade, paredes como o muro das lamentações, que justapõem nomes, frases, que juntam a performance com as letras tanto poética quanto visualmente, nas caligrafias e desenhos de letras, nas poesias e músicas grafadas. É nesse contexto que se desenvolvem narrativas, os sentidos vão sendo articulados e práticas de invenção e reinvenção desse cotidiano emergem. Certeau (1998) percebe muitas práticas cotidianas como falar, ler, circular, etc como táticas, como maneiras de fazer, algo que se estabelece nessa relação entre o fraco e o forte enquanto uma vitória do fraco, o autor diz:

E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos. Essas performances operacionais dependem de saberes muito antigos (Certeau, 1998, p.47).

É principalmente nas madrugadas e suas ruas vazias que os pixadores como praticantes do cotidiano se expressam, encontrando também horários específicos onde podem executar sua arte de maneira a burlar a criminalização da prática. Da mesma maneira, por meio da poesia os pixadores passam recados, reverberam ideias nos muros, traçando também estratégias de comunicação de suas verdades, identidades, estéticas, visões, crenças etc. Para Certeau (1998, p. 97), os praticantes do cotidiano são “Produtores desconhecidos, poetas de seus negócios, inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista” e traçam trajetórias que são indeterminadas, que aparentemente não tem sentido porque divergem do espaço formatado em que se movimentam. Certeau (1998, p. 97) traz que os movimentos dos praticantes “São frases imprevisíveis num lugar ordenado pelas técnicas organizadoras de sistemas”.

Nas trajetórias espontâneas a pixação vai compondo rua a fora o imprevisível e por isso também como tática, modo de fazer, se faz uma performance. A performance habita no gesto do pixador, também na poesia e na experiência, que demanda práticas e noções que são movimentadas a partir do gesto de pixar. Os pixadores realizam o movimento de criar alternativas e subverter o que é posto. Sua prática pode ser pensada também como

uma arte de burlar, uma astúcia, uma performance operacional, uma tática contra o sistema. O ato é criminoso porque provoca uma série de conflitos, provoca leituras do que no meio do dia-a-dia corrido nos vem ao (in)consciente num caminhar pela cidade. Na performance do pixo, o corpo todo é envolvido em um fazer que é reprimido pela lei dos “fortes”, enquanto os “fracos” subvertem, criam táticas de expor e marcar suas identidades nos muros desse espaço, registrando tempos, deixando vestígios.

Percorrer lacunas: disputas de espaço e poder nos muros

A pixação existe nesse cenário em que os gestos se fazem em desvios, de modos de fazer, praticar, como formas de brincar com o espaço. Se fazem também nas lacunas estabelecidas pelo poder discursivo dos muros, que dizem que ali não se pode atravessar, que dizem dos poderes de delimitação do espaço, das redes de relações que se estabelecem e criam movimentos de vigília e punição. Nesse contexto, o gesto de pixar a cidade é inserido e criador de uma série de conflitos, que reverberam e mostram os limites estabelecidos, as fronteiras e barreiras. Essa manifestação existe nos cotidianos de Viçosa, em que se vive em relação, como aborda Foucault (2013), já que não vivemos em um vazio, mas nos conjuntos de relações.

A impossibilidade de capitalização das produções do pixo, somada ao caráter de desvio de práticas e de criminalização, insere o pixo em um “lugar que está fora dos lugares”. A proibição não inibe, não controla e o pixo é feito e baseado na proibição, em movimentos furtivos, em que os muros são reivindicados como espaços da linguagem. A pixação estabelece o que podemos pensar como lugares outros, distintos daqueles que refletem e falam sobre, opostos às utopias, as heterotopias, que de acordo com Foucault (2013, p. 115):

são espécies de contra-aloções, espécies de utopias efetivamente realizadas, nas quais as alocações reais, todas as outras alocações reais que podem ser encontradas no interior da cultura, são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas; espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis.

Essa heterotopia acontece cotidianamente a cada risco ou desenho novo que surge nas ruas, em seus momentos de efemeridade ou de anos exposto ao tempo, se faz na experiência com o lugares, nas escrituras marcadas como forma de resistência, marcadas clandestinamente para afirmar existências marginais enquanto criatividade. Para Santos (2006, p. 218) o lugar é um “teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade”. O controle do espaço existe na própria existência dos muros e a pixação é uma das performances que operam a disputa de outras formas de espaço, outras formas de poder, para além dessas demarcações, as marcas disseminadas no interior desse cotidiano se estendem em caminhos múltiplos.

Cito um acontecimento que me chamou atenção pela forma como foi divulgado na mídia local. A notícia, que circulou em alguns veículos de comunicação (em julho de 2023), relata a identificação de um jovem apontado como responsável por pixações em áreas do centro da cidade. Segundo a reportagem, ele teria sido registrado por câmeras de vigilância enquanto escrevia a frase “Não trabalheremos(*sic*) até morrer” em um muro, e foi posteriormente identificado. Chamam atenção, nesse caso, as fotografias divulgadas pela Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG),¹ reproduzidas na notícia. O que se observa nas imagens é a repetição de um mesmo padrão caligráfico, em alguns pontos da cidade, mostram muros de casas e imóveis comerciais, cada um com uma frase diferente pixada (“rir pra não chorar”, “quem tem um amigo tem tudo”, “se deus quiser hj ã vai ter erro, já errei colocando deus no meio”). Também aparecem na notícia trechos com declarações atribuídas à PCMG, especialmente na explicação sobre a disseminação daquilo que os próprios pixadores denominam “marca”.

A identificação do jovem como estudante da UFV evidencia aspectos do perfil dos pixadores, em Viçosa. Na cidade, a pixação está ligada a um movimento de tensão centro-periferia protagonizado por jovens de zonas marginalizadas que ocupam o centro com suas marcas. Mas o contexto local revela que a transgressão também emerge do cenário acadêmico e desloca a prática para um conflito entre a institucionalidade e o patri-

mônio. Evidenciar essa característica é importante para compreender as táticas locais: o gesto é uma intervenção de praticantes que ocupam e tensionam os espaços de saber e convivência da cidade.

A vigilância sobre a pixação parece incidir sobretudo nas áreas mais comerciais da cidade, algo perceptível tanto pela escolha dos muros quanto pelas estratégias de observação e desvio empregadas pelos próprios pixadores — atentos à presença de câmeras e de “olhos vivos”. Essa dimensão da delinquência, tal como narrada pela mídia, pela polícia e pela própria performance do jovem envolvido no caso, apresenta diferentes camadas de significado, mas dialoga com a reflexão de Certeau (1998, p. 216):

Se o delinquente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do percurso sobre o estado, o relato é delinquente. A delinquência social consistiria em tomar o relato ao pé da letra, tomá-lo como o princípio da existência física onde uma sociedade não oferece mais saídas simbólicas e expectativas de espaços a pessoas ou grupos, onde não há mais outra alternativa a não ser o alinhamento disciplinar e o desvio ilegal.

Nesses gesto de desvio ilegal, da disseminação das marcas pela cidade, jogos vão se compondo, muros podem representar fronteiras, mas os pixadores tomam para si esse espaço, de marcá-lo com sua grafia específica, sua *tag*, apelido, nome ou poesia. De acordo com Gagnebin (2020, p. 73), para Walter Benjamin “o espaço de jogo, o *Spielraum*, é o ‘campo de ação imenso e insuspeitado tanto da arte quanto do político’”. Penso nesses muros como esse espaço, que dá a possibilidade, um espaço não preenchido, que possibilita a brincadeira, o jogo, a experimentação.



Figura 2: Muro de residência em jun/20 e em ago/20.

Fonte: Fotografias produzidas pela autora em 2020.

Já não se pode mais ler as palavras que foram marcadas na parede da casa acima (figura 2). A tentativa de apagar nos mostra um borro do que antes habitava ali, lembrando que algo ali habitou, esteve e ainda está escrito, porém como um borrão. Como o muro das lamentações, não adianta pintar porque o espaço é lugar de brincadeira, lugar de experimentar preencher, por isso não adianta cobrir, é na verdade na cobertura dos pixos anteriores que abre margem para outras ocupações, renovando movimentos. São nesses espaços criados, provocados, que ainda podemos nos ater a possibilidade de experimento, porque ainda há espaços não preenchidos, espaços para brincar, para o jogo e a transformação. Espaço que, como Gagnebin (2020, p. 71) traz, apresenta “uma estética da experimentação, portanto, em vez de uma lógica do espetáculo”.



Figura 3: Beco/Passagem e Mural, em 2023 e 2022
Fonte: Fotografias produzidas pela autora em 2023 e 2022.

Espaço brincado também na passagem de um lado para o outro do beco acima (figura 3), uma lacuna entre construções, que liga duas ruas sem saída, um local que é movimentado por alguns bares. Esse espaço entre, durante as várias noites em que estive no local, é constantemente atravessado pelas pessoas. Não somente aqui, mas nos outros muros e lugares, o conceito de limiar

ressoou, esse lugar de transição, onde a incerteza da imaginação fervilha, uma zona como apresenta Benjamin (2018, p. 535): “O limiar [*Schwelle*] deve ser rigorosamente diferenciado de fronteira [*Grenze*]. O limiar é uma zona. Mudança, transição, fluxo estão contidos na palavra *schwellen* (inchar, entumescer)”. Nesses espaços das paredes, onde as pessoas transitam com seus corpos, gestos, escritas e artes, o movimento se registra, de quem passou e deixou um pixo.

Os edifícios tomam os espaços e os muros são as lacunas entre o público e o privado. Por vezes cercados com fios elétricos, câmeras e cacos de vidro. Os tapumes e as cercas de ferro das construções dos prédios recebem marcas, nomes que logo em breve desaparecem. Nesse entre que os muros estabelecem, a pixação e o grafite criam limiares, artes em transição que se mostram para quem por elas está de passagem pelas ruas. Nas frases e ditados, nas formas e cenários, nas letras e nos recados, essas práticas se entrelaçam nas rotas de Viçosa. A pixação e apropriação desse espaço do muro como uma ação ético política, de múltiplas passagens, vai ao encontro com o limiar que Gagnebin (2014, p. 36) define como pertencente ao “domínio de metáforas espaciais”, mas que se inscreve de forma mais ampla, como “registro de movimento, registro de ultrapassagem, de ‘passagens’ justamente, de transições”.

Percurso musical marginal: “Din Don, olha quem tá na sua janela”

A música C.T.D.F de Johnny feat. SmoW (Rosa, 2020) é uma narrativa produzida por um rapper do território de Viçosa em colaboração com o personagem criado por ele, um eu lírico pixador. O artista é produtor de batalhas de Rap e Slam na cidade – como a Batalha Clandestina e o Slam Akewí – e tem uma atuação de longa data no município, sendo perceptível as marcas desses movimentos em sua construção musical. Na produção Johnny aborda a pixação enquanto expressão artística, as marcas deixadas pela cidade, os conflitos das abordagens, as relações com instituições públicas e tensões territoriais de Viçosa – como a gentrificação e especulação imobiliária. A faixa faz parte do EP Caosfera, lançado em 2020 que transita em alguns subgêneros do Hip Hop (*boom bap*, *trap*, *drill*, etc).

Coloco em movimento aqui alguns aspectos da linguagem e da musicalidade dessa faixa. Percebo tanto a música como o cenário da pixação no município como espaço de contra-narrativas, de práticas inventivas, de heterotopia, de resistência e afirmação, como movimentado anteriormente. Um espaço marginal, mas não nos sentidos dominantes, imposto pelas estruturas, a marginalidade como um “um lugar onde se fica, e até mesmo ao qual se apegar, por alimentar a sua capacidade de resistência” (bell hooks, 2019, p. 301). A narrativa de Johnny traz sentidos do espaço da pixação na cidade de Viçosa, sendo também espaço de resistência, através do rap e das escrituras produzidas pelo artista. A marginalidade do pixo, dos jovens do interior de Minas nas batalhas de rap, dos processos de escrita e criação, ressoam em resistências múltiplas e atreladas a linguagens, as produções poéticas e malandras, criando esses espaços radicais. Para além da oposição às estruturas opressoras, no espaço da resistência, no espaço cotidiano de quem resiste, o devir é necessidade, como traz bell hook (2019, p. 295):

No espaço deixado por aquele que resiste ainda há a necessidade do devir – da renovação de si mesmo. A resistência é a luta que compreendemos com mais facilidade. Até mesmo os indivíduos mais sujeitados têm momentos de raiva e ressentimento tão intensos que os levam a reagir e a confrontar. Essa revolta interior conduz à rebelião, mesmo que breve. Ela pode durar pouco tempo, mas existe.

O pixo, grafite e o rap se encontram no movimento Hip Hop, nas ruas, nos jogos com as palavras, faladas, escritas, no improviso, nos tempos, na brincadeira, na criatividade dos artistas. Esses jogos das artes nas ruas possibilitam um espaço do qual o viver depende, como aborda bell hooks (2019, p. 301): “da capacidade de conceituar alternativas, muitas vezes improvisadas. Teorizar sobre essa experiência esteticamente, criticamente, faz parte de um conjunto de ações para uma prática cultural radical”. São essas ações para uma prática cultural radical que atravessam as manifestações artísticas das ruas, nas diversas marcas deixadas pelos pixos, nas diversas sonoridades experimentadas do rap.

Em seus sentidos musicais, há alguns aspectos que marcam a construção da música que é dividida em dois momentos: a primeira parte por Johnny e a

segunda por SmoW. Apesar da ausência de um refrão e de uma estrutura principal mais aproximada da oralidade da fala, foi possível notar que as rimas operam ritmos que musicalizam essa fala. Não há uma oscilação de notas muito marcada e as variações são maiores que semitons, mas as consoantes e sílabas tônicas estabelecem padrões com as notas mais agudas da melodia do *beat* em alguns trechos. Destaco alguns versos (figura 4) que operam quase como refrão, mas não se repetem, momento em que a personagem do pixador assume os versos, e se diferencia de outros trechos da música por se aproximar mais do canto, joga também com a ideia do som cantado da campainha (*din don*).



Figura 4: Partitura da música CTFD.
Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Aproximo dessa análise os estudos de Tatit (2002) sobre a figurativização e tematização para pensar sobre os processos que se estabelecem no que diz respeito a voz do cantor e como se aproxima ou se afasta do canto ou da fala, como também sobre a composição de temas e construção de personagens. Segreto (2015) aborda esses processos no que diz respeito ao rap, envolvendo a expressão da voz nas canções e o gesto de aproximação com a oralidade. Como destacado, a música em foco apresenta elementos que dialogam, estabelecem vias entre a figurativização e a tematização, quando brinca com a personagem do pixador, com o tema da pixação, da relação com o espaço, no jogo das entoações e traz momentos em que pode-se notar a dança entre a voz que canta-fala e a que fala-canta, ou melhor, rima. Para Segreto (2015, p. 65):

O ato de rimar é, ainda que minimamente, um fator de ordenação musical que estabiliza o texto verbal. A importância das rimas no universo do hip hop é tão forte que o verbo “rimar” é até mesmo utilizado como sinônimo de “cantar”. É interessante que a atividade do MC seja definida como a “arte de rimar”, pois demonstra que para grande parte dos ouvintes ele não canta, nem fala se, por um lado, não estabiliza notas musicais, por outro, seu texto não chega a ser instável como a fala cotidiana.

Segreto (2015) destaca que no rap encontramos uma configuração rítmica que é mais usual, do pulso dividido em quatro partes, que é o caso da música analisada. Essa regularidade faz com que a figurativização seja mais preponderante em muitas das músicas com essa divisão e para quem ouve o sentido musical do canto é percebido na proximidade com a fala. O jogo do rap, como ritmo e poesia (*rythm and poetry*), também articula processos tematizantes, do ritmo como aspecto importante para esse gênero. As rimas de Johnny caminham junto com o ouvinte pelas ruas, guiando um ritmo que desemboca num canto de brincadeira do artista (*din don*), que também rimador, restabelece essa estética do canto falado ou da fala cantada até o fim da canção.

No que tange o tema da pixação em muitos versos temos encontros com outros pontos abordados anteriormente como: A relação com a cidade (“Edifício tem de marca passo, tomando meu espaço/To quem nem barata”); As relações de poder que se estabelecem no território de Viçosa (“Tô tranquilo aqui é sigilo/A mídia difama todo pixador /Foda se a prefeitura, foda se a polícia/Tenho nada contra e nem a favor”); Com os pixadores e os percursos que constroem (“Nós alivia marcando as viela e Nesse mundo ficam só as marcas /Marcas essas que não te veneram/ Mas que sempre vejo sendo veneradas”).

Esses trechos trazem vestígios, fragmentos de um processo de resistência performática, a voz do cantor cria movimentos que se encontram com os códigos das caligrafias pictóricas. A arte de rua viçosense, nas músicas, poesias e nas artes dos muros falam desse contexto, dos edifícios tomando o espaço e de como tomar também parte desse espaço. Editam ditados populares, colorem cantos, rabiscam passagens, performam pelas ruas, enfrentam as estruturas verticais tanto arquitetônicas quanto políticas e policiais.

Considerações - Percorrer e escutar

Andar pelas ruas, imagens, sons, sentidos, afetos, passando ao longo de tantas leituras, tantas escutas dessas leituras, abstrações, atravessando o beco que leva ao grafite que produzi, em conjunto com tantos traços, palavras e gestos. A abertura exige tempo. Mesmo que o costume a um cotidiano me leve a percorrer caminhos viciosos, rearranjo, mudo o ritmo do andar, desvio na esquina, nesse mesmo cotidiano a repetição cria. Cria espaços desses com que tanto se localiza que passam a ter múltiplas camadas de territorialidades, vejo os tempos acumulados nos pixos e quanta experiência junta em um muro. Uma mistura de afetos, estranhamentos, devires. Movimentar (n)esses percursos me pôs ao encontro de muitas reflexões, estando e praticando nesse espaço de Viçosa (figura 5), na maneira como os pixos e grafites compõem esses trajetos, como também são compostos por esses caminhos nas marcas deixadas e ressoam também em caminhos sonoros.

O jogo de deixar seu nome pela cidade, fazer um desenho, uma arte, se encontra com o jogo das rimas, dos MCs que deixam também suas marcas entoativas nas canções, nas batalhas, MCs, pixadores e grafiteiros entre muros, escadões, lixeiras, placas, nos espaços de trás, dos fundos, e no meio da praça, no centro da cidade. A margem que se desloca fugitiva, não em recuo, mas tática, como o poder transformar a violência em batalha de poesia, guerra de tinta, mesmo que por uma noite, por um baile, em um muro, transformar o que imperam à juventude periférica e principalmente negra, radicalmente romper na linguagem, na arte, no ocupar os espaços, reinventar e criar. A pixação em Viçosa - MG traz sentidos que nessas caminhadas, percursos vou bordando, fazendo desenhos no mapa com meus passos, compondo esquinas de reflexões, fazendo encruza no encontro dessas ruas.



Figura 5: Mapa de Viçosa-MG com marcações de algumas pixações e grafite registradas.
Fonte: Elaborado pela autora a partir de mapa digital com fotografias (Silva, 2023).

Referências

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BENJAMIN, Walter. Fragmento O. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CUNHA, Marcelo Perini Peralta. *O pixo como ato político*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/f2cf186c-f3f7-49f8-840b-cd4369ffdfbf/content>>. Acesso em: 10 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico; as heterotopias*. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Ed. 34, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Sobre a noção de Spielraum em Walter Benjamin: resistências e inventividade. In: SOUZA, Ricardo T. et al (orgs). *Walter Benjamin: barbárie e memória ética*. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2020, p. 63-73.

GITAHY, Celso. *O que é Graffiti*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

G1 ZONA DA MATA. *Estudante da UFV é identificado como responsável por pichações em patrimônios de Viçosa*. Viçosa, 1 jun. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2023/06/01/estudante-da-ufv-e-identificado-como-responsavel-por-pichacoes-em-patrimonios-de-vicosa.ghhtml>>. Acesso em: 2 dez. 2023.

HOOKS, bell. *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Elefante, 2019.

MORICEAU, Jean-Luc. *Afetos na pesquisa acadêmica*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM, UFMG, 2020.

RIBEIRO, Daniel Melo. *Limiares da cartografia: uma leitura semiótica de mapeamentos alternativos*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/ UFMG, 2021.

ROSA, Johnny. *CTDF (ft. SmoW)*. Viçosa: Babylon by Black, 2020. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <<https://youtu.be/egwd7onmK2g>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEGRETO, Marcelo. *A linguagem cancional do rap*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 150 p., 2015.

SILVA, Déborah Médice. *Pixos e Grafites de Viçosa-MG*. Viçosa: Google Maps, 2023. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=17yQ8s58zcqQ4DJxs3UgELa6ZLgZ5qo&usp=sharing>>. Acesso em: 26 abr. 2026.

TATIT, Luiz A. *O cancionista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

VIANNA, Graziela Mello; VAZ, Paulo Bernardo; SANTOS, Humberto. Sobre texto visual, som e imagem: novas paragens para as paisagens textuais. In: Leal, Bruno; Carvalho, Carlos Alberto; Alzamora, Geane (orgs). *Textualidades midiáticas*. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2018.

Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. “Ainda de acordo com a corporação, os investigadores também identificaram vários outros pontos onde o estudante teria cometido ‘o crime de dano ao ‘pichar’ outras propriedades, e disseminado o que chamam de ‘marca’ em toda a cidade” (G1 Zona da Mata, 2023).

CAPÍTULO 3

Notas sobre o consumo ortótico e prostético: entre mediações, espacialidades e sociabilidades boêmias

GUSTAVO SOUZA SANTOS

Partiu meu Brasil Guarani
Pro alto vamos cantar
Partiu Montes Claros bonita
Pro alto vamos lutar
Com a flor e com o maracá
Com a flor e com o amor
Com a flor e com o maracá
Com a flor de cânhamo
Eta povo bonito
Eta mata bonita
Eta serra do mel
Clareia amor, clareia!¹

Notas iniciais

A boemia exerce certo fascínio sobre quem a contempla, como algo que fita, atrai e encanta. Sua consumação do tempo e do espaço em durações que

destoam dos ritmos acelerados dos cotidianos urbanos, sua imagem de desfazatez em relação aos ideários preconizados da produtividade do ócio ou suas tessituras sedutoras nos cancioneiros populares ou narrativas audiovisuais corroboram em uma imaginação estatutária de certa deriva malandra da boemia. Entre vias, paisagens, redutos, comes e bebes, seu aparente torpor confunde a urbe concebida² e captura os sentidos para uma urbe alternativa.

A cena, o sujeito, a prática e a visualidade boêmia são documentos socioculturais que costuram dobras no tempo e roturas no espaço fazendo emergir desejos em potência feitos formas de vida que relembram a cidade de sua vitalidade, por vezes libertando-a de seu próprio afã como mito perdido entre pólis e ágora. Ela é cacofônica, modular, sinestésica e por vezes lasciva ao apetite das velocidades do capital.

A boemia é, portanto, um marcador sociocultural que na pujança do planejamento urbano contemporâneo e da vida moderna das cidades se mostra como um *glitch* ou uma resistência em falha dos requintes produtivos que a regem, revelando formas dissensuais de como os sujeitos, as coisas, os afetos e as cidades se produzem. A atmosfera boêmia inspira e expira frivolidades (Prysthon, 2014) e demoras opostas ao senso moderno de efetividade e utilidade da vida, nos sentidos do comer e do beber, do festejar, do contemplar o espaço e do proveito cioso do momento. Desse modo, a boemia é um observatório fecundo de práticas socioespaciais e comunicacionais que configuram jeitos outros de espacializar e comunicar subjetividades, espacialidades e políticas do tempo.

A produção capitalista do espaço é um processo inexorável da modernidade e dos sentidos da produção do cotidiano (Zukin, 2000; Harvey, 2005). No entanto, sua incursão não se dá sem certo nível de inventividade e (con)fabulação de sujeitos que à margem e ao centro, cocriam espacialidades transversais às linguagens e estratégias do capital. O consumo como prática social indelével deste prospecto tem se tornado um observatório assaz competente para se pensar a contemporaneidade para além de uma noção panóptica (Canclini, 2006; Douglas; Isherwood, 2006; Oliveira, 2018; McCracken, 2019; Perez, 2020; Pompeu, 2024).

Práticas e processos de consumo têm se demonstrado poéticas, potências e radicais de vida para se atravessar o tempo e, sobretudo, o espaço. No desenvolvimento urbano de hoje, espacialidades e paisagens de consumo boêmias, gentrificadas³ e hipsterizadas⁴ tem se multiplicado, indicando não apenas abaulamentos do espaço-mercadoria, mas evidenciando esteios de fabricações de sentidos para a urbe e para as subjetividades que ela exige.

A reflexão que aqui empreendo retoma uma pesquisa sobre uma série de transformações socioespaciais registradas em uma região da cidade média norte-mineira de Montes Claros, a partir da emergência de uma zona boêmia (Santos, 2023, 2024, 2025a, 2025b, 2025c). Os resultados revelaram uma ambiência heterotópica marcada por um fazer-cidade sensível, inscrita nas urbanidades e nos imaginários confessionais sobre os sentidos do ser e estar montes-clarense (Santos, 2023, 2024). Tal prospecto deflagrou movimentos de gestão do cotidiano e de fabricação de entre-lugares da subjetividade articuladas por práticas de consumo contíguas às espacialidades comerciais e boêmias como dispositivos citadinos (Santos, 2025b, 2025c).

Desse modo, avanço aqui reflexões sobre os conceitos de consumo ortótico e protético cunhados anteriormente (Santos, 2025b), por meio de desdobramentos de análise e interpretação etnográficas. O consumo ortótico aventa para práticas que remediam o cotidiano atroz no tempo-lugar do consumo, enquanto o consumo protético cria concepções biônicas e heterotópicas do real. Com interlocução filosóficas e antropológicas⁵ em linha comunicacional, apresentamos aqui bases para se pensar a complexidade do consumo espacializado, entre a publicidade, a sociabilidade, suas órteses e próteses.

Marcando o passo, consumindo o gesto

A andarilhagem é elogiada como poética e como método de vida e investigação das cidades desde longa data (Baudelaire, 2019; Benjamin, 1989; Ingold; Vergunst, 2016; Jacques, 2012). Os pés como modais do cotidiano - desvelado no corpo, na matéria e no movimento — podem ser deflagradores de aquiescências perdidas da cidade e sua comunicabilidade. Nesse contexto, a pesquisa que

encaminha os resultados aqui mobilizados se deu de forma ambulatorial, isto é, o caminhar fortuito revelou sendas oportunas e alices empíricos e culturais.

Para uma pesquisa emancipada de uma ancoragem invulnerável (Saraiva, 2023), feita das impertinências e estranhamentos do trivial (Castro, 2020) e em que o sujeito pesquisador é corpo sensível na pesquisa (Pessoa, 2023), a coleta de reminiscências que se desprendem do espaço e das práticas sociais inscritos nas microescalas do que corriqueiro é uma estratégia oportuna, a fim de pensar travessias teórico-metodológicas contemporâneas do comunicacional.

Este estudo faz emergir modelos conceituais, a partir de um campo produzido em Montes Claros/MG, cidade que exerce centralidade sobre os 88 outros municípios componentes da mesorregião Norte do estado mineiro, com 437.601 habitantes (IBGE, 2025). Se seu ordenamento e propriedades socio-espaciais, destacamos sua natureza de policentralidades, pendularidade e de vetor de uma região intermediária com reflexos socioeconômicos no estado (Pereira, 2007; Costa, 2020; França; Barbosa; Santos, 2024).

E neste ínterim, a boemia que aqui apresento foi deflagrada na andarilha-gem. Caminhadas rotineiras pela região investigada desde 2018 permitiram observar o entrelaçamento do tempo, do espaço e da bricolagem de práticas sociais na paisagem urbana em suas materialidades, visualidades e sensibilidades. A produção do espaço é ruidosa e visualmente expressiva no tempo, no entanto, sua leitura é sempre aquela planejada e que se confunde com os discursos oficiais públicos ou do mercado, carecendo dos entrincheiramentos dos sentidos detonados por sujeitos, ora em assonância, ora em dissonância a esta produção.

A partir de 2018, começo a observar a presença de estabelecimentos e certa movimentação de públicos em práticas de consumo, lazer e entretenimento em uma área historicamente marcada pelo tom pacato de residências tradicionais. Em 2019, obras arquitetônicas se multiplicam, anunciando novos espaços de comércio noturno, bem como de serviços diurnos e a verticalização residencial, enunciado as máximas da transformação e especulação da cidade.

O ano de 2020 é marcado pelo intercurso pandêmico. Logo que os primeiros decretos municipais flexibilizaram certas atividades, as obras voltavam ao seu estado habitual e o setor comercial pressionava, por meio de associações

representativas e debates em período eleitoral, por mais tempo e flexibilidade para um progresso regional que se mostrava promissor. Em 2021, a região já estava consolidada no imaginário popular como uma área de novidades de consumo e lazer, comparada por hipérbole ou orgulho regional a outras especialidades de metrópoles nacionais e globais.

O ano de 2022 marca um cruzamento público e político que validava o status simbólico e cultural da região (Zukin, 2000), enquanto celebrava a mercantilização clássica da produção capitalista do espaço urbano (Harvey, 1996, 2005): um dispositivo legal (Montes Claros, 2022) altera o tipo de ocupação da área, concedendo às vias adensadas comercialmente, o que antes não era possível pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (Montes Claros, 2009), indicando um caso de revelia da legislação urbana.

Em 2023, marco oficial desta pesquisa, desenvolvi o levantamento da área que é constituída por sete bairros (Jardim São Luiz, Melo, Cidade Santa Maria, Ibituruna, Funcionários, Sagrada Família e Centro) capitaneados por maior ocupação geográfica e do imaginário popular pelo Jardim São Luiz. Destes bairros, desprendem-se oito logradouros principais, sendo a Avenida Mestra Fininha, Avenida Deputado Esteves Rodrigues, Rua Eusébio Alves Sarmento, Rua Olímpio Dias de Abreu, Avenida Deputado Antônio Pimenta, Avenida Dr. João Chaves, Rua Raul Corrêa e Rua Guarani.

Esta região boêmia do São Luiz compreende então um corpus-território observado e investigado por oito anos, sendo cinco destes de forma não oficial por meio de caminhadas e deambulações, e três destes como pesquisa formal.⁶ Meus pés e sentidos contemplaram um espaço em produção e profusão por meio das incursões etnográficas,⁷ exercício praticado pelos sujeitos cujos pés e sentidos verteram significados para a um fenômeno materializado no espaço e na paisagem urbana e cultural desta localidade.

Esta boemia se configurou a partir de alterações da fisionomia da área que, entre fachadas, letreiros, luzeiros e reclames, desponta como peça insular de consumo urbano com especial enfoque ao de natureza noturna na quotidianidade do lazer, do comer e do beber (Santos, 2024, 2025a, 2025b, 2025c). Entre flana-gens, me deparei com miscelâneas de materiais construtivos na arquitetura dos

lugares, fusões de elementos gastronômicos e uma sociabilidade que ocupava os espaços privados dos estabelecimentos, mas tomavam calçadas, vias e outros equipamentos públicos como extensões dos corpos dos sujeitos-consumidores.

Para além destas materialidades sensíveis, pude testemunhar diferentes enunciações de consumo conspícuas à esta espacialidade. Havia um consumo tácito de lazer e entretenimento marcado por um sentido de contemplação e vínculo à localidade, um consumo marcadamente socioespacial tendo na paisagem urbana um lócus afetivo e um consumo da imagem da cidade confessada na maneira como o ócio era ali praticado e socializado. Consumo, sociabilidade, espacialidade e afetos pareciam se imiscuir da paisagem urbana, tornando-a uma paisagem peculiar de consumo sob o selo boêmio.

Para além da natureza do ordenamento urbano e aquém da totalidade do caso, a área criou no imaginário popular uma zona boêmia na cidade, marcada pela profusão de signos marcários e pela edificação de sentidos e plásticas arquitetônicas miméticas à vida cultural de metrópoles brasileiras e mundiais (Santos, 2024, 2025b, 2025c). Os ritmos de ocupação e sociabilidade na senda do consumo inauguraram territorialidades confessionais, fazendo emergir fabulações e heterotopias (Foucault, 2001, 2013), bem como mecanismos ortóticos e prostéticos (Santos, 2025b, 2025c). Tal prospecto modulou uma variedade de formas de ler, ver, viver e fazer-cidade, me levando a refletir as potencialidades de cidadinas do consumo, ou melhor, a debater o consumo como dispositivo cidadão.⁸

O fenômeno transformou a paisagem urbana e cultural local pelo crescimento de espaços comerciais diurnos e noturnos, tendo aqueles de caráter de lazer, do comer e do beber como os mais expressivos, dos quais tomarei beira. Interessou a esta proposta, portanto, cercar mais uma vez esse cenário inventariando sentidos e partilhas sensíveis e dos comuns entre espaço e consumo que se territorializam transformando o ópio — colateral da produção capitalista da urbe — em *opus*⁹ — este domínio complexo de sensibilidades heterotópicas da vida nas cidades e do consumo da/na cidade.¹⁰

Portanto, denotou-se um fenômeno complexo e intrincado. Isto é, um circuito de sociabilidade (pelas múltiplas relações sociais de consumo, lazer e

urbanidade), comunicação (pelo trânsito de mediações entre produtos, serviços, marcas, signos, mediações e ideários de cidade) e espacialidade (paisagem urbana e cultural atravessadas pela paisagem do desejo e do eu). Entre práticas de consumo e experiências marcárias articuladas à socialização e sensorialidade das relações de lazer e boemia circunscritas a um espaço cativo, regido por afetos, outros processos para além dos usos e percursos fortuitos se revelavam.

Esses processos se concatenaram a partir do diálogo com interlocutores em campo, atravessados pelos afetos e espacialidades em questão, e que podem ser divididos em dois movimentos. O primeiro revela um consumo conspícuo à espacialidade e seus afetos como ferramenta de gestão do cotidiano e suas agruras, permitindo no *momentum* do consumo a supressão sociossimbólica das mazelas. Já o segundo movimento encontra nessa catarse um aditivo heterotópico de alterar a percepção da realidade, fabricando novos lugares subjetivos e simbólicos para si.

A narrativa dos sujeitos era marcada por afetos sobre a localidade e sobre a experiência ali partilhada, superando a noção de estabelecimentos ou situações específicas. Este aspecto revelou a pujança de um constructo heterotópico fabulado na chave do consumo no/do espaço, mas ainda sinalizou a potência de uma combinação de efeitos residuais que tornavam o consumo como prática e navegação social um requinte biônico, isto é, uma mecânica combinada à corporeidade e à subjetividade partilhada na experiência comum, isolando o consumo de ação/situação/processo para sensação/vivência/acesso.

Esta corporificação do consumo no/do espaço me chamou a atenção e, à guisa de descrição e interpretação antro-po-comunicacional (Rodrigues, 2008; Dias; Freire, 2016), sob os relatos dos interlocutores, pensando a paisagem urbana como uma categoria experimental que é consubstancial à produção de si, encontrei inspiração na teoria seminal do ciborgue de Donna Haraway (2009) e dos meios/tecnologias como extensões dos sujeitos de Marshall McLuhan (2012) o arcabouço para adensar os movimentos percebidos em conceitos operatórios.

O consumo circunscrito ao espaço passa de prática transacional e social a um mecanismo cibernético, como observado na heterotopia da nova boemia

montes-clarense. Retomando aos movimentos destacados, o primeiro que, denota a ação de gerir e suprimir o cotidiano e suas agruras, foi concebido como *consumo ortótico* ou consumo como órtese. E o segundo, que registra a fabricação catártica de novas topologias da realidade, é entendido como “consumo prostético” ou consumo como prótese. Estes operadores conceituais permitem visualizar em complexidade o consumo e o espaço em microdinâmicas, essenciais para pensar outras teorias comunicacionais que deem conta das derivações da publicidade como campo (Pompeu, 2024).

Do consumo ortótico ao consumo prostético

O *consumo ortótico* ou consumo como órtese designa um movimento de ajustamento da realidade frequentemente atroz, encontrando em sua prática, signos e afetos o ferramental para atravessar os arrochos cotidianos, promovendo ataduras temporárias e duráveis na relação do momento do consumo conspícuo ao espaço. O campo revelou um entendimento difuso da presencialidade e da frequência à região como meio de lidar com as experiências estressantes da vida, fazendo com que a prática, a contemplação e a experiência ali vivida e partilhada um unguento, um remédio, um item que adjutor corretivo e reificador das dores e torpores do real.

A órtese é comumente compreendida como um dispositivo clínico que alinha, retifica e ajusta partes do corpo a fim de promover benesses temporárias, permanentes e preventivas. Seu uso elimina ou reduz dores e devolve funcionalidade e independência ao corpo que o uso. A raiz etimológica do termo remonta ao grego *orthósis* em que, *orthós* designa aquilo que é reto, direito e correto, e o sufixo *-sis* expressa um estado ou ação. Assim, *orthósis* representa o efeito material e prático de retificar e endireitar algo (Rey, 1999; Rezende, 2006).

No constructo conceitual que empreendi, a órtese no consumo é um mecanismo ou dispositivo corretivo e retificador da realidade na duração plena da experiência (figura 1):

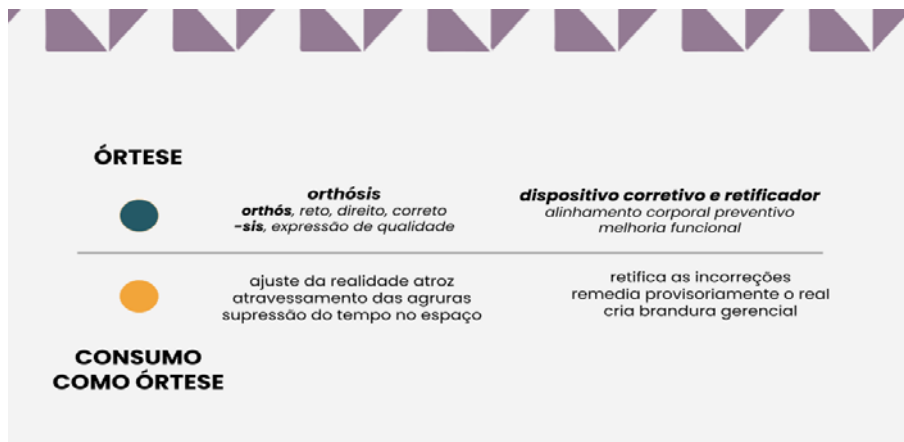


Figura 1: Constructo conceitual do consumo ortótico ou como órtese.
Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Este ajustamento da realidade foi frequentemente exemplificado pelos interlocutores como um momento espaçotemporal de lidar com a atomização do dia a dia: trabalho, relacionamentos, acontecimentos e emoções negativas. A celebração produzida nos ditames do consumo ritualizado e espacializado, aquecido pelo lastro do laço e da partilha sensível do momento permite não apenas o atravessamento do que é doloroso, torpe e idiopático, mas cria certa brandura gerencial que, passado o momento, dá condições para lidar com este conteúdo quando não se está em seu estado.

Portanto:

[...] a órtese é um veículo de ajustamento de uma realidade atroz ou de um arrocho do qual a normalidade é uma vivência que se torna pesada por diversos fatores sociais e humanos. Nesse intercurso, o consumo é um dispositivo que, acoplado ao sujeito em suas práticas e rituais, constitui mecanismo que o auxilia a atravessar as agruras cotidianas, remediando dores e desassociado - na duração da relação de consumo - a dor e o torpor do real. Portanto, o consumo como órtese neste estudo designa a elaboração de práticas e rituais de consumação como veículos de enfrentamento da realidade e vetores de sua dobra, a partir da criação de novas topologias e topografias criadas no desejo de confronto dos objetos nocivos. Tal qual a órtese retifica membros conquanto produz conforto até para sua adequada normalidade, mobilidade ou funcionalidade, o consumo retifica o corpo para lidar com a carga cotidiana

na duração do rito de consumo, mas prolongando-se como um dispositivo de ajustamento, de lida, de suporte ou completude de um cotidiano que arde por outro - utópico, imaginado - que refrigera (Santos, 2025b, p. 12).

O caráter corretivo da órtese confere à noção de consumo ortótico um caráter negocial para com a realidade tácita (social, econômica, política, cultural, macro) e simbólica (intra e intersubjetiva, micro) ao brandir em sua experiência — frequentemente atribuída certa noção minimizada de frivolidade ou futilidade — um mecanismo capaz de transpor uma condição materialmente desfavorável em simbolicamente favorável. O consumo ortótico é, então, um veículo que concebe espaço, tempo e comunicação como potências amalgamadas para dobrar o que aflige e inflige incômodo, permitindo temporariamente alívio momentâneo *in loco* e gestão das agruras *ex loco*.

A temporalidade é particular no consumo como órtese. Primeiro porque sua manifestação e potência ativa se dá na duração da experiência de consumo circunstanciada à espacialidade e à experiência sensível partilhada, isto é, enquanto durar o ócio, o lazer, a presença e sua consumação. E, segundo, na medida em que seu ocaso confere um residual que dá ao sujeito feito consumidor certa estamina para gerir ou suportar o cotidiano até que nova oportunidade ortótica se estabeleça. Logo, o consumo ortótico é radicado no espaço por meio de um abaulamento negocial do tempo e seus efeitos.

Pode restar a indagação do que faz dessa prática de consumo no espaço/na cidade uma órtese. Por certo que as práticas boêmias ou estritas de lazer como comer, beber, espairar e socializar podem não ser totalmente capazes de conferir este status ao consumo e aos sujeitos. Mas o jogo do corpo que está presente e a retórica da paisagem silente são seu tónus. Os exercícios corpográficos e coreopolíticos¹¹ dos sujeitos-consumidores encontram na paisagem urbana irrigada de signos e afetos da paisagem cultural do consumo plastificado na boemia os insumos para compor certa resistência.

Este cenário é composto pelas materialidades dos enclaves dos estabelecimentos entrecortados por equipamentos urbanos e edificações de outras naturezas, o que serve ao olhar as vistas de um oásis em carne nas pedras

(Sennett, 2014). Há ainda a participação das visualidades: letreiros, luzeiros, sons, aromas, gostos e mensagens publicitárias que preenchem a forma da cidade e dão ritmo ao corpo em presença. E, por fim, a sociabilidade na partilha sensível e dos comuns, onde o consumo é um ligar/desligar das automações situacionais do dia a dia.

Desse modo, o consumo ortótico oferece o alívio por meio do conjunto característico da urbanidade espetacularizada (Debord, 2013; Fernandes; Fernandes, 2020) que celebra em seus fixos e fluxos, a despeito do que a realidade encerra. Tal prática de consumo fornece então possibilidades linguísticas e extralinguísticas de flexionar o desejo no consumo, a fim de manejar o que mal afeta, realizando contraturas temporais corretivas, isto é, vertendo *orthósis*. O consumo no espaço e na cidade é a cenografia sensível para esta brandura gerencial e corretiva.

Do consumo no espaço e na cidade passo ao consumo do espaço e da cidade. Enquanto uma modalidade é material, circunstancial e consumada, a outra é idealizada, fabulada e desterrada da realidade. Consome-se no espaço e na cidade pensando em zoneamentos comerciais fixos ou modulares e toda sorte de práticas sociais ali desempenhadas, como o caso pesquisado. Mas, nesse mesmo contexto e em última instância, consome-se a cidade em seu intercurso. Ou melhor, ideários, fabulações, imaginações e imagens da cidade são consumidas e se tornam o diapasão para (re)elaborações dos sujeitos no tempo e no espaço.

Aqui se fundamenta o segundo movimento conceitual que empreendo: o *consumo protético* ou consumo como prótese. A órtese diz de um movimento reparador e corretivo em negociação temporal ajustada à existência e à subjetividade, a prótese é biônica e incorpora nos enredamentos sociais, afetivos e simbólicos do consumo outras noções do real. Se o movimento ortótico revela a necessidade de dispositivos retificados acoplados ao self, a prótese configura a metamorfose do desejo amalgamada à espacialidade espetacularizada, conformando-a em um dispositivo protético, não necessariamente substitutivo, mas adjutor.

O constructo conceitual do consumo protético é entendido como uma combinação de processos, práticas e experiências ao arcabouço simbólico e representativo do espaço e sua materialidade (figura 2):

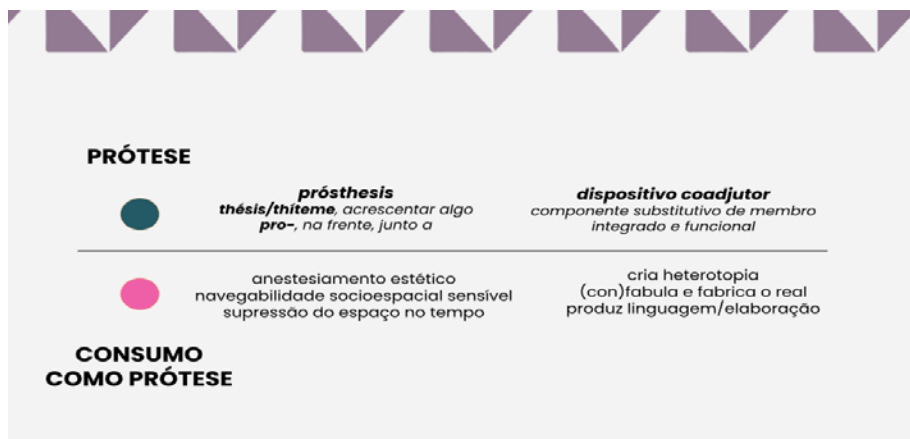


Figura 2: Constructo conceitual do consumo protético ou como prótese.
 Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Esta possibilidade protética se estrutura a partir da consumação da relação lugar e afeto, paisagem e subjetividade, experiência e espacialidade, consumo e leitura da realidade. Isto produz uma radicalidade em que a localidade de realização do desejo e do consumo em sua oferta estetizada produzam solidez heterotópica cujo reconhecimento se valida como ideal, de modo que outras partes que não partilham de tais características sejam entendidas como menores e não ideais.

A própria noção vocabular de prótese esclarece. O termo vem de *prósthesis*, em que *thésis* deriva do verbo *títhemi*, remontando a “colocar ou acrescentar algo”. Já o prefixo pró- indica a “na frente de, diante de, junto a ou próximo” (Rezende, 2006). O léxico médico classifica a prótese como uma peça ou equipamento capaz de substituir parte ou totalidade de um órgão ou membro de forma integrada ou acoplada ao corpo, o que gera funcionalidade, adequação ou conforto (Rey, 1999).

Nesse sentido, as espacialidades de consumo do/no campo me levaram a perceber uma relação de refletância entre um esteio físico e material de detonação de sentidos e afetos e um esteio simbólico e fabular. Isto é, tanto a conjuntura física e material da localidade como sua experiência social e sensível cooperam para verter outras (ou novas) versões dos próprios sujeitos e de noções da cidade, numa sanha desejante de fazer colar a ideia na realidade factual. Isto se fortalece na medida em que a estetização intencional do espaço promove certo anestesiamiento que abranda conflitos e apaga dismorfias da realidade, vertendo o gozo para uma ideia modal que se aciona no *momentum* do consumo localizado espacialmente.

O caráter episódico do consumo boêmio e do movimento ortótico é reelaborado a partir da materialidade da cenografia arquitetônica de estabelecimentos e seus ritos, bem como das sociabilidades rituais ambientais, aditivadas pelo imaginário. Este movimento cria a prótese de consumo. Isto é, uma acumulação de sentidos, afetos, práticas e socialidades que funcionam como mecanismos de extensão da existência cotidiana, o que permite navegar com mais eficácia pelo realismo heterotópico fabricado na comunicação marcária e fabulado no ensejo dos sujeitos.

Em suma, este processo possibilita aos sujeitos reelaborar a si e a própria realidade, alterando sua natureza:

A noção de prótese nos faz pensar que as práticas de consumo ali deflagradas criam novos membros e novas naturezas aos sujeitos que suplantam suas necessidades, bem como os requintes do desejo - por vezes seduzido e anabolizado pelos discursos empreendidos. De posse de uma prótese, os sujeitos vestem essa natureza de entrar e sair na heterotopia criada ao sabor de desejos, sentidos, signos e afetos. [...] o consumo como prótese fornece ao sujeito fisiologias e mobilidades fundamentadas na substância do desejo e as convalescências da subjetividade, produzindo novas naturezas humanas formadas pelos aspectos sedutores e persuasivos das atividades de consumo, ambientadas em uma paisagem-palco apta à performance e ao espetáculo. Quando o frívolo, o circunstancial e o catártico não são suficientes como propulsores de um devir contemporâneo das cidades, a prótese fornece mecanismos e axiológicos para entrar e sair de um entre-lugar, um novo *topos* fabricado entre as derivas do eu e as estratégias

do discurso do capital que se veste das tecnologias do consumo para se operacionalizar (Santos, 2025b, p. 23).

A prótese, embora seja compreendida primariamente como adendo ou dispositivo que torna híbrida duas materialidades corroboradas para um mesmo fim funcional, se revela como uma natureza amplificada, ciborgue (Haraway, 2009). No festim de consumo do campo pesquisado, os relatos remontam a sujeitos que ampliam fora daquela relação socioespacial uma permanência desejante nesse estado festivo, criando um processo ubíquo. Ora, a prótese é assistiva, mas consubstanciada ela ainda oferece novos jeitos e modos de entrar e sair do/no lastro do que simbolicamente encerra a potência do consumo.

Embora a pesquisa tenha revelado que o consumo ortótico e prostético sejam convivias sem que necessariamente sejam evoluções de si, seus efeitos são contingentes e concomitantes. A consequência do efeito do consumo como órtese é o consumo como prótese, na medida em que esta compreende a cidade e seus espaços não mais reduzida à materialidade e visualidade, mas na possibilidade da fabricação de derivas da realidade, dobrando sentidos e afetando a consciência do corpo, do *self* e do próprio tempo. O consumo inscreve em si novas linguagens perceptivas e espaçotemporais.

Notas (não) finais (?)

Apresentei aqui notas sobre construções conceituais que se desdobraram de uma pesquisa conduzida extra-oficialmente há 8 anos e mais oficialmente há 2 (Santos, 2023, 2024, 2025b, 2025c). Entretanto, os consumos ortótico e prostético podem ser compreendidos como movimentos do consumo na/da cidade no limiar clássico e contemporâneo da produção capitalista do espaço. O descritivo narrado a partir dos achados de pesquisa, se posicionam modestamente como caminho conceitual para interpretar as derivas espaciais e espirais de consumo.

As zonas boêmias tradicionalmente revelam matizes culturais, tradicionais e historicizados do ócio e do lazer. No entanto, sob égide dos movimentos de

empresariamento urbano, as paisagens culturais fincadas na cidade tornam-se mercadorias e commodities consumíveis em uma noção macroscópica. Esta crítica não invalida ou arrefece as dissonâncias em escala microscópica e micropolítica na ordem dos sujeitos desejantes que, como consumidores, fabulam e veem a urbe de outra forma, revelando maneiras táticas de fazer-cidade.

O consumo como órtese e como prótese se enquadram neste panorama de disputas contemporâneas da cidade. Isto me leva a ajuizar que o consumo funciona nesta cena de complexidades como um dispositivo citadino, isto é, concatenado a exercícios criativos e astuciosos de ver, ler, viver e fazer-cidade. Os produtos da atividade publicitária e os desenhos do consumo clinicamente lidos como ópio, se revelam um opus oportuno para se pensar a urbanização hodierna e de novas formas de sociabilidade e partilha do comum.

Consumo ortótico e protético são operadores conceituais que se relacionam diretamente a concepção de tempo e espaço atrelada à produção fractal do espaço urbano, das noções de cidade e da paisagem como materialidade flexionada na subjetividade. Em suas dobras, negociações e fabulações estão heterotopias fulgurantes, cuja leitura é fundamental para se pensar o comunicacional volátil, mas não menos profundo das práticas de consumo. Conso-me-se na cidade, consome-se a cidade. E o sujeito faz de si neste prospecto um exercício experimental para enfrentar a realidade em sua totalidade.

Referências

- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo à margem e ao centro. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.
- ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. Vila Buarque torna-se *hipster*: conceitos globais, efeitos locais. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 21, n. 54, p. 642-659, set. 2020.
- ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. “*Hipsterização*” no centro de São Paulo: consumo, trabalho e produção da cidade. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- AMARAL, João Flávio Menezes; RODRIGUES, Isadora Meneses. Gentrificação, mídia e poder simbólico: reflexões sobre o consumo do espaço urbano mercantilizado. *RUA*, Campinas, SP, v. 26, n. 1, 2020.
- BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. 2. ed. São Paulo: Martins Claret, 2019.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Corpo e cidade – coimplicações em processo. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v.19, n.1 e 2, p.142-155, jan./dez 2012.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- CASTRO, Marina Ramos Neves de. Etnografia sensorial e experiência sensível: experienciando a carne do mundo. *Amazônica - Revista de Antropologia*, v. 13, n. 1, p. 289-310, 2020.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

COSTA, Valéria Aparecida Moreira. *Metropolização em cidades médias: apontamentos a partir da região geográfica intermediária de Montes Claros/MG*. 2020. 145f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2020.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

DIAS, Luciene Oliveira; FREIRE, Ralyanara Moreira. Antropologia e Comunicação para o fortalecimento de novos campos. *Revista Extraprensa*, São Paulo, Brasil, v. 9, n. 2, p. 37–52, 2016.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens*. Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

FERNANDES, Rodrigo; FERNANDES, Ulisses da Silva. A sociedade do espetáculo e a cidade contemporânea. Apontamentos para uma leitura geográfica de Guy Debord. *Revista e-Metropolis*, Rio de Janeiro, n. 42, 2020.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, M. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Ditos e Escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 411-422

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FRANÇA, Iara Soares de; BARBOSA, Micaela Cardoso; SANTOS, Suzane Fátima Ribeiro. Policentralidade em cidades médias: apontamentos sobre Montes Claros-MG. *Revista da ANPEGE*, v. 20, n. 41, p. 1–33, 2024.

HARAWAY, Donna. Manifesto do ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; HARI, K.; TADEU, T. (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração pública urbana no capitalismo tardio. *Estudos e Debates*, n. 39, p. 49-65, 1996.

IBGE. *Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1 de julho de 2025*. Rio de Janeiro: DPE/COPIS/IBGE, 2025. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2025/estimativa_dou_2025.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

INGOLD, Tim.; VERGUNST, Jo Lee. *Ways of Walking: anthropological studies of creativity and perception*. Londres: Routledge, 2016.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: EdUFBA, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEPECKI, André. Coreopolítica e Coreopólicia. *Ilha (Revista de Antropologia)*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2012.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. *A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadinidade*. 2017. 345f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro; BRANDÃO, Leonardo. Os movimentos do fazer-cidade: reflexões sobre uma utopia cidadina. *Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 212-234, dez. 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MCCRACKEN, Grant. *Cultura e Consumo: Novas Abordagens ao Caráter Simbólico dos Bens e das Atividades de Consumo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2012.

MONTES CLAROS. *Lei n. 4.198 de 23 de dezembro de 2009*. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no município de Montes Claros e dá outras providências. 2009. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/leis_pdf/index.htm>. Acesso em: 23 jan. 2025.

MONTES CLAROS. *Lei n. 98 de 22 de dezembro de 2022*. Dispõe sobre a regulação de edificações e uso do solo no município de Montes Claros e dá outras providências. 2022. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/leis_pdf/index.htm> . Acesso em: 23 jan. 2025.

PEREIRA, Anete Marília. *Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais*. (Tese Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

PEREZ, Clotilde. *Há limites para o consumo?* Barueri: Estação das Letras e Cores, 2020.

PESSOA, Sônia Caldas. Travessias científicas: vulnerabilidades nossas em terra firme ou mar revolto. In: SARAIVA, L. A. S.; PESSOA, S. C.; MANTOVANI, C. M. C. A. (Org.). *Metodologias vulneráveis*. Cachoeirinha: Fi, 2023. p. 46–106.

POMPEU, Bruno. Das Teorias da Comunicação e do Consumo à defesa do estatuto da Teoria da Publicidade. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 33, 2024. *Anais do 33º Encontro Anual da Compós*. Niterói: UFF, Compós, 2024.

PRYSTHON, Angela. *Utopias da frivolidade*. Ensaios sobre cultura pop e cinema. Recife: Cesárea, 2014.

REZENDE, Joffre Marcondes de. Prótese, prótese, órtese. *Revista de Patologia Tropical*, Goiânia, v. 35, n. 1, p. 71-72, jan./abr. 2006.

REY, Luís. *Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1999.

RODRIGUES, José Carlos. *Antropologia e comunicação: princípios radicais*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2008.

SANTOS, Gustavo Souza. *Relatório final de estágio pós-doutoral*. Paisagens e sociabilidades urbanas movediças: das territorialidades do consumo às territorialidades da vida. Montes Claros: PPGDS/Unimontes, 2023.

SANTOS, Gustavo Souza. Vende-se o eu e a cidade: a plasticidade da paisagem e dos rituais de consumo em Montes Claros/MG. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 34, 2024. *Anais*. Belo Horizonte: ABA e FAFICH/UFMG, 2024.

SANTOS, Gustavo Souza. A cidade, a margem e o consumo: notas sobre consumo e cidadindade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL A MORAL DO ESTADO POR MEIO DA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6, 2025. *Anais*. Montes Claros: PPGDS/Unimontes, 2025a.

SANTOS, Gustavo Souza. Pode o consumo ser cidadão? Entre sociabilidades, mediações, órteses e próteses em Montes Claros/MG. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 34, 2025. *Anais*. Curitiba: Compós, UFPR, 2025b.

SANTOS, Gustavo Souza. Vende-se o eu e a cidade: publicidade, consumo e produção do espaço urbano em Montes Claros/MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM PUBLICIDADE, 15, 2025. *Anais*. Natal: ABP2, UFRN, 2025c.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. Sobre metodologias vulneráveis. In: SARAIVA, L. A. S.; PESSOA, S. C., MANTOVANI, C. M. C. A (Org.). *Metodologias vulneráveis*. Cachoeirinha: Fi, 2023. p. 19-45.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

SILVA, Ricardo Luís. *Elogios à inutilidade*: a incorporação do Trapeiro como possibilidade de apropriação e leitura da Cidade e sua alteridade urbana. 2017. 904 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

OLIVEIRA, Frederico Jorge Tavares de. Por uma teoria da consumação: correspondências entre comunicação, consumo e imaginário. *Signos do Consumo*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 92-104, 2018.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 80-103.

Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Letra da canção “Serra do Mel”, interpretada por A Outra Banda da Lua e composta por Mateus Sizilio, banda e músico montes-clarenses.
2. Como postula Lefebvre (2000) ao distinguir espaço percebido (capturado pelos sentidos e experiência), vivido (desenvolvido no lastro social e afetivo do cotidiano) e concebido, sendo este último aquele que é organizado e planejado em instrumentos, técnicas, práticas e discursos do poder hegemônico ou de prevalência cultural.
3. Como refletido por Amaral e Rodrigues (2020).
4. Como cunhado por Alcântara (2019, 2020).
5. Os pressupostos teórico-metodológicos são construídos a partir de Haraway (2009), Agier (2011), Certeau (2014) e Sennett (2014).
6. Em 2023, a pesquisa foi institucionalizada na Unimontes por ocasião do pós-doutoramento junto ao PPGDS/Unimontes, sob supervisão do Prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado. Em 2024, a pesquisa continua em minha instituição de trabalho docente, o Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). E em 2025, o estudo passa a integrar o rol de pesquisas doutorais do PPGCOM/UFMG, a partir do segundo doutoramento desenvolvido na linha de pesquisa Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades, sob orientação da Prof. Dra. Graziela Valadares Gomes de Mello Vianna.
7. As incursões etnográficas (Agier, 2011, 2015; Magnani, 2002) fizeram parte do percurso metodológico da pesquisa por meio de caminhadas, observações, tomada de notas de campo e entrevistas realizadas de abril a outubro de 2023 com retornos de agosto e dezembro de 2024, alternando turnos e dias para uma observação ciosa,

temporal e circunstancial de espaços, estabelecimentos, sujeitos, acontecimentos e processos.

8. A cidadinidade é concebida como meios, mecanismos, artifícios, astúcias e maneiras de fazer-cidade na produção do cotidiano; feita esta que é sempre observada de forma fabular, questionadora e à deriva dos centros de poder (Agier, 2011, 2015; Certeau, 2014; Machado, 2017; Machado; Brandão, 2020).

9. Opus como do latim “obra”, entendendo o fenômeno como deriva do planejamento urbano e seus residuais, cujo caso e corpus-território apontam para outras formas de viver e apreender a cidade, por vezes em inconformidade com os centros de poder ou à sua deriva, registrando arranjos comunicacionais citadinos e aclarando uma investigação que perscrute a formulação de um consumo da/na cidade como um dispositivo citadino.

10. Ora, entendo aqui que o consumo se estabelece como prática feita e vivida na cidade como lócus, mas tendo a própria cidade e seu ideário como objeto de consumo. Portanto, consome-se na cidade, mas consome-se a cidade, ocupando-a, ideando-a, fabulando-a, imaginando-a e experimentando-a.

11. Como concebem Britto e Jacques (2012) e Nascimento (2016) para o conceito de corpografia e Lepecki (2012) para coreopolítica.

CAPÍTULO 4

Segregação racial na expansão de São Paulo: marginalização, invisibilizações e a construção de territórios negros

MARIA FERNANDA DE OLIVEIRA-RUAS

ABRAÃO FILIPE MARQUES DE OLIVEIRA

A cidade de São Paulo é reconhecida pela sua atuação no cenário nacional e internacional¹ — sendo uma das duas metrópoles globais do país, ao lado da cidade do Rio de Janeiro — e por sua ampla diversidade cultural.² Além de possuir a capital mais populosa do Brasil, com quase 12 milhões de habitantes,³ o estado homônimo possui destaque econômico, com o maior Produto Interno Bruto (PIB) em meio aos demais.⁴ Ainda, entre as décadas de 1970 e 1990, a cidade — e sua região metropolitana — foi lida como um território utópico, por muitas das pessoas que migravam, principalmente, das regiões Norte e Nordeste do Brasil, em busca de melhores empregos (Baeninger, 2005) e, consequentemente, condições de vida.

Neste capítulo,⁵ nosso objetivo é discutir perspectivas históricas, econômicas e socioespaciais acerca do estabelecimento desse território, a fim de compreendermos um pouco mais sobre a formação e a organização das dinâmicas de tal espaço urbano, para que, depois, possamos pensar sobre como essas configurações impactam a vida dos sujeitos que ali existem. Ao partirmos desses pressupostos na nossa discussão, nos apoiamos na provo-

cação proposta por Andreilino de Oliveira Campos (2012), que nos afirma que a questão étnico-racial, nos estudos brasileiros, frequentemente é negligenciada, quando as pesquisas tomam as discussões sobre questões de classe social como suficientes para explicar as dinâmicas da organização urbana.

Para isso, propomos três eixos teóricos que se colocam a refletir sobre dimensões que variam entre si e, com isso, nos oferecem lentes conceituais que ajudam a compreender esse fenômeno, por perspectivas Outras, que acionam complexidades negligenciadas. Com isso em vista, para o início da nossa discussão, partimos da narrativa proposta pela comunicação do Estado de São Paulo.

Conforme discutem Magno Vieira da Silva, Rudimar Baldissera e Rennan Mafra (2019), o discurso organizacional é marcado por fraturas, dissensos e disputas em relação às experiências históricas, de forma que pode ser tomado

como epicentro em meio ao qual gravitam processos de identificação e de diferenciação (Baldissera, 2007), pontos de sutura e de abertura da identidade organizacional [...] [e] como âmbito em meio ao qual se empilham vestígios de experiências públicas entre sujeitos e organizações (Mafra, 2011), que apelam tanto para passados carregados de êxitos e/ou traumas, quanto para horizontes imaginados (Silva; Baldissera; Mafra, 2019, p. 1).

Nesse caminho, com base no que nos conta o geógrafo Campos (2012), ao refletir sobre o tema da questão étnico-racial no espaço urbano, precisamos passar por três etapas interligadas, que são: a) a expansão urbana, de modo que esse fator se mostra indispensável para compreender como as cidades foram incorporadas ao processo urbano, considerando funções e importância associadas ao desenvolvimento capitalista local; b) o processo de metropolização, levando em conta que a urbanização brasileira atinge um novo estágio a partir dos anos 1970, resultando em um significativo aumento no número de médias e grandes cidades e caracterizando um verdadeiro processo de metropolização, no qual grande parte da população se concentra nessas áreas; c) e, por fim, a segregação socioespacial e questões étnico-raciais: para o autor, a segregação socioespacial, para além das questões econômicas, também está atrelada à produção de valores, nos quais a história, o estigma, a discriminação e o preconceito exercem impactos negativos na

leitura acerca de tal apropriação do espaço urbano e na qualidade de vida daqueles lidos como pobres que residem nas metrópoles.

Não necessariamente nessa ordem, tomamos esses pontos como diretrizes que nos guiam, entendidas enquanto instâncias que se atravessam e, nesse sentido, se complementam. Com isso, nos colocamos a pensar um pouco sobre a origem da capital de São Paulo, de acordo com a narrativa proposta pela comunicação organizacional do Governo do Estado.

Da invasão colonial às organizações das ruas de São Paulo: uma narrativa de exclusão e marginalização da população negra

Fundado em 1554, com a pequena Vila de São Paulo de Piratininga, localizada na capitania de São Vicente, o embrião do estado aparece com a celebração de uma missa realizada por uma comunidade jesuíta, em um território que teve sua estruturação intimamente marcada pela ação dos bandeirantes. A marcação desse evento inaugural é resgatada na construção narrativa da história do estado de São Paulo, durante o século XVI.

No início, São Paulo vivia da agricultura de subsistência, da tentativa de implantação em escala da lavoura de cana-de-açúcar e com o sonho da descoberta do ouro e dos metais preciosos. Começaram as viagens ao interior do país, as “bandeiras”, expedições organizadas para aprisionar índios [sic] e procurar pedras e metais preciosos nos sertões distantes (São Paulo, 2024, online *apud* Oliveira-Ruas, 2025, p. 22).

Ainda de acordo com o material institucional do Estado, durante todo o século XVIII, aquele território era o centro de operações das expedições conhecidas como bandeiras, mas havia uma escassez de recursos devido à ausência de atividades rentáveis. Contudo, há uma virada econômica na transição para o século XIX, quando surgem as plantações de café, substituindo a cana-de-açúcar, que, até então, aparecia como principal fonte de renda. Frente a esse cenário, São Paulo ganhou destaque econômico, especialmente após a declaração de independência do Brasil, proclamada por Dom Pedro, em 1822.

São Paulo destacou-se no cenário nacional. A expansão da cultura do café exigiu a multiplicação das estradas de ferro. Foi um período de grandes transformações, marcado pela crise do sistema escravocrata, que levaria à Abolição em 1888 e que daria lugar, entre outros fatos, à chegada em massa de imigrantes, principal solução para a mão-de-obra na lavoura (São Paulo, 2024, online *apud* Oliveira-Ruas, 2025, p. 22).

Ao discorrer sobre a instalação de imigrantes na cidade durante a industrialização do país, Fernão de Lara (2012) nos convida a refletir sobre dois processos que foram incorporados. O primeiro se deu com a migração europeia, nos anos de 1870; e o segundo aparece com o deslocamento interno de pessoas que vêm, sobretudo, das regiões Norte e Nordeste do país, além de Minas Gerais e do interior do estado, em direção à capital (Lara, 2012).

Ainda para pensarmos esse argumento, resgatamos o que nos conta Maria Aparecida Bento (2002), quando afirma que, de 1871 a 1920, em média, 3.400.000 pessoas de origem europeia ingressaram no país, enquanto sujeitos úteis para suprir a mão de obra descartada com a abolição da escravidão — o que foi a “cereja do bolo” de uma história marcada por fugas ou pela ação da lei. Nesse sentido, para a autora, em meio aos que vieram do continente europeu, ao menos, 1.300.000 eram italianos, 900.000 vinham de Portugal e 500.000 tinham nacionalidade espanhola — uma quantidade de imigrantes que se aproximava do número de pessoas escravizadas em quase quatro séculos (Bento, 2002).⁶

Bento (2002) ressalta que informações colhidas do censo de 1893, em São Paulo, mostram que mais da metade dos moradores eram imigrantes (55%), assim como a maioria dos trabalhadores da indústria manufatureira e do setor de transporte (respectivamente, 84% e 81%). No comércio (com 72%), a presença de trabalhadores estrangeiros também refletia a realidade demográfica e laboral da época. Nesse sentido, o primeiro censo industrial de São Paulo, proposto em 1910, revelou que apenas uma pequena fração dos operários industriais eram brasileiros nativos (10%), indicando uma forte influência da imigração europeia na força de trabalho industrial da cidade (Bento, 2002). Simultâneo a esse cenário, temos um contexto em que pessoas escravizadas são marginalizadas, social e territorialmente, já que

se encontram sem políticas afirmativas, amparo financeiro, terra e, com isso, em um lugar de extrema vulnerabilidade, se apropriando de territórios distantes do centro.⁷ Essa apropriação territorial carrega uma enorme bagagem cultural, com tradições, crenças e costumes, que compõem, junto ao físico, um território simbólico que existe com suas especificidades e, consequentemente, coletividades.

De acordo com Campos (2012), podemos compreender que a dificuldade de integração dos negros na estrutura de classes da nação é mais impulsionada pelos discursos construídos ao longo do século XIX, do que pela suposta incapacidade desses sujeitos. Para o autor, isso se evidencia quando comparados aos trabalhadores europeus importados, os quais, em sua maioria, não tinham a mesma tradição fabril que havia sido projetada nos documentos oficiais no início do século XIX ou nos primeiros anos da imigração estrangeira para o país.

Ainda no que tange às organizações — e reorganizações — da cidade, com o correr da história de São Paulo, quando consideramos o processo de metropolização (Campos, 2012), é importante salientar um contexto marcado pela industrialização da cidade, que se estabelece sob a égide das lógicas do capital e os picos dos fluxos migratórios estabelecidos nos anos 1930 e 1940. Conforme nos explica Lara (2012), com a industrialização do estado, a migração interna em direção à metrópole resultava principalmente da crise de posse da propriedade rural, que promoveu a “liberação” de uma grande quantidade de pessoas, que se tornavam mão de obra em condições precárias, ao ingressar no mercado de trabalho.

Diante desse contexto, temos a superlotação da cidade e, também, a escassez de oportunidades no mercado de trabalho, fazendo com que as demandas por serviços se instalassem no interior, diminuindo esse fluxo de migração para a região metropolitana e que, entre os anos 1985 a 2000, fossem aumentados os índices de migração para esses territórios (Baeninger, 2005). De todo modo, Wilson Cano pontua que, “em 1980, dos 16,5 milhões de migrantes nacionais, menos de 1,5 eram paulistas. No entanto, o Estado de São Paulo acumulava um fluxo de 6,0 milhões de não-paulistas em seu território” (Cano, 1996, p. 9). Esse

superaquecimento, combinado à ausência cotidiana de identificações sociais e econômicas, também contribui para a segregação urbana e para a formação de favelas naquele contexto (Lara, 2012; Siqueira, 2019).

Sendo assim, foi possível perceber como identidades e experiências públicas acionadas e atualizadas no discurso organizacional são marcadas por disputas, tal como apontam Silva, Baldissera e Maфра (2019), de forma que a construção narrativa do Estado pode inviabilizar processos sociais e históricos que constituem a formação daquele território.

Mesmo que “o discurso organizacional inclina-se a suspender as diferenças e o dissenso, fazendo ressoar apenas as representações de identidade de consenso” (Silva; Baldissera; Maфра, 2019, p. 9), um exercício de diálogo com os estudos críticos sobre urbanização, gentrificação e segregação pode nos ajudar a pensar nesse contexto de desigualdades, tal como faremos no próximo tópico.

Urbanização, gentrificação e segregação: entre debates teóricos internacionais e releituras até chegar na realidade brasileira

De acordo com Rita Velloso (2012), a urbanização resultante da industrialização centraliza-se na transformação do espaço em mercadoria, enquanto o solo se torna o elemento fundamental da cidade que emergiu durante a Revolução Industrial:

Desde então os processos urbanos são capazes de contar a história do capitalismo, pois a cidade é fenômeno de interação entre as relações de produção e força produtivas, constituindo-se lugar da aglomeração das forças produtivas construídas pelo trabalho empregado no curso do processo de circulação do capital (Velloso, 2012, p. 26).

Assim, para a pesquisadora, em cada canto da cidade, as relações materiais entre indivíduos são evidentes, ao mesmo tempo em que se multiplicam, no ambiente urbano, os exemplos de como as relações sociais se transformam em relações de mercadoria, com foco no acúmulo de capital (Velloso, 2012). Ainda para ela, a cidade moderna/cidade funcional, assim como o

Estado moderno e suas instituições, demandou um espaço que pudesse ser moldado de acordo com suas necessidades econômicas específicas, implicando na definição da configuração desse espaço (Velloso, 2012). Desse modo, podemos pensar em conceitos como “gentrificação” e “segregação”.

Sara Medeiros (2018) explica que a gentrificação pode ser vista como substituição, enquanto a segregação como separação. Para ela,

A segregação, a partir da perspectiva econômica, divide ricos e pobres [...] enquanto que a gentrificação dá conta de uma substituição de uma população, em uma área, por outra de maiores rendimentos. As consequências da gentrificação são novas segregações. A substituição — que ocorre por uma filtragem —, na sua fase conclusiva, homogeneizará a área (Medeiros, 2018, p. 93).

A autora traz uma extensa discussão acerca das muitas teorizações e releituras em torno do termo “gentrificação” e, entre elas, nos apresenta a discussão proposta por Marina Toneli Siqueira (2014, 2019). Para elas, o termo “gentrificação” foi criado pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1964. O conceito se estabeleceu relacionado à noção de suburbanização, à construção de lugares às margens dos centros urbanos, pensados fundamentalmente para servir de habitação para grupos com menor poder aquisitivo (Siqueira, 2014, 2019). Assim, as pessoas que possuíam maior poder de compra viam naqueles espaços uma oportunidade de investimento e, com isso, esses “novos moradores” ocupavam esses territórios, fazendo com que a permanência de pessoas mais pobres se tornasse difícil (Siqueira, 2014, 2019).

A Glass propôs esse termo pensando em um contexto europeu nos anos 1960 e, a partir disso, teve seu conceito exportado e aplicado em diferentes localidades do mundo. Siqueira (2014, 2019) se coloca a pensar nas diferentes formas de implementação desse processo, que são viáveis em um contexto como o brasileiro, frente às suas peculiaridades, infraestrutura, sociabilidades e outras dimensões determinantes na construção dos espaços urbanos do país.

Para Siqueira (2014), no nosso país, o termo gentrificação possui aplicações diversas, que não suportariam uma conceituação fechada. Desse modo, apesar de não perder seu cunho eminentemente político, ele se relaciona à

maneira como os espaços são criados e modificados, causando a exclusão de grupos sociais e, em sua maioria, racializados à espacialidade, assim como reunindo interesses tanto de entidades públicas quanto privadas.

Portanto, a professora explica que um processo de gentrificação reúne o redesenvolvimento urbano ao lado da elitização social (Siqueira, 2019). No mesmo caminho, ela conta que esse processo precisa ser lido como um princípio norteador de ações, que pode variar muito com as condições locais, a infraestrutura e as relações que se dão em seu entorno e não ser entendido como uma consequência.

Então, se para Siqueira (2014, 2019) o processo de gentrificação não pode ser delimitado por uma única definição e tem como características ações de redesenvolvimento urbano e a elitização social, é possível ler as imigrações fruto da expansão cafeeira e migrações internas como processos alçados também por essa definição, quando pessoas negras, pobres e migrantes se veem postas em uma única possibilidade de cenário urbano sem assistência social e direitos mínimos de subsistência.

No que tange à segregação, há uma discussão inicial proposta pela Escola de Chicago (Campos, 2012; Medeiros, 2018) que entende que essa “separação” de grupos sociais se dá de forma natural, reunindo interesses e afinidades entre grupos sociais. Mas seria somente esse o protocolo possível de organização do espaço?

De acordo com Medeiros (2018), na década de 1970, os estudos voltados às políticas e dinâmicas de organizações urbanas, com os olhares inclinados para a urbanização capitalista, revelaram que, junto aos gostos e interesses individuais, seriam necessárias outras considerações sobre quais fatores estavam em jogo para a construção dessa problemática. A pesquisadora conta ainda que, para os autores que adotam essa abordagem, o processo de segregação ocorre de duas maneiras: voluntariamente, quando há a possibilidade de escolher onde se estabelecer na cidade; e involuntariamente, quando as condições do mercado ou o preço da terra impõem acessos diferenciados, não permitindo que aqueles com menos recursos se instalem em determinadas áreas urbanas ou por meio de políticas que envolvem expropriação

e classificação do uso do solo. Isso nos leva a questionar quais acessos e condições de moradia são conferidos a pessoas pobres e, considerando o escopo de interesse deste trabalho, negras.

Racismos, disputas, formação de margens simbólicas e a emergência dos territórios negros

Ao refletir sobre a segregação por uma ótica racial, Campos (2012) nos conta que, socialmente, no Brasil, existe uma aversão aos afrodescendentes, que toma como base motivações ideológicas (Almeida, 2020), construídas durante o século XIX. Seria esse, também, um reflexo desencadeado pelo período de escravização desses sujeitos? Nesse sentido, o autor nos explica que é fundamental enxergar a segregação como parte integrante de um contexto mais amplo, pois a configuração da cidade capitalista depende diretamente dos processos de exclusão espacial dos grupos não dominantes.

Para ele, leituras sociais que tratam a segregação de forma isolada — como se fosse possível analisar o tema teoricamente sem considerar sua conexão com outros aspectos — condenam a parcela negra da população ao papel de “massa de indivíduos”, sem função na sociedade, no emergente modelo urbano-industrial que começava a se delinear no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Na verdade, tais fluxos habitacionais são movimentos que influenciam diretamente na distribuição espacial de diferentes grupos nos territórios brasileiros, resultando em arranjos urbanos nos quais o Estado assume o papel de organizador, priorizando as necessidades das classes dominantes (Campos, 2012). Ao tecer esse raciocínio, Campos (2012) conta que essa lógica atesta estudos que colocam a segregação socioespacial como parte integrante da formação dessas cidades.

Ainda para o professor, se pensarmos que classe e raça são marcadores que compõem a mesma cena social, torna-se possível observar que a manifestação da pobreza emerge de duas formas estruturantes: a) pela restrição ao acesso à propriedade de terras, o que, para o autor, limita a ascensão de uma classe média, já que historicamente essa era uma das principais vias para a

acumulação de bens e; b) pela entrada tardia na esfera urbano-industrial, que se deu frente à ideologia predominante que favorecia a suposta superioridade dos trabalhadores brancos trazidos da Europa. Desse modo, ele afirma que esses dois aspectos resultam na pobreza estrutural de sujeitos negros, em contraste com as condições alcançadas pelos outros grupos sociais.

Em diálogo com esse argumento, ao propor uma alternativa para refletir a noção de “território para além da geografia ‘moderna’, e sim como perspectiva metadisciplinar, em seus termos, tratando o território como campo de culturas, relações humanas e conflitos” (Santos, 2021, p. 56), o pesquisador Richard Santos (2021) explica que a raça aparece no solo brasileiro como um princípio de categorização que organiza e influencia comportamentos e interações sociais.

Pensando o conceito de “Campos de Maiorias Minorizadas – Territórios Negros”, o intelectual nos conta que existem territórios, embora não definidos por lei, nos quais pessoas negras podem estar. Paralelos a esses espaços — e somente pela existência desse Outro —, há lugares de privilégio e predominância branca (física e culturalmente) nos quais grupos racializados distintos dessa “referência” têm estadia diferenciada. Embora o Estado “permita” o acesso de pessoas negras a esses espaços, elas são barradas, frente a uma ideologia racista que (se) estabelece (n)uma cultura que as priva do acesso (Santos, 2021).

Para entendermos sobre a dimensão simbólica instituída no compor das “zonas” negras e brancas, recorremos ao que explica Rogério Haesbaert (2007), que nos convida a pensar o território física e simbolicamente. Segundo explica o geógrafo, na sua origem, o conceito de território carrega duas possibilidades de conotação: tanto material quanto simbólica. Etimologicamente, o termo se aproxima tanto da expressão “*terra-territorium*” quanto de “*terreo-territor*” (terror, aterrorizar), ambas do latim. Para Haesbaert (2007), essa compreensão nos sugere ligação com a dominação (jurídico-política) da terra e com o impacto do medo e do terror, especialmente para aqueles marginalizados que, excluídos dessa dominação, são privados da terra ou impedidos de acessá-la. Por outro lado, para aqueles que têm o privilégio de usufruir de tal território, ele pode gerar identificação positiva e apropriação (Haesbaert, 2007).

Ainda de acordo com o autor, como consequência desse raciocínio, vale destacar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, um território é sempre compreendido com caráter múltiplo, diverso e complexo, com uma percepção diferente da noção de território “unifuncional”, promovida pela lógica capitalista hegemônica, do Estado territorial moderno, que defende uma abordagem territorial voltada para uma função, padronizada, que não permite a existência de múltiplas jurisdições ou territorialidades sobrepostas.

Assim, conforme explica Haesbaert (2007), podemos afirmar que a concepção de território, imersa em relações complexas de dominação ou apropriação, acontece ao longo da existência (*continuum*), do correr das coisas, passando pela dominação político-econômica dura, “concreta” e “funcional” e, também, por possibilidades de apropriação que se dão na subjetividade e/ou em lugares simbólicos. Sendo assim, “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de ‘funções’ quanto na produção de ‘significados’” (Haesbaert, 2007, p. 23).

No mesmo caminho, o autor conta que um território também pode ser abrigo, uma fortaleza, um território que, além de um algo útil para um fim, pode ser compreendido como algo que tem finalidade própria: extrapolando a posse, alçando a subjetividade de um sujeito ou grupo.

É interessante como estas dimensões [a funcionalidade e a identidade] aparecem geminadas, sem nenhuma lógica a priori para indicar a preponderância de uma sobre a outra: muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais vigorosas de apego a identidades territoriais ou “territorialismos” (Haesbaert, 2007, p. 23).

Por essa perspectiva e com base no que temos traçado no escopo da nossa discussão, podemos compreender que a apropriação e a dominação de um território são movimentos distintos, mas que tendem a dialogar física e simbolicamente. A exemplo disso, tomemos os olhares que pessoas negras, que carregam uma identidade periférica em seus corpos, recebem em aeroportos, territórios lidos como públicos, porém, ainda, recinto de

“prestígio social”. Podemos, ali, identificar disputas simbólicas que, ao nosso ver ocorrem em três movimentos: a) a existência de sujeitos já habituados a existir ali, que dominaram esse espaço e se apropriaram do comum; b) existe um Outro corpo que, também, deseja usufruir de um território (e serviço?) que, legalmente, não tem um “dono” exclusivo e que, muitas vezes, está descobrindo esse espaço e, por fim; c) temos uma atmosfera que, simbolicamente, toma esse lugar nesse encontro. A hostilidade toma o ar, os olhares dos outros tripulantes, nos atendimentos recebidos, nas revistas “aleatórias”, entre outras possibilidades.

Retomando o que nos explica Santos, esses territórios embranquecidos são “criados historicamente como forma de controle social, de alijamento negro, subalternização desse recorte populacional” (Santos, 2021, p. 60). No mesmo caminho, ao discutir sobre os modos nos quais a globalização cria uma comunidade global, ele nos convida a pensar a perversidade dessa interdependência, que se estabelece com base na noção de que a existência e o bem viver do grupo com maior poder político e social existe a partir da submissão de sujeitos negros às margens, que são diretamente afetados pelas estratégias políticas de eliminação, assim como pelo controle de liberdades enquanto sujeitos que habitam a cidade.⁸ Assim, como podemos compreender, as periferias são territórios lidos como negros e que são “criados historicamente como forma de controle social, de alijamento negro, subalternização desse recorte populacional” (Santos, 2021, p. 60).⁹

Considerações finais

O propósito do capítulo foi discutir perspectivas históricas, econômicas e socioespaciais em torno de narrativas sobre a formação da cidade de São Paulo. Partimos principalmente da provocação formulada por Campos (2012) sobre a necessidade de observar a questão étnico-racial nas dinâmicas de apropriação do espaço urbano nas metrópoles.

Dessa forma, buscamos refletir sobre a expansão urbana, o processo de metropolização e, sobretudo, a segregação socioespacial da população

negra (Campos, 2012) enquanto pontos que estão vinculados não só às questões econômicas, mas também à produção de valores, sentidos históricos e mecanismos de pertencimento. Afinal de contas, “o discurso organizacional é apanhado em fluir histórico, denunciado em seus não-ditos por públicos que o atualizam e o assombram com os fantasmas e traumas nele esquecidos” (Silva; Baldissera; Mafra, 2019, p. 12), ainda que o escopo do presente texto não tenha permitido elaborar os tensionamentos contra-discursivos por parte dos demais atores sociais envolvidos.

Portanto, caminhando para o final da construção de nosso raciocínio, é possível compreender que, apesar de ocuparem um lugar invisibilizado na narrativa projetada pelo Governo do Estado — o que também é parte do projeto histórico de apagamento das pessoas afrodescendentes na formação do território brasileiro (Campos, 2012; Almeida, 2020) —, as populações negras, simultaneamente, passaram a se apropriar desses territórios distantes do centro, trazendo uma enorme bagagem cultural, com suas especificidades e coletividades, uma ocupação que é material, mas também simbólica (Haesbaert, 2007; Santos, 2021). Assim, a partir das discussões teóricas partilhadas ao longo deste texto, pudemos debater como, entre ditos e não-ditos, violações e resistências, as pessoas negras que habitam as periferias de São Paulo acabam por constituir, sim, a tessitura desta cidade.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 84-96, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/kBcywBrSdhBNRY96Snq5MpK/#>> . Acesso em: 15 abr. 2024.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- CANO, Wilson. Notas para um cenário migratório no Estado de São Paulo. *São Paulo em perspectiva*, v. 10, n. 2, p. 9-11, 1996.
- CAMPOS, Andreino de Oliveira. Questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: algumas considerações teórico-metodológicas. In: SANTOS, R. E. dos (org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABPN, 2012, p. 68-103.
- HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 17, p. 19-44, 2007.
- LARA, Fernão Lopes Ginez de. *Modernização e desenvolvimentismo: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. *Segregação e Gentrificação: Os conjuntos habitacionais em Natal*. Natal: Edufrn, 2018.
- OLIVEIRA-RUAS, Maria Fernanda de. *Somos o que somos, Cores e valores: a apropriação do território periférico, como contra-dispositivo de racialidade, na obra do Racionais MC's*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.

SANTOS, Richard. *Majoria minorizada*: um dispositivo analítico de racialidade. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

SILVA, Magno Vieira da; BALDISSERA, Rudimar; MAFRA, Rennan. Discurso organizacional: epicentro de (des)identificação e vestígio de experiências públicas. In: *Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*: Intercom, São Paulo, p. 1-15, 2019. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1734-1.pdf>> . Acesso em: 23 out. 2025.

SIQUEIRA, Marina Toneli. Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. *Cadernos Metrópole*, v. 16, n. 32, p. 391-415, 2014.

SIQUEIRA, Marina Toneli. *Seminário Internacional Gentrificação*: Medir, Prevenir, Enfrentar. Canal FAUUSP. YouTube, 18 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TAveLtUPpCw>> . Acesso em: 12 jan. 2026.

VELLOSO, Rita de C. L. *Distração e choque*: a experiência da arquitetura na vida cotidiana. Tese (Doutorado em Filosofia), Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140819_cidade_influente_saopaulo_hb> . Acesso em: 01 nov. 2025.
2. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2024-01/especial-mostra-diversidade-cultural-dos-imigrantes-de-sao-paulo>> . Acesso em: 01 nov. 2025.
3. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>> . Acesso em: 01 nov. 2025.
4. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2023, o estado de São Paulo apresentou o maior PIB do país. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>> . Acesso em: 01 nov. 2025.
5. Este texto é um recorte de uma pesquisa mais ampla, com trechos retirados da dissertação de mestrado de Oliveira-Ruas (2025).
6. Conferir em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros>> . Acesso em: 01 nov. 2025.
7. Gilberto Maringoni (2011) nos conta que, “após a Lei Áurea, os negros libertos foram buscar moradia em regiões precárias e afastadas dos bairros centrais das cidades. Uma grande reforma urbana no Rio de Janeiro, em 1904, expulsou as populações pobres para os morros”. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28> . Acesso em: 01 nov. 2025.

8. Um caso que exemplifica bem essa situação é a morte de Miguel, de sete anos de idade, que caiu do oitavo andar do prédio em que sua mãe trabalhava enquanto cumpria uma de suas tarefas para a patroa. O menino não tinha com quem ficar nesse período, já que, na época, estávamos vivendo uma pandemia e o isolamento físico se fazia necessário. Ainda assim, Mirtes (mãe de Miguel) precisou colocar em risco a sua vida e a de seu filho (pessoas negras) para promover a manutenção do bem viver da família branca contratante, com o objetivo de se manter no emprego. Sobre o caso, conferir:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-06/caso-miguel-completa-4-anos-sem-conclusao-tortura-grande-diz-mae>>. Acesso em: 01 nov. 2025

9. Na dissertação da qual este texto é um recorte, foi discutido como a expressão artística do grupo Racionais MC's, fundado em 1988 por quatro jovens negros periféricos de São Paulo, se constituiu como uma forma de leitura crítica dessa realidade e de enfrentamento às suas lógicas de apagamento físico e simbólica. Para saber mais, conferir: Oliveira-Ruas, 2025.

CAPÍTULO 5

Multidão em imagens, corpos em protesto: ato Vidas Negras Importam (2020), sob a ótica da performatividade e interseccionalidade em protestos sociais globais

AMANDA MARIA DE SOBRAL GOMES

Introdução

O trabalho analisa 74 fotografias do protesto “Vidas Negras Importam” (tradução de *Black Lives Matter*, ou BLM), em 2020, na cidade de São Paulo. O objetivo é mapear os corpos-repertório (Butler, 2017, 2018, 2021) e/ou corpos-tela (Martins, 2022). A pergunta norteadora é: de que forma os corpos, os símbolos e os textos carregados nos corpos são utilizados para reivindicar mudanças sociais e quais se e quais são as vulnerabilidades acionadas?

Os protestos do BLM em 2020 se mostram um rico campo de análises, pois naquele período, ocorreu o assassinato de George Floyd, homem negro, por policiais em uma abordagem policial, impulsionando ondas de protestos globais. Além disso, o mundo recém-vivenciava a pandemia de Covid-19 e, apesar dos discursos para que todas as pessoas ficassem em casa, havia assimetrias sobre quem poderia de fato fazê-lo, sendo, majoritariamente, a população branca, de classe média e alta e elitizada. O Estado buscava preservar vidas, mas atuava como assassino e genocida quando se chegava à população negra

(Mbembe, 2016). Assim, a população racializada foi às ruas para protestar contra o Estado, pois esse se mostrava mais perigoso que o coronavírus.

Ao longo daquele ano, novos casos de violência e genocídio estatal contra pessoas racializadas e em locais de vulnerabilidade persistiram. No Brasil, ocorreu a morte do menino Miguel, deixado para morrer pela patroa de sua mãe (Costa; Alves, 2025); o assassinato de João Miguel pela polícia enquanto brincava em casa (G1 Rio, 2020); a negligência contra povos indígenas, como o caso dos Yanomamis (Oliveira, 2020), e quilombolas, resultando em mortes, doenças e fome devido à negligência extrema, entre muitos outros casos.

A partir do exposto, a fundamentação teórica é construída a partir dos conceitos de protestos sociais (Collins, 2021), vulnerabilidades (Butler, 2018; Collins, 2019; Garcêz *et al.*, 2023), performance e performatividade (Butler, 2018, 2021; Martins, 2022; Barbosa, 2023), necropolítica (Mbembe, 2016; Bispo, 2020) e necroinfância (Brandão, 2025) e contrato racial (Mills, 2022).

Como metodologia, foram coletadas fotografias do site Getty Images, que foram agrupadas de acordo com suas similaridades. Para essa pesquisa utilizei o *site* de imagens Getty Images. O site foi selecionado devido à ampla circulação das imagens depositadas nessa plataforma em veículos midiáticos. Posteriormente à ampliação do *corpus*, fiz uma breve análise da reportagem “#vidasnegrasimportam: 11 imagens que marcaram o ato em São Paulo”,¹ publicada no site Vogue, vinculado à Rede Globo para a disciplina “Perspectivas Em Processos Comunicativos E Práticas Sociais: Imagem, política e performatividade”, ministrada pela professora Regiane Lucas Garcêz, no primeiro semestre de 2025. Devido à riqueza das imagens encontradas na publicação e pela grande divulgação de registros da cidade de São Paulo, decidi buscar diretamente na plataforma Getty Images, pois nela, pessoas fotógrafas de diversos contextos e agências compartilharam seu trabalho para venda ou uso gratuito com marca d’água.

Para as análises, criei sete categorias de análise: discursos escritos; necroinfância e necropolítica; Estado suicida; enfrentamento à polícia; performances e corpos-tela; protestos anti-Bolsonaro e anti-Estado e protestos sociais globais. Como principais resultados, nas imagens, os corpos negros ganham protago-

nismo, deixando de serem mostrados apenas como vítimas da necropolítica e passando a ser atores na reivindicação por justiça social. Seus corpos carregam símbolos que expressam a negritude e exibem gestos que remetem à luta e à força do povo negro no enfrentamento a essas violências.

Performatividade e performance em protestos sociais

Os protestos sociais globais podem ser entendidos como manifestações “[...] contra as desigualdades sociais que surgem em contexto locais e encontrar novas formas de organização por meio das mídias sociais e das redes sociais” (Collins, 2021, p. 180), tendo como foco os Estados-nação que implementam políticas neoliberais, opressões e coerções impopulares, para gerar cidadãos obedientes, além de se pautar no capitalismo, fundado a partir da escravização de pessoas racializadas e, desenvolvendo, pobreza, distribuições desiguais, racismo, misoginia, entre outros. Uma característica marcante nos protestos sociais globais são as tecnologias digitais utilizadas para produzir conteúdos para as redes sociais individuais ou de movimentos organizados, criando pertencimento e solidariedade, ao romper as barreiras físicas (Collins, 2021).

O conceito de vidas precárias se relaciona aos corpos em aliança, pois são populações socialmente marginalizadas e consideradas descartáveis, mas que, juntas, em aliança, podem realizar mobilizações como forma de ganharem reconhecimento e busca por reparação (Butler, 2018). Porém, aliança e identidade são diferentes, na qual a identidade coloca pessoas em caixas limitadas, mas que identidades em comum ajudam a construir lutas e alianças (Garcêz *et al.*, 2023). O agir coletivo é uma poderosa ferramenta de reparação e busca por justiça social. Já as pessoas (ou corpos) vulneráveis se reúnem em espaços públicos e, sob a categoria de povo, reivindicam seus direitos e tentam ganhar visibilidade.

Penso em vulnerabilidades a partir da interseccionalidade, desenvolvida e explorada por feministas negras para investigar a articulação de identidades e vulnerabilidades que podem gerar discriminação e opressão com base em raça, gênero, sexualidade, entre outras identidades e categorias não-hegemônicas e socialmente marginalizadas, que geram desempode-

ramento. Quando existem múltiplas identidades e vulnerabilidades, elas não se sobrepõem ou se somam, mas se interseccionam e proporcionam modos únicos de se estar no mundo (Collins, 2019).

Segundo Barbosa (2023), com a virada linguística, Austin em 1962 propõe a teoria da ação, na qual a linguagem não é apenas representativa, sendo uma prática social, que constitui os corpos, realidades, ações e performatividades. Os enunciados têm papel central na atuação e interferência sobre a realidade, criando materialidades, como em enunciados performativos, que realizam uma ação e agem sobre o mundo. Também atuam como conduta ou discurso, gerando atos regulatórios, nos quais as instituições atuam na docilização, vigilância e punição de corpos. Nesse sentido, a performatividade pode ser “[...] um modo de nomear um poder que a linguagem tem de produzir uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos” (Butler, 2018, p. 35). A noção de performatividade, para Butler, está centrada na ideia arendtiana do direito de aparecer como política, cuja linguagem possui papel fundante (Garcêz *et al.*, 2023, p. 5).

De acordo com Martins (2022), a linguagem é construída pelo corpo vivo e em movimento, sem hierarquização entre fala e escrita, na qual a performance oral inscreve as experiências, produz conhecimento; transita saberes, memória e identidades; e carrega e transmite ancestralidade. O gesto “institui e instaura a própria performance” (Martins, 2022, p. 85) e a palavra falada é um dos meios de transmissão mais fundamentais, pois porta nela mesma a coisa em si, carregando/trazendo o que é evocado por ela. É um acontecimento em si, pois cria o que diz, é uma ação. A repetição da linguagem ritual não apenas busca apenas repetir o que já ocorreu, mas busca a recriação e um fazer acontecer.

Ambas as autoras são fundamentais para a compreensão de performance e performatividade devido às semelhanças — como o entendimento de que a fala é uma poderosa forma de ação, lembrança e busca por mudanças — e divergências — ao enxergarem a performance como algo que serve para a vigilância e punição ou como produção de saberes.

Metodologia

Seguindo a metodologia proposta por Garcêz *et al.* (2023b), tendo o *visual turn* como inspiração, busco analisar as fotografias do protesto Vidas Negras Importam, ocorrido no dia 7 de junho de 2020, na avenida Faria Lima, em São Paulo (SP). O *visual turn* busca “compreender o terreno das imagens como lugar de luta com vida própria, associadas a um estoque complexo de conhecimentos e experiências culturais, quadros e identificações, e que são interpretadas, enquadradas e reformuladas por atores políticos” (Garcêz, 2023b, p. 7). Nessa metodologia, Garcêz *et al.* (2023b) selecionam fotografias veiculadas em jornais dos protestos da Primavera Latina, em 2019, no Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Venezuela e observam a temática e tipo do protesto, presença da força policial, expressões de sofrimento, ações de protesto, presença de grupos de pessoas, símbolos e signos.

Para essa pesquisa utilizei o site de imagens Getty Images devido à ampla circulação das imagens depositadas nessa plataforma em veículos midiáticos. No site, pesquisei por “são paulo” e filtrei pelas datas de 7 a 8 de junho de 2020, resultando em 165 imagens. Após isso, selecionei todas as imagens que eram do protesto em São Paulo e escolhi as imagens que não se repetiam, já que muitas registravam o mesmo enquadramento, com pequenas mudanças no ângulo ou gesto. Assim, cheguei às 74 imagens a serem analisadas.

Categoria 1: Discursos escritos

Nas imagens, os textos escritos estão em foco. A primeira apresenta um enquadramento que direciona o olhar para a bandeira do Brasil e a segunda direciona o olhar em direção ao horizonte. Na terceira, há o foco em três faixas com a escrita “#JáBasta”, bem como na segunda. Já na quarta, há foco no cartaz “Ninguém está livre enquanto outros estão oprimidos”. Já nas imagens 5 e 6, há o foco em grupos de pessoas aglomeradas, enquanto a foto 7 também possui uma pessoa isolada, em frente a um muro com o cartaz “Pare de nos matar” e na frente de uma faixa pichada com “racistas – nos

deixem”. Embora a maioria dos corpos esteja isolada pelo enquadramento, é perceptível que as pessoas negras são as protagonistas e foco, mostrando rostos com as máscaras de proteção, exigidas para um enfrentamento mais seguro ao coronavírus.



Figura 1: Faixas e cartazes de protestantes.

Fonte: Colagem feita pela autora a partir do Getty Images.

Pensando na não-separação dos textos escritos, Martins (2022) propõe que a linguagem é viva e moldada por corpos em movimento, carregados de oralidades, ancestralidades e, também, mudanças e distinções. Nos enquadramentos selecionados, a palavra escrita, a palavra falada e a performance não são utilizadas de forma hierárquica nos enquadramentos midiáticos, mas sim complementares, valorizando as pessoas negras que as carregam, como as máscaras de proteção.

O primeiro cartaz informa que os assassinatos contra a população negra são perigosos, assim como o vírus do Covid-19 que, na época, não tinha vacina, o mundo se encontrava em distanciamento social e havia medidas

de restrição para evitar a contaminação e a morte. Entretanto, a população negra ainda era a que mais morria no Brasil, justamente por não ter a opção de ficar em casa para trabalhar, sendo esse um recorte interseccional de raça, classe e até de gênero (Collins, 2019). Associar o racismo ao Covid-19 reforça a necropolítica que acomete a população racializada, além do medo constante de ser assassinada ou adoecida. Na foto 6, o texto reforça que o vírus e o racismo, entre outras opressões, são questões sociais, presentes em toda a sociedade, e que se não o tratá-lo, irá continuar existindo. Já a frase “#JáBasta”, além de mostrar um apelo nas redes sociais, reivindica o fim da necropolítica assim como o cartaz “Pare de nos matar”.

Segundo Butler (2021), os atos de fala podem ser ilocucionários, nos quais, ao dizer, ele é o próprio ato, não apenas descrevendo ou representando, mas efetivamente realizando o ato. É o caso da frase nos cartazes, a qual não apenas anuncia a reivindicação, mas que, ao proferi-la, já está reivindicando. Já Martins (2022) pontua que o ato performático é a própria ação e não apenas a repetição do ato, tornando cada ato único, pedagógico e espiralar. Assim, os cartazes buscam ensinar, lembrar e tentar provocar ação e mudanças.

Categoria 2: Necroinfância e necropolítica

Na figura 2, há o reconhecimento, solidarização e reivindicação por justiça em casos de necropolítica e necroinfância. Nas fotos 1 e 5, há a frase “Floyd presente”, referente ao caso de George Floyd, homem negro assassinado pela polícia nos Estados Unidos. Nas fotos 3 a 5 há fotos, há cartazes com “Quem mandou matar Marielle?”, “Marielle presente” e uma imagem do rosto da vereadora com o nome de outras pessoas assassinadas pela polícia. A frase se refere ao assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, mulher negra, em 14 de março de 2018, junto de seu motorista Anderson Gomes, homem negro. O ocorrido se deu após o alvejamento do carro em uma emboscada e somente em 31 de outubro de 2024 Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz, policial e ex-policial militar, respectivamente,

foram condenados pelo crime, restando a pergunta “Quem mandou matar Marielle?” (BBC Brasil, 2019, 2021, 2024). Por mais que as pessoas usem máscaras, nas imagens 2, 3 e 4, é notável que elas estão gritando, sendo um gesto para reivindicar justiça e valorização das vidas negras, além de estarem com o punho cerrado ou erguendo os cartazes: “Gestos simbólicos, como o grito [...], são formas de denúncia que não podem ser separadas da linguagem verbal. Assim, a denúncia deve ser vista como um gesto que envolve a corporalidade do sentido” (Brandão, 2025, p. 56).



Figura 2: Reconhecimento e reivindicação de justiça para pessoas assassinadas pelo Estado.
Fonte: Colagem feita pela autora a partir do Getty Images.

Nas fotos 2, 3, 4 e 5, há o apelo por justiça pela morte de duas crianças negras, Miguel e João Pedro. A primeira, Miguel Otávio Santana da Silva, era uma criança negra de 5 anos que foi deixado para morrer pela patroa de sua mãe, Sari Corte Real (ex-primeira dama de Tamandaré, Pernambuco), ao abandoná-lo em um elevador e a criança cair do nono andar de um prédio de luxo, enquanto sua mãe, Mirtes Renata Santana, mulher negra, trabalhava cuidando do cachorro de Sari, em 2 de junho de 2020 (Costa; Alves, 2025).

A segunda criança negra é João Pedro, de 14 anos, assassinado enquanto brincava em sua casa com amigos por policiais que realizavam uma operação na favela de São Gonçalo, Rio de Janeiro, em 18 de maio de 2020, ao “confundi-lo” com um traficante (G1 Rio, 2020). Podemos analisar ambos os casos, a partir da necroinfância que, “pode ser definida como o conjunto de práticas, técnicas e dispositivos que não permitem que as crianças negras gozem a infância” (Nogueira, 2020 *apud* Brandão, 2025, p. 73). Além disso, “a necroinfância [...] não se limita à perda de vidas de crianças negras, mas abrange também a sua ‘adultização’ e o tratamento como menores, negando-lhes o direito pleno à infância com intuito de criminalizá-las” (Brandão, 2025, p. 83). Nos casos, a adultização seria o abandono de uma criança de 5 anos e “confundir” um pré-adolescente brincando com um traficante armado e fazendo o uso de granadas.

Categoria 3: Estado suicida

Nas fotografias há grande foco na polícia do estado de São Paulo. Nas fotos 1 a 3, a polícia portava escudos de proteção e capacetes, mas a maioria não utiliza máscara de proteção contra o coronavírus. No final da tarde, nas imagens 4 a 6, há a chegada da polícia especializada, que utiliza farda camuflada e máscara, portando armas de grande porte. De noite, nas fotos 7 a 11, são efetuados disparos e jogadas bombas. Nas fotos 12 a 14, foram feitas prisões. Nas fotos 15 a 17, registram os vestígios da ação policial e dos protestantes. Por fim, nas fotos 18 e 19, as pessoas manifestantes correm/fogem da ação policial.



Figura 3: A presença da polícia no protesto.
Fonte: Colagem feita pela autora a partir do Getty Images.

Mbembe (2016) trata da ação suicida do Estado, que mata e violenta as pessoas de sua própria espécie, partindo da noção de biopoder (produz técnicas para transformar o corpo humano em uma máquina programada por meio do controle, vigilância, treinamento e gestão do tempo), e da biopolítica (quando o Estado busca manter uma média populacional saudável e produtiva economicamente, sendo elas as vidas não-matáveis ou pessoas/corpos hegemônicos). Porém, o Estado tem a função de deixar morrer (como negligenciar condições de trabalho dignas para populações periféricas sendo preciso arriscar as suas vidas e as de seus filhos, como no caso de Miguel), ou fazer morrer (com operações policiais que matam até mesmo crianças brincando dentro de casa, como no caso de João Pedro). A necropolítica está no deixar e fazer morrer grupos sociais marginalizados, como pessoas negras, as condicionando a zonas de guerra, militarização do cotidiano, fome, doença e falta de direitos básicos.

Categoria 4: Enfrentamento à polícia

Na Figura 4, há fotografias nas quais os protestantes resistem à polícia, seja por manter a manifestação, mesmo diante das forças armadas (fotos 1 e 2); a desafiando diretamente, exibindo o cartaz “Facismo não! Despertem! Parem! A polícia nos mata! Fora Bozo”, encarando, ou “dando um grau” de bicicleta, uma infração grave de trânsito, na sua frente (fotos 3, 4 e 5, respectivamente); e criando barricadas com fogo e destruindo vidraças (fotos 6 e 7). Esses atos podem mostrar um contra-ataque à violência policial, muitas vezes não criminalizada, como no caso de João Pedro, no qual os policiais que o assassinaram foram absolvidos em 2024 (Moura, 2025).



Figura 4: Resistência à polícia no protesto.
Fonte: Colagem feita pela autora a partir do Getty Images.

Segundo Nêgo Bispo (2020), o Estado, que ainda opera pela lógica colonial, precisa da força policial para se manter, fazendo parte de um sistema violento e tirânico. Em sociedades contracoloniais, como as quilombolas, o mesmo afirma que raramente há mortes, pois não há a presença da polícia e os contratos são realizados com a presença de todas as pessoas. O sistema colonial ainda reside na sociedade brasileira, a partir do momento em que visa apenas o lucro e o capital e extermina as pessoas não consideradas humanas. Desafiar a polícia é um ato que não tem como objetivo a anarquia, mas o respeito por todas as vidas, já que a polícia foi feita para matar pessoas não-hegemônicas e, principalmente, negras.

Categoria 5: Performances e corpos-telas

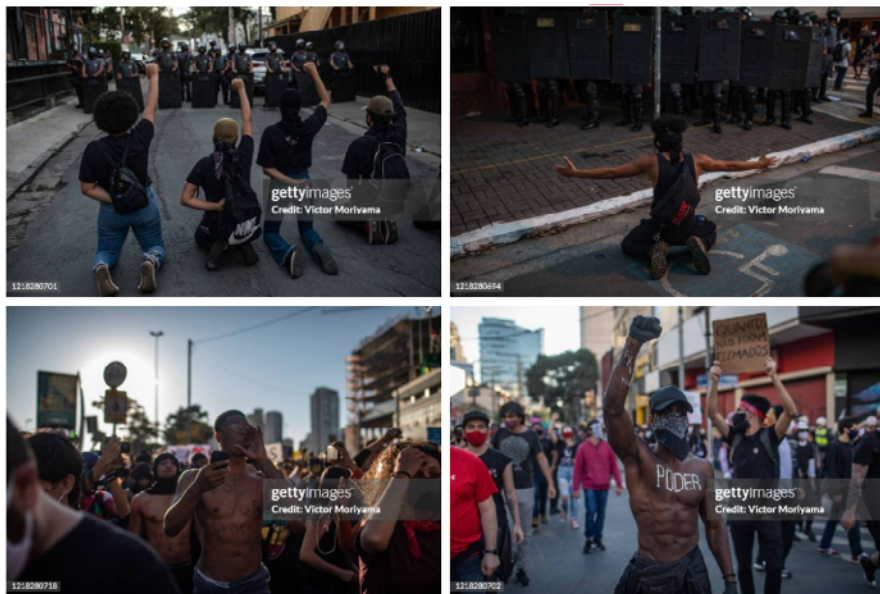


Figura 5: Pessoas protestam diante da polícia e na rua, respectivamente.
Fonte: Colagem feita pela autora a partir do Getty Images.

Na figura 5, as performances ganham foco. Na primeira, quatro pessoas se ajoelham em frente a policiais com escudos, com o punho esquerdo erguido e cerrado enquanto o direito está atrás do corpo. Essa pose imita uma operação policial, na qual a pessoa se ajoelha com as mãos na cabeça. Na foto, o grupo de pessoas realiza o procedimento, mas o punho cerrado demonstra a resistência e a luta contra a violência e a necropolítica, pois mesmo se rendendo, Floyd foi assassinado. Na segunda, ocorre algo semelhante, porém, a pessoa abre os braços diante da polícia, também em sinal de redenção. Nas fotos 3 e 4, há no centro duas pessoas negras sem camisa, escritas no peito as frases “fogo nos racistas” e “poder”, respectivamente. No primeiro caso, a pessoa grita, sem máscara de proteção, e segura seu celular como se estivesse registrando o momento (protesto social global). No segundo caso, a pessoa anda com o punho cerrado e erguido, escrito “fuck na-”

(provavelmente, “nazi/nazista”) no antebraço e sua máscara de proteção ao Coronavírus é uma bandana, muito utilizada na cultura afro-estadunidense. Atrás, há outra pessoa negra, com bandana vermelha na cabeça, erguendo a placa “quantos não foram filmados?”, questionando as ações policiais que vitimam pessoas negras, mas que não foram registradas.

A composição vestuária é veículo de mensagens, pode expandir ou inibir os movimentos, subordinar ou ampliar os limites das ações físicas; flexibilizar ou restringir os movimentos e posições, facilitar ou conter os passos e os bailados, imprimir dinamismo ou moderar as rítmicas casadas com as musicalidades, impingir comportamentos, dar abrigo ou censurar deleites (Martins, 2022, p. 104).



Figura 6: Pessoas com o punho cerrado.
Fonte: Colagem feita pela autora a partir do Getty Images.

A Figura 6 também mostra que o gesto de erguer o punho cerrado é um símbolo internacional, para mostrar a luta e a resistência ao genocídio negro, mas que é reproduzido por pessoas de diversas raças.

Categoria 6: Protestos anti-Bolsonaro e anti-Estado



Figura 7: Resistência à polícia no protesto.

Fonte: Colagem feita pela autora a partir do Getty Images.

Durante os protestos, em 2020, o governo Bolsonaro também foi alvo de críticas, já que o então presidente, atualmente condenado, não estava tomando medidas de segurança contra o Coronavírus, como desincentivar o uso de máscaras de proteção (como é possível notar na maioria dos policiais das fotografias), ia contra o isolamento social, espalhava desinformações

sobre o vírus e sua prevenção, incentivava o uso de vermífugos como “tratamento precoce”, afirmava que a vacina traria efeitos colaterais, entre outros. Enquanto isso, os hospitais estavam lotados, com contaminações evitáveis, sem tubos de oxigênio e materiais de proteção hospitalar (Gomes, 2021), causando mais de 700 mil mortes no país (Pontes, 2025).

Essas atitudes de Bolsonaro, em meio ao genocídio negro causado tanto pela polícia como pela maior exposição ao vírus, levou as pessoas também protestassem contra o presidente, solicitando o seu *impeachment* (fotos 1, 2, 6, 7, 10, 11, 12, 14 e 15), o associando ao facismo (fotos 4 e 5) e ao nazismo (foto 8), solicitando uma nova eleição democrática (fotos 10, 11, 13 e 15), e até mesmo o assassinato (foto 3) e a anarquia (fotos 17 e 18). Vale ressaltar que Bolsonaro tem discursos militaristas e genocidas, ao dizer que “bandido bom é bandido morto” e defender a tortura e ser a favor da ditadura militar (Putti, 2019). Mesmo sendo eleito por meio de uma eleição direta e democrática, o mesmo estava incentivando o extermínio de seu próprio povo, a necropolítica (Mbembe, 2016).

Categoria 7: Protestos sociais globais

Na Figura 8, há três fotos com cartazes com texto em inglês, o que pode ser interpretado como uma tentativa de gerar visibilidade internacional. O primeiro exibe “Brasil não consegue respirar!”, enquanto o enquadramento cobre o rosto da pessoa branca que a segura. Já nas fotos 2 e 3, há os textos “Vidas Negras Importam” e “Black Lives Matter”, respectivamente. Na foto 2, a pessoa também está utilizando uma bandana para se proteger e segura a bandeira do Haiti.² Já na foto 4, há, no fundo, a bandeira da Palestina, que também está enfrentando genocídio de sua população, enquanto passava pela pandemia do coronavírus.



Figura 8: Protestos globais com cartazes em inglês.
Fonte: Colagem feita pela autora a partir do Getty Images.

A partir das fotografias, é interessante observar a presença de pessoas não-negras apoiando a causa e também reivindicando vidas racializadas em outras partes do mundo, no caso, Haiti e Palestina, embora isso não seja um fator para legitimar ou não as causas, mas sim, mostrar que pessoas brancas também podem reconhecer seus privilégios e reivindicar o fim de genocídios. É necessário apontar que “Todos os brancos são beneficiários do contrato [racial], embora alguns brancos não sejam signatários dele” (Mills, 2022, p. 7). Podemos acionar a teoria de contrato racial, que seria o “[...] conjunto de acordos ou meta-acordos formais ou informais [...] entre os membros de um subconjunto de seres humanos, doravante designados por (mutáveis) critérios ‘raciais’ (fenotípicos/ genealógicos/ culturais)” (2022, p. 6). Ao observar as imagens da categoria 7, é possível imaginar uma quebra do contrato racial, no qual pessoas brancas reconhecem e reivindicam que pessoas negras são indivíduos e não objetos.

Ao dar esse passo, é possível ver que reconhecer e clamar que “vidas negras importam” é uma forma de ir contra esse contrato.

Considerações finais

Nas 74 fotografias analisadas, é perceptível que o corpo negro está presente como primeiro plano na maioria das imagens selecionadas pela autora. O corpo negro, sendo ele uma vida precarizada, já carrega marginalizações, vulnerabilidades e lutas para existir e resistir e, nesses protestos, utiliza e re-produz gestos e performances, que remetem a violências policiais (ajoelhados e com a mão para trás), mas que buscam ir contra (punho cerrado, encarar).

Para Martins (2022), o corpo, denominado corpo-tela ou corpo-imagem, não é apenas visual, mas carrega sonoridade, cheiros e odores, sensações, gera imagens mentais e formas pensantes, que estão em constante movimento, mas que se entrelaçam, sendo um ambiente de saber e memória: um corpo pensamento. Já para Butler (2018), embora o corpo possa ser pensado como uma superfície politicamente regulada, a sua potência, enquanto repertórios de ação, é ampliada quando trabalhada em aliança. Para as duas autorias, o corpo possui materialidade e repertório capaz de produzir e reivindicar mudanças e memórias, pode demonstrar potência por meio da performance, que carrega signos diversos, podendo remeter a violações, por exemplo.

Como símbolos, o punho erguido cerrado é um gesto, não como um ato interrompido ou que não se concretiza (Butler, 2017), mas como uma memória, uma performance, atrelados ao corpo-tela, permitindo um aprendizado, uma transmissão de conhecimentos e reconhecimentos presentes nos corpos que o reproduzem (Martin, 2022). Como vulnerabilidades, o corpo negro, que sofre a necropolítica, embora esteja exposto, morto ou violentado, busca resistir e buscar mudanças sociais, se mostrando forte e lutando e reivindicando justiça às vidas negras.

BARBOSA, Yasmine Feital Calçado. *Narrativa Audiovisual e Performatividades de Gênero: Um estudo sobre a série Anne com E, da Netflix*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira; LAUDARES, Livia Gomes; LOPES, Deize Ferreira Paiva; GERMAN, Tomás Soares Pereira; SILVA, Tayrine Vaz. Primavera Latina: corpo e performance de mulheres latinas nos protestos de 2019. *Contracampo*, Niterói, v. 42, n. 1, jan-abr. 2023.

GETTY Images. Royalty-Free Stock Photos. 2026. Disponível em: <<https://www.gettyimages.com.br/>>. Acesso em: 8 maio 2026.

GOMES, Marcos Emílio. O crime de Bolsonaro e Pazuello no caso do oxigênio em Manaus. *Veja*, 18 jan. 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/marcos-emilio-gomes/o-crime-de-bolsonaro-e-pazuello-no-caso-do-oxigenio-em-manaus/>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela*. Editora Cobogó, 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA UFRJ*, n. 32, p. 122-.151, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

MILLS, Charles Wade. *O contrato racial*. 1 ed. Zahar, 2022.

MOURA, Bruno de Freitas. Policiais acusados da morte do menino João Pedro vão a júri popular. *Agência Brasil*, 24 jun. 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-06/policiais-acusados-da-morte-do-menino-joao-pedro-vao-juri-popular>>. Acesso em 7 nov. 2025.

OLIVEIRA, Joana. Bolsonaro veta obrigação do Governo de garantir acesso à água potável e leitos a indígenas na pandemia. *El País*, 8 jul. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-08/bolsonaro-veta-obrigacao-do-governo-de-garantir-acesso-a-agua-potavel-e-leitos-a-indigenas-na-pandemia.html>>. Acesso em: 10 abr. 2026.

PONTES, Felipe. Dino determina que PF investigue conduta de Bolsonaro durante pandemia. Agência Brasil, 18 set. 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-09/dino-determina-que-pf-investigue-conduta-de-bolsonaro-durante-pandemia>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

PUTTI, Alexandre. 10 afirmações de Bolsonaro que vão contra o que a Páscoa representa. Carta Capital, 21 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/10-afirmacoes-de-bolsonaro-que-vao-contra-o-que-a-pascoa-representa/>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

Saberes Tradicionais UFMG. Videoaula: Confluências Quilombolas Contra a Colonização #01 - Mestres Naldim e Nêgo Bispo - novo. YouTube, 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/y3aCjFO7rNE?si=SF7G7S79SKMwGirC>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

SOBRAL-GOMES, Amanda Maria de. *Racismo e misoginia na subcultura gótica: uma análise a partir de vivências de mulheres negras*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/items/94ff840a-db57-4cd1-bb69-407e1010132c>>. Acesso em: 23 set. 2025.

Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Disponível em: <<https://vogue.globo.com/lifestyle/noticia/2020/06/vidasnegra-simportam-11-imagens-que-marcaram-o-ato-pacifico-contra-racismo-em-sao-paulo.html>> . Acesso em: 12 jun. 2025.

2. O Brasil possui cerca de 161 mil imigrantes haitianos atualmente. Disponível em: <<https://migramundo.com/como-brasil-esta-diante-da-atual-situacao-do-haiti-e-seus-migrantes-no-pais-especialista-comenta/>> . Acesso em 7 nov. 2025.

CAPÍTULO 6

Ecofeminismo como ancoragem teórico-conceitual para pesquisa sobre assassinatos de mulheres em territórios periféricos: apontamentos iniciais para diálogos com sobreviventes

FERNANDA COUZEMENCO FERREIRA

Introdução

Este ensaio apresenta as ponderações iniciais a respeito da utilização do Ecofeminismo como quadro teórico-conceitual principal de uma pesquisa, em andamento inicial no PPGCOM/UFMG, cujo tema é a violência doméstica e institucional contra mulheres. O objetivo da pesquisa é coletar relatos de mulheres sobreviventes de tentativas de feminicídios e homicídios em uma região da periferia de Vitória, capital do estado do Espírito Santo e, a partir de uma análise comparativa entre essas narrativas e as registradas nos documentos judiciais e policiais referentes a assassinatos no mesmo território, encontrar subsídios para recomendações de melhorias de políticas públicas de denúncia e acolhimento de mulheres que enfrentam violências domésticas, contribuindo assim para a redução dos assassinatos.

A escrita em primeira pessoa acompanha a escolha adotada no âmbito da pesquisa como um todo e a ancoragem no Ecofeminismo decorre do desejo de integrar duas vertentes que guiaram a vida profissional desta pesquisadora ao

longo de mais de vinte anos: inicialmente o jornalismo ambiental, especialização prática assumida ainda na graduação; e, mais recentemente, a pesquisa em um programa multidisciplinar de pesquisa e extensão universitária que acolhe mulheres negras em situação de violência doméstica e institucional.

O programa possui uma sede social na Grande São Pedro, território periférico da capital capixaba, e, em vinte anos de atuação, mantém o índice de zero feminicídio entre suas acolhidas. Nos últimos seis anos, em que pude acompanhar dezenas de casos e testemunhar as vulnerabilidades impostas a este segmento da população feminina periférica, senti-me especialmente interpelada pelas histórias de mulheres sobreviventes do crime de maior gravidade na escalada espiralar da violência doméstica.

A violência contra as mulheres segue sendo, nessa terceira década do século XXI, um problema crescente no Brasil, a despeito de novas legislações de proteção às vítimas implementadas a partir da Lei Maria da Penha, em 2006, esta considerada uma das três melhores do mundo, segundo a Organização das Nações Unida (ONU).¹

Os dados não deixam dúvidas. O 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum, 2025) mostra que seis dos nove crimes monitorados pelo relatório registraram aumento entre 2023 e 2024, incluindo o de feminicídio (+0,7), tentativa de feminicídio (+19%) e estupro (0,9%). Os dois únicos que registraram queda foram o homicídio doloso – aquele executado com intenção de matar, contrariamente ao homicídio culposo, em que não há intenção de matar – e ameaça, que reduziram 6,4% e 0,8%, respectivamente. A própria publicação, no entanto, chama atenção para que essas duas reduções sejam analisadas com cautela. Isto porque “trata-se de diminuições modestas frente à magnitude dos crimes que cresceram, o que escamoteia um primeiro ímpeto de comemoração quando olhamos pela primeira vez para os dados de queda” (Fórum, 2025, p. 145). Destaca ainda que, especificamente, o homicídio doloso de mulheres acompanha na verdade uma queda generalizada registrada no país, de 6,2%, quando incluído o conjunto de homens assassinados.

Em números absolutos, o Anuário registra 3,7 mil mulheres assassinadas em 2024, sendo que 1.492 foram reconhecidamente mortas em função de

sua condição de mulher (feminicídios). As tentativas de feminicídio, que registraram o maior aumento no período, de 19%, somaram 3.870 casos. Houve ainda aumento de 6,3% de violência psicológica, totalizando 51,8 mil registros, e 95 mil casos de *stalking* (+18,2%). O crime de lesão corporal dolosa se manteve estável, com 257.659 em 2024.

As mulheres negras são especialmente vulneráveis, segundo o Anuário, representando 66,9% dos casos de Morte Violenta Intencional (MVI) registrados em 2023, que incluem feminicídios, latrocínio (roubo que resulta em morte), lesão corporal seguida de morte, morte decorrente de intervenção policial e homicídios que não são classificados como feminicídio. Olhando apenas para os dados de feminicídio, vê-se que houve um aumento da concentração desses crimes sobre mulheres negras, saltando de 61,1% em 2022 para 63,6% em 2023. Nesses dois anos, o percentual de feminicídios sofridos por mulheres brancas foi de 38,4% e 35,8%, respectivamente.

Em 2022, o relatório “Avaliação sobre a aplicação das Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha”, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com apoio do Instituto Avon e do Consórcio da Lei Maria da Penha, também destacou a maior vulnerabilidade dessa população, em relação principalmente a tempo de estudo e renda, o que as torna mais dependentes dos equipamentos públicos e dos próprios agressores, que muitas vezes são os provedores da família.

O relatório alerta ainda para uma contradição entre a gravidade dessa situação e a escassez de dados qualificados sobre o assunto, o que “faz com que os diferentes órgãos do governo não consigam identificar falhas institucionais, violações de direitos básicos e possíveis recorrências de atitudes discriminatórias em seu funcionamento” (CNJ, 2022, p.162). E recomenda que os órgãos oficiais procedam com o “preenchimento do maior número de dados possível” (CNJ, 2022, p. 162).

Tais apontamentos do CNJ e do Anuário, a respeito da maior vulnerabilidade das mulheres negras, são percebidos pela equipe multidisciplinar do referido programa, o Fordan: cultura no enfrentamento às violências, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo (Fordan/UFES), que tem como um

de seus pressupostos principais a importância fundamental das redes de apoio — formadas por pessoas e instituições que, de formas diversas, fazem a escuta sensível de suas vozes e criam as pontes necessárias para que a mulher acesse seus direitos — para salvar a vida das mulheres que enfrentam violências. Entendimento semelhante é manifestado por Saffioti (2004):

A violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que este ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela. Esse é o chamado ciclo da violência, cuja utilidade é meramente descritiva. Mesmo quando permanecem na relação por décadas, as mulheres reagem à violência, variando muito as estratégias. [...] Mulheres em geral, e especialmente quando são vítimas de violência, recebem tratamento de não sujeitos. Isto, todavia, é diferente de ser não sujeito [...] Isto não significa que as mulheres sejam cúmplices de seus agressores [...] Para que pudessem ser cúmplices, dar seu consentimento às agressões masculinas, precisariam desfrutar de igual poder que os homens. [...] Trata-se de caso similar à relação patrão-empregado (Saffioti, 2004, p. 84).

A partir dessa perspectiva, tenho observado com especial atenção a dimensão comunicacional dos processos vivenciados pelas acolhidas do programa em sua busca por sobreviverem e reconstruírem suas vidas após episódios graves de violências: os gritos de socorro, os murmúrios, as comunicações não verbais, os silenciamentos. Entendo que, para além da desejada incidência sobre as políticas públicas oficiais, a produção de tais narrativas tem efeitos diretos, primeiramente, sobre a própria vítima. Ao produzir seu relato, dentro de um ambiente ético e político de cuidado e respeito, que construí ao longo da minha experiência no Fordan e que orienta esta pesquisa, a mulher consegue reorganizar a sua própria experiência e transformá-la em um gesto político. Importante destacar que, na perspectiva das teorias de Foucault (McLaren, 2016), uma mulher que sofre violência não é apenas uma vítima, mas uma pessoa que ocupa também o lugar de sujeito e que, nessa luta por existir, a mulher busca a sua rede de apoio e constrói um saber, que é único, criando novas territorialidades, para uma vida com mais segurança, autonomia e felicidade.

O patriarcado como origem de toda violência

O Ecofeminismo pode ser entendido como uma escola de pensamento e ativismo que une a luta pelos direitos das mulheres e das natureza. A obra de referência aqui adotada, *Ecofeminismo*, de autoria conjunta da acadêmica alemã Maria Mies e da cientista indiana Vandana Shiva (2021), traz os anos 1970 e 1980 como o momento histórico em que o termo passou efetivamente a se popularizar, a partir de eclosão de diversos protestos e manifestações de mulheres em favor do meio ambiente, a exemplo do Movimento Chipko, na Índia, liderado por Vandana Shiva, e o evento “Mulheres e Vida na Terra: Uma Conferência sobre Ecofeminismo nos anos 1980”, considerada pelas autoras como a primeira conferência ecofeminista no mundo.

A obra traz ainda uma sugestão valiosa, que é o método de Conscientização — utilizado pelo educador brasileiro Paulo Freire em sua notabilizada experiência de alfabetização de um grupo de 300 trabalhadores no Nordeste no Brasil em apenas 45 dias, no ano de 1962 — e destacado por Mies como referência fundamental para as pesquisas acadêmicas, consistindo em uma das suas sete diretrizes metodológicas para pesquisa feminista, descritas no terceiro capítulo de seu livro.

A partir de “Conscientização” (Freire, 2016), a leitura freiriana feita para este projeto desaguou em “Extensão ou Comunicação?” (Freire, 1983), onde o educador critica a forma autoritária e nada dialógica com que os agrônomos extensionistas chilenos adentravam os territórios camponeses para difundir novas tecnologias, desmerecendo o conhecimento tradicional local, e defende que, no lugar desta extensão predatória, seja feito um trabalho de comunicação, essencialmente dialógico e educativo, numa troca frutífera de saberes entre camponeses e profissionais graduados.

A decisão de trazer para esta pesquisa a definição de comunicação e sua antítese, a extensão, apresentadas por Freire (1983), permite analisar o que ocorre, do ponto de vista comunicacional, durante o processo em que mulheres sobreviventes de tentativas de feminicídio recorrem a equipamentos públicos do Poder Executivo — Polícia, órgãos de Saúde e Assistência Social

— e do Poder Judiciário. Assim, pode-se inferir quando há comunicação efetiva entre as vítimas e o poder público e quando há o não-diálogo, com a mera extensão da misoginia e do racismo que estruturam o Estado sobre os documentos lavrados pelos agentes estatais, resultando em narrativas oficiais revitimizadoras, por enviesarem os fatos narrados pelas vítimas, conforme constam nos registros do Fordan/UFES (Pires *et al.*, 2024).

As diretrizes metodológicas de Mies destacam ainda que as pesquisas sobre contextos de opressão, no caso, das mulheres pelos homens, não devem ser realizadas por acadêmicos encastelados, mas de forma conjunta com as sujeitas pesquisadas, por meio das ferramentas de pesquisa cientistas cedidas pelas pesquisadoras, com as quais as sujeitas oprimidas podem formular seus problemas de luta e organizar suas formas de atuação.

Mies e Shiva compreendem o patriarcado como um paradigma social iniciado há cerca de oito mil anos, que representa uma das manifestações primordiais de hierarquia e verticalidade de relações, originando todas as expressões de violência que vivemos, seja ela dirigida contra a natureza, as mulheres ou as pessoas ditas racializadas de territórios do Sul Global. Violências essas que criaram as condições fundamentais para o surgimento do capitalismo que, por sua vez, retroalimenta essas violências primordiais.

Mies considera que o corpo da mulher é, na contemporaneidade, a terceira colônia, para onde os homens lançam seus ataques predatórios de acumulação primitiva. A primeira colônia teria sido o meio ambiente dos países colonizados na América, Ásia e África; a segunda, as áreas rurais em torno das cidades europeias. Já a terceira colônia forma-se sobre uma mulher idealizada, frágil e submissa, emotiva e mais ligada às forças da natureza, o oposto do homem racional e forte, provedor. Ambos modelos idealizados, forjados nos primeiros séculos da Idade Moderna, após o massacre de mulheres na Idade Média, por meio da conhecida “caça às bruxas”.

A autora afirma que “esse assassinato em massa de mulheres não teve paralelo em nenhuma das chamadas sociedades não civilizadas na África, Ásia ou América do Sul” (Mies; Shiva, 2021, p. 252). Tal massacre, prossegue, se baseou na tortura das mulheres chamadas de bruxas e pavimentou a

estrada para a ascensão dos métodos científicos iluministas, fundamentados na dissecação violenta da Natureza, o que evidencia a implementação de um paradigma civilizatório que tem por base “a destruição da integridade tanto do corpo feminino quanto do corpo da Natureza” em que “ambos os corpos se tornaram meras fontes de matéria-prima para o modo de produção capitalista em ascensão” (Mies; Shiva, 2021, p. 253). Com a colonização do sul global pela Europa, o mesmo padrão se implementou entre os países:

Uma relação violenta semelhante foi estabelecida entre os Estados centrais e as colônias na Ásia, na América do Sul e na África. Foi só depois que as bruxas foram mortas como ‘mulheres más’ que uma nova imagem da ‘boa mulher’ pôde surgir nos séculos XVIII e XIX. Como já foi observado, foi a imagem da mulher enfadonha, sentimental, fraca e oprimida, a mulher dependente de um provedor e do Estado. Esse novo ideal de feminilidade, baseado nas mulheres da classe burguesa, foi necessário para a nova divisão sexual e social do trabalho, a divisão entre a produção e a reprodução, a produção e o consumo, o trabalho e a vida, sem a qual o capitalismo não teria decolado (Mies; Shiva, 2021, p. 253).

Concordando com a percepção de que o patriarcado criou as condições para o surgimento do capitalismo, as autoras também entendem que o capitalismo retroalimenta as violências do patriarcado, como se vê no tópico seguinte.

Capitalismo como catalisador

Complementarmente ao Ecofeminismo de Mies e Shiva, as relações estreitas entre capitalismo e violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, são aqui descritas com ajuda de uma tríade de autoras feministas: a intelectual italiana Silvia Federici (2021), com experiência acadêmica e militante nos Estados Unidos e na África; a socióloga brasileira Heleieth Saffioti (2004); e a antropóloga argentina e professora universitária emérita no Brasil Rita Segatto (2005, 2025).

A primeira fornece, em “Calibã e a Bruxa”, um estudo pormenorizado sobre as sucessivas ondas de violência severa contra mulheres na Europa Medieval que permitiram a fundação do capitalismo, ao visarem, bem re-

sumidamente, dois objetivos: a) minar o poder revolucionário feminino, que liderava as revoltas antifeudais em uma direção de mais liberdade e bem-estar para as classes servis e, em especial, as mulheres; b) incentivar a procriação, para compensar a redução drástica da população, decorrente da Peste Negra, que dizimou de 30% a 40% dos europeus entre os anos de 1347 e 1352.

Nesse contexto, o conluio entre igreja, estado e a nascente burguesia empreendeu principalmente três estratégias: a) o famigerado assassinato em massa disfarçado de caça às bruxas, em que “os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV” (Federici, 2023, p. 112); b) o estímulo oficial aos estupros coletivos e a prostituição; c) a retirada sistêmica de direitos legais e uma campanha de imbecilização das mulheres, para justificar seu enquadramento dentro de um modelo doméstico e domesticado de feminilidade.

A respeito da primeira estratégia de destruição das mulheres, Federici (2023) ressalta que as mulheres medievais já estavam sob o jugo patriarcal, porém, detinham significativo protagonismo nas lutas antifeudais. No capitalismo, no entanto, a submissão feminina atingiu patamares até então inéditos:

Isso porque, na Europa pré-capitalista, a subordinação das mulheres aos homens esteve atenuada pelo fato de que elas tinham acesso às terras e a outros bens comuns, enquanto no novo regime capitalista as próprias mulheres se tornaram bens comuns, dado que seu trabalho foi definido como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de mercado (Federici, 2023, p. 200).

Sobre a segunda estratégia, aparentemente menos divulgada na bibliografia acadêmica e leiga, Federici traz documentos da época que relatam a proliferação de prostíbulos municipais, considerados equipamentos de utilidade pública, e os estupros coletivos de mulheres proletárias que aconteciam nas ruas, à noite, envoltos em muito ruído e nenhum cuidado em esconder tais práticas das autoridades que, por sua vez, fingiam não tomar conhecimento, não havendo qualquer punição. Esse contexto, explica, “debilitou a solidariedade de classe alcançada na luta antifeudal [...] criou um clima intensamente misógino [...] [e] insensibilizou a população em relação

à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que se começaria nesse mesmo período” (Federici, 2023, p. 112).

A terceira estratégia teria iniciado na transição do século XV para o XVI. Com as mulheres trabalhadoras do sexo tendo alcançado poder econômico significativo, a prostituição passou a ser criminalizada e as demais profissões onde as mulheres ocupavam lugar importante também passaram a expulsá-las. A autora destaca que se formava assim o que ela chama de patriarcado do salário, onde as mulheres passaram a perder o direito à remuneração por seu trabalho e seu trabalho foi sendo cada vez mais limitado ao espaço da família e do lar, produzindo uma intensa feminilização da pobreza.

Ocorre que, neste momento histórico, as “Grandes Navegações” já haviam aportado na América, África e Ásia, sendo essa invasão de territórios além-mar, de certo modo, uma solução encontrada pelas elites europeias para manter sua acumulação de capital diante da valorização da mão-de-obra proletária durante o que Federici chama de “Era de Ouro do Proletariado”. Alcançada no final do século XIV após a drástica redução populacional pela Peste Negra, essa valoração salarial teve como consequência a recusa a certos abusos de poder que até então lhe eram impostos sem grande dificuldade. A autora observa que a subjugação das mulheres e dos povos nativos dos continentes recém-invadidos se deu sob algumas dinâmicas semelhantes:

Não é exagero dizer que as mulheres eram tratadas com a mesma hostilidade e com o mesmo senso de distanciamento que se concedia aos “índios selvagens” na literatura produzida depois da Conquista. O paralelismo não é casual. Em ambos os casos, a depreciação literária e cultural estava a serviço de um projeto de expropriação. Como veremos, a demonização dos povos indígenas americanos serviu para justificar sua escravização e o saque de seus recursos. Na Europa, o ataque contra as mulheres justificou a apropriação de seu trabalho pelos homens e a criminalização de seu controle sobre a reprodução. O preço da resistência era, sempre, o extermínio (Federici, 2023, p. 211).

Tendo o padrão europeu de violência sexista e racial alcançado os trópicos, os estudos e reflexões de Segatto e Saffioti, as duas autoras latinas integrantes da citada tríade feminista, se mostra imprescindível. Segatto

navega pelo campo da comunicação ao analisar os estupros coletivos seguidos de assassinatos que exterminavam jovens indígenas pobres em Ciudad Juarez, município de fronteira entre México e Estados Unidos, sem que as autoridades locais enviassem esforços eficazes para combatê-los. Na ocasião de sua pesquisa, no início dos anos 2000, esses crimes já ocorriam ininterruptamente há mais de uma década. Quando a antropóloga esteve na cidade, participando de um fórum internacional voltado a tentar decifrar formas de solucionar o problema, precisou encurtar sua estadia, em vista da ameaça implícita que sofreu, quando o sinal da TV que transmitia o evento foi derrubado no exato momento em que ela iniciava sua fala, retornando justamente após a conclusão de sua exposição. Segato percebeu o fenômeno macabro como uma prática comunicacional codificada e essencialmente praticada entre uma fraternidade patriarcal, utilizando a subjugação do corpo feminino para esta escrita e percebeu que “tudo parece fazer parte de uma grande máquina comunicativa cujas mensagens tornam-se inteligíveis somente para quem, por alguma razão ou outra, adentrou o código” (Segato, 2005, p. 266).

Afora a realidade extraordinariamente violenta da cidade fronteiriça mexicana — “cenário do maior e mais prolongado número de ataques e assassinatos de mulheres com *modus operandi* semelhante de que se tem notícia em ‘tempos de paz’” (Segato, 2005, p. 274) — a autora ressalta que as reais motivações dos crimes sexuais, em outras partes do globo, em geral também passam ao largo de uma atração física ou qualquer intenção que se insira essencialmente no campo do desejo sexual ou sensual, mas que, na verdade, sustentam-se em desejos de poder e de aniquilação física e moral da vítima, revestindo-se, comumente, de um caráter punitivo e doutrinador:

Um ato que se ampara no mandato de punir e retirar a vitalidade de uma mulher percebida como desacatando e abandonado a posição que lhe é reservada no sistema de status da moral tradicional. Nesse sentido, para muitos, ao invés de um crime, o estupro constitui uma punição e o estuprador, ao invés de um criminoso, muitas vezes entende a si mesmo como um moralizador ou um vingador da moral (Segato, 2025, p. 186).

De forma similar, Saffioti traz, entre outros aspectos da problemática da violência contra mulheres, as possíveis reais motivações que levam presidiários a “currarem” estupradores, especialmente de crianças, evidenciando noções de posse que homens constroem em relação às mulheres, dentro do paradigma patriarcal:

Por que se curram, nos presídios, estupradores de qualquer mulher, em especial de crianças? Se toda interdição contém um sim e um não, é pertinente responder a esta indagação da seguinte maneira: a estuprada não era sexualmente disponível para o estuprador, pois, se o fora, não teria ocorrido o estupro. Mas por que não poderia sê-lo para os demais presos? Trata-se, por conseguinte, de invasão de território, procedimento muito pouco tolerado, especialmente por machões e bandidos (Saffioti, 2004, p. 31).

A leitura dos escritos desta tríade feminista expõe como o corpo da mulher é entendido como alvo central da violência patriarcal em que se funda o capitalismo e especialmente como o controle da sexualidade feminina cumpre esse papel. Percepção que encontra eco nos dados oficiais e justifica a presença dessa discussão nesta pesquisa. Segundo o Infográfico do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, 80% das mulheres vítimas de feminicídio em 2024 foram assassinadas por seus companheiros e ex-companheiros (Fórum, 2025), o que evidencia a relevância que a qualidade das relações amorosas, conjugais e sexuais entre casais heterossexuais têm sobre a vida e a morte das mulheres, ou, como pondera Saffioti (2004, p. 51): “um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido”.

A essa altura, é imprescindível que se traga a noção de interseccionalidade para ampliar a compreensão do fenômeno da violência contra a mulher no Brasil e porque esta pesquisa se concentra nas mulheres não-brancas e de periferia. Como já dito, a maioria das vítimas de feminicídio no país são mulheres negras, que residem, majoritariamente, em territórios periféricos. Em 2024, 63,6% das vítimas de feminicídio e 55,6% das vítimas de estupro foram mulheres negras (Fórum, 2025).

Na década de 1980, a intelectual brasileira Lélia Gonzalez foi uma das primeiras a trazer a público a discussão sobre as interseccionalidades que atravessam a mulher negra, justificando a necessidade um “feminismo negro latinoamericano”, que conseguisse de enfrentar essa realidade. Em um de seus textos da época, ela ressalta que “em termos de distribuição de renda a distância que marca as diferenças entre brancas e negras é muito maior do que aquela que separa homens e mulheres” (Gonzalez, 2020, p. 57). Somado ao sexismo, o preconceito de cor submete a mulher negra a uma situação que a autora chama de superexploração.

Quarenta anos depois das incidências de Gonzalez, a situação não se alterou e inspirou a célebre frase da intelectual e ativista estadunidense Angela Davis, proferida durante conferência na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), na abertura do curso “Black Feminism”, em julho de 2017: “em função das mulheres negras sempre estarem posicionadas na base da hierarquia de gênero, racial e econômica, quando elas se movimentam o mundo inteiro se movimenta com elas” (Davis, 2017).

A imagem projetada por esta fala de Davis me remete a um conceito muito conhecido dentro da ecologia, que é o da espécie-bandeira ou “espécie guarda-chuva” e, assim, pensar na luta da mulher negra por seus direitos como uma “luta guarda-chuva”, que beneficia toda a sociedade. Nas ciências ambientais, entende-se que as atividades necessárias para a conservação de uma espécie acabam por beneficiar todo o ambiente onde a espécie vive, seja natural ou social, como é o caso da tartaruga marinha, cuja proteção envolve, como um grande guarda-chuva de diretrizes e ações, a proteção das praias e da cultura e economia das comunidades costeiras onde as bases do Projeto Tamar² são instaladas no litoral brasileiro. Da mesma forma, cuidar da segurança, da dignidade e da vida das mulheres negras, por meio de políticas públicas centradas nos seus relatos e necessidades específicas, cria condições para que todas as mulheres tenham também suas vidas mais protegidas.

Mapas afetivos de comunicações

Como considerações finais deste ensaio, é essencial registrar que, nesse estágio inicial da pesquisa, o Ecofeminismo mostra, no diálogo com as demais pessoas autoras trazidas para o marco teórico-conceitual, possibilidades importantes de ampliação e aprofundamento da compreensão do fenômeno da violência contra mulheres, especialmente as atravessadas por interseccionalidades de raça e classe social, que compõem o *corpus*. Fica explícito que a escalada de assassinatos de mulheres em curso na contemporaneidade é resultado da misoginia que estrutura não apenas as sociedades capitalistas, ainda que o capitalismo tenha intensificado essa violência. Mas trata-se sim de um traço estrutural das civilizações humanas anteriores ainda ao feudalismo.

Mies e Shiva (2021) mencionam o tempo de oito mil anos para a origem do patriarcado, enquanto sistema orientador do desenvolvimento social, cultural, político e econômico da espécie humana, e afirmam que esse sistema se manifesta primordialmente na submissão simultânea das mulheres e da natureza. Com isso, instigam um entendimento do patriarcado como uma força de sujeição de tudo o que é identificado como feminino, paralelamente à construção de um ideal de superioridade do caráter masculino que compõe as pessoas, os seres e as entidades vivas. Essa hierarquização artificial das polaridades masculina e feminina, ao serem corporificadas em pessoas, seres e entidades, justifica a submissão das mulheres pelos homens e da natureza aos processos produtivos humanos, assim como induz ao menosprezo e violação dos elementos femininos presentes nos próprios homens, sustentando padrões de masculinidade tóxica que os levam a matar a si mesmos e às mulheres. No Brasil, os homens alcançam coeficientes de suicídio quase quatro vezes maiores que os de mulheres (Marín-Leon; Barros, 2023) e são responsáveis pela maioria absoluta dos assassinatos de mulheres, tendo praticado, em 2024, 87,3% desses crimes (Fórum, 2025, p. 161).

Ao trazer essa perspectiva ampliada do patriarcado, o Ecofeminismo possibilita o vislumbre de ferramentas conceituais e metodológicas de pesquisa que deem conta da ampliação da janela de tempo histórico a ser considerada e da

diversidade de corpos, humanos e não humanos, diretamente influenciados por esse sistema de produção de violências. Por sua vez, essa compreensão ampliada não conflita com a escolha das mulheres negras e como parte fundamental do *corpus* de pesquisa. A decisão de valorizar o protagonismo dessas mulheres, por meio da produção e análise dos seus relatos, permite compreender como são corporificadas as camadas milenares de violência histórica do patriarcado nesse segmento da população, localizado na base da pirâmide social de um país periférico na balança global de poder político-econômico.

O Ecofeminismo é ainda coerente com a perspectiva de que os caminhos para a redução efetiva das violências contra as mulheres precisam passar necessariamente pela escuta das vítimas que sobrevivem a essas violências, como forma de subsidiar o aprimoramento de políticas públicas de enfrentamento às violências e redução dos índices de feminicídio, incluindo equipamentos policiais, assistenciais, sanitários e jurídicos. Para isso, faz-se necessário realizar formações constantes para os agentes públicos que lidam com o acolhimento e a denúncia, para que a aplicação da lei seja rigorosa, e tão importante quanto, passa por um processo amplo de letramento antipatriarcal de toda a sociedade. Especificamente no que tange às autoridades policiais e judiciais, que produzem os documentos oficiais que compõem uma parte do *corpus* desta pesquisa, o patriarcado interpõe barreiras comunicacionais — na perspectiva freiriana — que explicam boa parte das revitimizações sofridas pelas mulheres.

Em suma, a violência contra as mulheres não é uma questão individual, de cunho privado, tampouco os crimes sexuais e de assassinato são essencialmente passionais, como os agentes policiais e judiciais muitas vezes insistem em registrar em suas narrativas. Trata-se de uma engrenagem fundamental que sustenta o sistema econômico baseado na exploração de um contingente majoritário de pessoas vulnerabilizadas, bem como da natureza planetária, por um grupo restrito de privilegiados pelo poder político, econômico e cultural, dedicado a manter seus privilégios acima de qualquer coisa. O combate à violência também, via de regra, não ocorre em âmbito privado.

Minha experiência como pesquisadora de um programa de acolhimento de mulheres negras e periféricas em situação de violência mostra

que, na contramão da cultura patriarcal e violenta, a mulher trabalha a resistência e, por isso, ela sobrevive. Seu primeiro gesto de resistência, via de regra, é comunicacional, quando transmite sua dor e compartilha sua súplica por socorro. Para quem elas direcionam essa voz? De que forma isso se dá: como sussurro, como grito? Onde ela encontra acolhimento e onde esbarra em silenciamentos revitimizadores?

São questões que esta pesquisa deseja descobrir, numa tentativa de esboçar mapas afetivos dessas redes de apoio individuais, que, possivelmente, irão apontar um ou alguns padrões coletivos de funcionamento dessas redes de apoio e, acima de tudo, revelar os saberes construídos coletivamente, que precisam estar no centro das discussões, planejamentos e implementações de políticas de enfrentamento às violências contra as mulheres, para que a legislação seja plenamente aplicada e os índices de assassinatos, reduzidos.

Referências

DAVIS, Angela. In: TV UFRB. *Curso de Black Feminism - Angela Davis*. YouTube, 17 de julho de 2017. Duração: 2h15min43s. Tempo da fala: 18min49s-19min:34s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NDwbjSvpDZo>>. Acesso em: 21 de novembro de 2025.

FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a Bruxa*. Tradução: Coletivo Sycorax – 2. ed. – São Paulo: Elefante, 2023

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública - Infográfico*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>>. Acesso em: 22 nov.2025

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano*, p. 43-57. São Paulo, Zahar, 2020 [1979c]. Disponível em: <<https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>>. Acesso em: 15 maio.2025.

MARÍN-LEÓN, Leticia; BARROS, Marilisa. Mortes por suicídio: diferenças de gênero e nível socioeconômico. *Revista de Saúde Pública*, v. 37, p. 357-363, 2023.

MCLAREN, Margaret A. *Foucault, feminismo e subjetividade* / Margaret A. McLaren. – São Paulo: Intermeios, 2016. (Coleção Entregêneros).

MIES, Maria; SHIVA. Vandana. *Ecofeminismo*. Tradução de Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

PIRES et al. *Relatório técnico do Projeto “Boletim de ocorrência em caso de violência doméstica contra mulher negra e pobre: a produção de um aplicativo efetivo para denúncia da vítima”*, entregue à FAPES. Documento interno. Fordan: Vitória, 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEGATO, Rita. *Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 265-285, 2005.

SEGATO, Rita. *Estruturas elementares da violência*. Tradução Danú Gontijo, Lívia Vitenti e Marianna Holanda. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025.

Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/lei-maria-da-penha-e-considerada-uma-das-tres-legislacoes-mais-avancadas-do-mundo/121814264>> . Acesso em 28 abr. 2026.

2. O Projeto Tamar foi criado em 1980 por pesquisadores ligados ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com objetivo de proteger as tartarugas marinhas, que estavam sob grave risco de extinção. Ao longo do tempo, os pesquisadores criaram, para além do braço governamental federal, uma instituição privada para captação de recursos e ampliação das atividades: a Fundação Pró-Tamar, hoje chamada de Fundação Projeto Tamar. Conforme site oficial da instituição – <http://www.projetotamar.org.br> – o Projeto Tamar tem a missão de promover a recuperação das tartarugas marinhas, através de ações de pesquisa, conservação e inclusão social e é co-executora do PAN - Plano Nacional de Ação para a Conservação das Tartarugas Marinhas no Brasil, sob responsabilidade do ICMBio/MMA, sendo responsável por grande parte das ações previstas. Está presente em 22 localidades distribuídas em oito estados brasileiros, entre zonas costeiras e ilhas oceânicas, em oito estados: Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Desenvolve ações de pesquisa, manejo e proteção das cinco espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil, além de atividades de envolvimento comunitário, inclusão social, sensibilização e educação ambiental, valorização da cultura local e geração de oportunidades de trabalho e renda.

II

TERRITÓRIOS DIGITAIS

CAPÍTULO 7

Quando a crueldade encontra o lúdico: dinâmicas generificadas de tortura em *Outlast 2*

FERNANDA MUDESTO PASSOS

Introdução

Desde a sua entrada na indústria do entretenimento na década de 1970, os jogos digitais consolidaram-se como artefatos culturais pervasivos, cujas lógicas interativas se espargiram para diversos âmbitos do social, como a educação, o trabalho e os relacionamentos interpessoais (Muriel; Crawford, 2018). Embora sejam muitas vezes associados à diversão desinteressada — ou até mesmo alienante —, estes produtos amplamente consumidos nos oferecem insumos acerca de como certas normas e valores são reproduzidos, tensionados ou reconfigurados no contato cotidiano com tecnologias de mediação. Ademais, por demandar a participação ativa da pessoa jogadora, os *videogames* expandem os debates sobre agência e responsabilização, sobretudo quando está em pauta o consumo de conteúdos violentos.

Ultrapassando um olhar determinista que associa diretamente os jogos a tendências violentas, mas sem deixar de reconhecer a relação entre esta mídia e estruturas sociais mais amplas de poder e subordinação, o presente capítulo

busca compreender como a tortura em jogos digitais ambientados em contextos totalitários é interpelada por dinâmicas de gênero, investigando de que modo as assimetrias características de regimes antidemocráticos se manifestam nas experiências de tortura dentro do jogo. No que tange à definição de tortura, o estudo se propõe a fazer uso de uma lente semântica mais ampla, incluindo não só as atividades de extração de informações, mas também outros atos deliberados de violência não consensuais, impostos em um contexto de assimetria de poder entre torturador e torturado (Brecher, 2007).

O objeto empírico escolhido, por sua vez, é o *survival horror*¹ distópico *Outlast 2* (Red Barrels, 2017), parte de uma das franquias mais bem sucedidas do universo dos jogos de horror, com mais de 15 milhões de cópias vendidas (Alder, 2024). A série, composta por três títulos principais — *Outlast* (2013), *Outlast 2* (2017) e *Outlast: Trials* (2023) — e pela expansão *Outlast: Whistleblower* (2014), explora os limites da crueldade humana, abordando de forma bastante direta e gráfica violências de cunho psicológico, físico e sexual a partir de temas como corrupção, ética científica, sofrimento mental e fanatismo religioso.

No que diz respeito ao enredo, *Outlast 2* apresenta um arco narrativo inicialmente separado dos jogos anteriores, sendo ambientado em *Temple Gate*, uma vila isolada no interior dos Estados Unidos que opera sob um regime paralelo de governo, totalitário e teocrático. O principal antagonista, Sullivan Knoth, é um líder carismático e profeta autoproclamado que estabeleceu a comunidade com seus seguidores para operar fora da lei, em preparação para o que ele acreditava serem as tribulações do fim dos tempos. Convencido de que o anticristo nasceria de seu rebanho, Knoth ordena o assassinato de mulheres grávidas e crianças, instaurando uma atmosfera de misoginia e desconfiança. Neste cenário de instabilidade e violência, Blake e Lynn Langermann, um casal de jornalistas, são inseridos abruptamente. Eles chegam à vila para investigar a morte misteriosa de uma jovem grávida que supostamente veio do local, mas são imediatamente atacados e separados, fazendo com que o jogo se desenrole a partir da jornada de busca pela esposa do protagonista.

Em se tratando das articulações teórico-metodológicas do estudo, adotamos uma abordagem qualitativa e autoetnográfica que operacionaliza o conceito de

Espectador Emancipado, conforme proposto por Jacques Rancière (2009), considerando a pessoa jogadora como agente ativo na produção de sentido diante das interações de tortura. Ademais, é apresentada uma reflexão sobre como o gênero — a partir de uma perspectiva pós-estruturalista — e a precariedade interpelam regimes antidemocráticos calcados no conservadorismo moral e religioso, criando condições para que a tortura seja institucionalizada e normalizada.

Fundamentação teórica

Partindo do objetivo de apreender como a tortura em jogos digitais ambientados em contextos totalitários é interpelada por dinâmicas de gênero, a fundamentação teórica se desdobra a partir de dois eixos, sendo a) uma revisão do conceito de gênero a partir de Judith Butler (2015, 2018 [1990], 2019 [1993]) e como este se relaciona a dinâmicas de subordinação social e b) uma articulação entre formas de governo não democráticas e a institucionalização de práticas violentas como parte de políticas da morte.

O gênero como um organizador social

A presente seção aborda o conceito de gênero a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, centrada nos estudos de Judith Butler sobre a performatividade. Em “Problemas de Gênero” (2018 [1990]), Butler desafia a noção de gênero como uma essência inata atrelada ao sexo biológico, colocando-o como um organizador social a partir do qual a própria noção de sujeito se desenvolve. Indo de encontro ao dualismo fundador que orientava o pensamento ocidental até a década de 1960, a autora expande a teoria dos atos da linguagem de Austin (1990) para questionar a ideia de uma verdade única que coloca o feminino como naturalmente oposto ao masculino a partir das diferenças entre os sexos.

Em “Corpos que Importam” (2019 [1993]), Butler aprofunda as reflexões sobre a relação entre gênero, corpo e discurso, abordando as críticas de que sua teoria semiologizaria o corpo, despiando-o de sua concretude. A autora

argumenta que o gênero, ainda que opere também no âmbito discursivo, não diz de uma construção simbólica que simplesmente se imprime no corpo: pelo contrário, a inegável materialidade física também participa das práticas reiterativas que conformam — ou disformam — as subjetividades, sendo um meio por onde as pessoas experimentam como performar gênero. O sexo biológico, neste sentido, comporta-se como uma ficção retroativa, na medida em quem usa-se a genitália como um marcador primordial a partir do qual um caminho específico de possibilidades irá se desdobrar, naturalizando determinados comportamentos como tipicamente femininos ou masculinos.

Tais expectativas partilhadas são produtos e produtores da dimensão discursiva, intimamente ligada às relações de poder. Em diálogo com o trabalho de Foucault, Butler afirma que o gênero opera por meios de exclusão, ou seja, para que a norma se cristalize, é necessária uma demarcação do anormal, bem como uma constante vigilância sobre os comportamentos desviantes. Estas regulamentações vêm não apenas da esfera governamental/legal em formato coercitivo, mas também da potencialidade produtiva das micro relações e trocas entre sujeitos no convívio diário. Numa lógica de diferença sexual, o normativo exige a concordância entre os eixos sexo/gênero/orientação sexual, estabelecendo que indivíduos nascidos com uma genitália lida como feminina se identifiquem como mulheres e sintam desejo por aqueles categorizados como homens. O poder, em sua forma mais efetiva, assume um caráter ontológico, que apaga a artificialidade dos papéis de gênero e faz com que o binarismo seja tomado como parte da ordem natural da vida, deslegitimando todas as outras formas de existir.

Uma conexão mais direta entre a performatividade de gênero e o conceito de precariedade, bem como suas relações com as assimetrias de poder, é elaborada por Butler em “Corpos em Aliança e a Política das Ruas” (2018). Nesta obra, Butler expande a noção de performatividade para além das experiências de gênero, aplicando-a à ocupação dos espaços públicos e ao caráter performático das manifestações coletivas. O direito de aparecer no mundo, em grupos e coletividades, é fundamental, mas é inviabilizado para vidas precarizadas, incluindo outras minorias que não apenas sexuais e de gênero. A precariedade,

nesse sentido, “designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte” (Butler, 2015, p. 29), dinâmica esta que será abordada em mais detalhes no tópico a seguir.

Totalitarismo, precariedade e institucionalização da tortura

No cenário político altamente polarizado de Outlast 2, a ascensão de ideais totalitários promove o cerceamento do debate público e a restrição da participação coletiva, dinâmica esta que dialoga diretamente com a gestão da precariedade e a normalização de práticas violentas. Sem a pretensão de levar a cabo uma análise extensiva do microcosmos político da vila de Temple Gate ou classificá-lo entre as categorias utilizadas pela Ciência Política, esta seção tem como objetivo discutir as principais características de regimes antidemocráticos e seus impactos na forma como grupos minoritários são tratados, refletindo também sobre a construção discursiva da tortura como instrumento de manutenção da ordem.

Em se tratando de governos com tendências totalitárias, a interferência do Estado ocorre em todas as esferas do tecido social, na tentativa de instituir uma homogeneização de subjetividades a partir dos desejos do líder (Arendt, 2012). Ademais, observa-se um movimento de defesa de uma ideologia repressiva (Lowy, 2015 *apud* Garcêz *et al.*, 2023) que se materializa no culto à violência estatal, no armamentismo e em outras formas de imposição pela força, frequentemente desconsiderando as normas legais. Garcêz *et al.* (2023), ao tratarem das principais características de regimes de extrema direita, apontam que “essa violência estruturante funciona historicamente não só como principal meio de tentativa de manutenção da ordem, mas também como meio de reforçar relações verticais de autoritarismo, conservadorismo e afirmação de privilégios” (Garcêz *et al.*, 2023, p. 5).

Outro pilar que recorrentemente sustenta regimes antidemocráticos reside na instrumentalização de associações religiosas, as quais são cooptadas para

justificar a manutenção de hierarquias e a imposição de lógicas violentas (Garcêz *et al.*, 2023, p. 5). O discurso moral que acompanha o fundamentalismo religioso, ao ser inserido na esfera política, confere uma aura de moralidade e inevitabilidade às práticas repressivas, tornando-as mais difíceis de serem contestadas internamente, além de transformar qualquer forma de oposição ou desvio em um ataque direto ao governo. No caso de *Outlast 2*, é possível observar o uso de simbologias e ideais cristãos habilmente articulados para naturalizar a violência contra opositores e grupos minoritários, com uma particular incidência sobre as mulheres e sobre a população cronicamente debilitada.

Tais assimetrias podem ser pensadas a partir do já mencionado conceito de precariedade, como trazido por Judith Butler. Para a autora, embora a condição precária seja uma característica universal de todo ser vivente — inerente à finitude e à vulnerabilidade intrínseca à perda —, a precariedade é concebida como uma condição ativamente induzida. Esta última não é um acaso, mas sim o resultado direto da deliberada ausência de políticas protetivas que assegurem condições de vida dignas a todos os indivíduos. Sob este viés, a vulnerabilidade de certos grupos não pode ser considerada uma fatalidade ou parte da ordem natural, uma vez que ela é ativamente produzida e intensificada por políticas estatais e sociais que moldam quem é protegível e quem não o é.

A precariedade, nesse sentido, assume um papel de protagonismo na gestão das políticas da morte, as quais, em um nível governamental, estabelecem quais vidas merecem ser vividas com dignidade e quais podem ser sacrificialmente expostas à violência e ao abandono. Quando determinadas existências são consideradas dispensáveis ou não passíveis de luto, a violência extrema dirigida a elas se torna mais facilmente aceita ou, o que é ainda mais perverso, ignorada pela sociedade, abrindo um campo de possibilidade para a institucionalização e a naturalização de práticas coercitivas. A tortura, então, emerge não como um ato de crueldade inerente à barbárie, mas como uma ferramenta estratégica e multifacetada, empregada com o fim de manter hierarquias, suprimir a dissidência e gerir populações que são consideradas descartáveis ou problemáticas pelo regime.

No que diz respeito à maneira como o gênero, enquanto organizador social e marcador de subordinação, atua em interações de tortura, é possível identificar diversos momentos históricos em que corpos femininos foram forçadamente submetidos a um processo de domesticação, com a anuência de governos calcados no fundamentalismo religioso e na centralização do poder político. Notadamente, durante as incursões de caça às bruxas que tomaram conta do continente europeu entre os séculos XV e XVIII, milhares de mulheres foram presas sob acusação de associação com o Demônio, sofrendo torturas como exposição forçada do corpo, arrancamento de cabelos e desconfiguração dos seios ou da genitália (Federici, 2017; Kramer; Sprenger, 2015). Já na história recente, o período da ditadura militar brasileira foi marcado por práticas generificadas de tortura sobre mulheres lidas como rebeldes, que desafiavam não apenas o regime de governo, mas a visão normativa do que se esperava delas:

Eles [os militares] não aceitavam que as mulheres pudessem exercer livremente o seu direito de escolha, inclusive de lutar contra a ditadura. Eles odiavam as militantes que fugiam do estereótipo da submissão, da dependência e da incapacidade de tomar decisão. A tortura foi amplamente usada contra mulheres e homens. No entanto, as mulheres foram submetidas de forma mais intensa à tortura sexual, como os estupros, as mutilações, inclusive, com uso de animais vivos (Teles, 2015, p. 1011).

Por último, é interessante notar que a tortura, ao ser interpelada por marcadores de gênero, não diz apenas de expectativas sobre os corpos e comportamentos das vítimas, mas também de seus algozes. Burrill (2018), ao analisar a relação entre masculinidades e tortura em jogos digitais, inicia seu texto refletindo sobre as falas de Donald Trump durante um debate presidencial em 2016. Segundo o autor, o tema da tortura foi usado como um dispositivo retórico para posicionar Trump como “mais homem” do que seus opositores, uma vez que o candidato se coloca prontamente a favor de institucionalizar estas práticas para proteger a soberania americana. Tais formas de violência, então, servem como uma reafirmação da dominação

masculina, por requererem traços comportamentais e físicos tipicamente associados aos homens, como força e invulnerabilidade emocional.

Metodologia

A partir de uma abordagem qualitativa e autoetnográfica, o presente estudo adota a noção de “Espectador Emancipado” proposta por Rancière (2009) como operador metodológico, localizando a autora como intérprete ativa, com repertórios e vivências enquanto mulher, pesquisadora e jogadora. Pensado a partir das dinâmicas do teatro, o conceito em questão parte de uma crítica ao modelo de racionalidade que julga o espectador com base na dicotomia entre ativo e passivo. Para o autor (2009), o olhar não seria oposto ao conhecer ou ao agir, uma vez que aquele que vê também é capaz de produzir sentidos e reconfigurar posições, mesmo sem participar do processo de idealização da obra.

Mais do que parte de uma corrente teórica teatral, o Espectador Emancipado diz de um sistema de gestão do saber que perpetua assimetrias. Aproximando a figura do espectador à do aprendiz, Rancière propõe uma abordagem horizontal de igualdade entre inteligências, afirmando que toda aprendizagem é um ato de tradução poética que se baseia em experiências prévias do indivíduo. Em outras palavras, o aprendiz e o espectador não são um vazio a ser preenchido pelo mestre ou pela arte, mas sim sujeitos que, ao acionarem seu repertório de forma reflexiva, constroem significados.

Em se tratando da operacionalização do conceito, o capítulo propõe categorias de análise articuladas aos quatro eixos que caracterizam o “Espectador Emancipado”, como descrito no quadro 1.

Eixo	Descrição	Elementos considerados
Observar	Perceber ativamente as interações de tortura em Outlast 2, atentando para os detalhes visuais, sonoros e narrativos	Características formais da ambientação (iluminação, cores, sons) e da construção dos personagens (corporeidade, voz, falas)
Comparar	Estabelecer conexões e distinções entre as representações de tortura no jogo e outras referências culturais, históricas ou midiáticas	Métodos de tortura Contexto histórico Formas de interação entre personagens
Interpretar	Atribuir significado e construir compreensão sobre o que é observado e comparado, articulando as imagens de tortura com o referencial teórico	Símbolos e alegorias Discursos implícitos e explícitos sobre os temas de interesse Papel da pessoa jogadora e as implicações éticas de sua participação
Relacionar o que vê com sua própria história	Conectar as experiências e observações no jogo com suas próprias vivências, conhecimentos prévios e sensibilidades	Reações emocionais, desconfortos, reflexões pessoais, memórias ou associações que surgem durante o jogo

Quadro 1: Operacionalização analítica do conceito de Espectador Emancipado.

Fonte: elaborado pela autora.

Recorte do *corpus*

Após o contato com o jogo completo, foram identificados quatro momentos em que as dinâmicas de violência podem ser enquadradas na noção de tortura adotada no presente capítulo. Utilizando as categorias descritas anteriormente, foi feita uma análise preliminar do material, a fim de definir

um recorte do corpus capaz de responder à pergunta de pesquisa e atender às restrições de exequibilidade da proposta.

Após este primeiro movimento de aproximação, o momento em que Josiah e Mary são torturados por Knoth foi escolhido por retratar em uma mesma cena a tortura de corpos femininos e masculinos, oferecendo insumos comparativos diretos acerca de como o gênero interpela tais interações. Na seção seguinte, este trecho será analisado em profundidade, sob as lentes do conceito de Espectador Emancipado.

Análise

A sequência analisada se inicia quando a busca exaustiva de Blake por informações sobre Lynn o conduz a uma igreja em ruínas, cenário macabro onde encontra Josiah, com os olhos arrancados e o corpo mutilado, preso a uma roda de tortura. O ferimento em seu peito, com a palavra “Judas”, imediatamente o associa à traição, ao mesmo tempo que relaciona Knoth à figura de Cristo. Como a narrativa em primeira pessoa estabelece uma equivalência entre o nível de conhecimento do protagonista e o da jogadora, ambos se vêem lançados neste ambiente sem contexto prévio, o que amplifica a sensação de desorientação e vulnerabilidade.

Ao perceber a presença de Blake, Josiah, em um ato de desespero, implora para ser morto, temendo que Knoth use sua esposa, Mary, para extrair informações. Este momento apresenta um dilema moral à jogadora: poupar o prisioneiro, que naquele estado teria poucas chances de sobrevivência, ou acabar com seu sofrimento de forma rápida, maculando as próprias mãos em um ato de misericórdia questionável. Contudo, a mecânica do jogo anula esta escolha presumida, uma vez que a aproximação de vozes e gritos anuncia a chegada de Knoth e seus seguidores, impondo a única ação possível: esconder-se no confessionário. Para além do sentimento de impotência, elemento característico do gênero *survival horror*, esta dinâmica força a jogadora a uma posição de voyeurismo passivo, cuja punição — ou recompensa — é o testemunho forçado das atrocidades subsequentes.

Knoth e seus seguidores arrastam Mary para uma outra máquina de tortura, um dispositivo que estica os membros da vítima em direções opostas. A crueldade é acompanhada pela justificativa ideológica de Knoth, que condena Mary por tentar fugir, alegando que seu comportamento não condiz com o de uma mulher tocada pelos ensinamentos do Senhor. A escolha de enquadramento é particularmente reveladora: as frestas do confessionário e o posicionamento dos personagens intencionalmente impedem que Mary seja vista diretamente, mas os gritos de dor lancinantes criam uma paisagem visceral que usa do repertório da jogadora para completar as lacunas visuais. Curiosamente, durante todo o ato Josiah permanece no quadro e é o foco dos diálogos, dando a entender que o sujeito masculino é prioridade, enquanto a mulher ocupa o lugar de um mero objeto através do qual a informação será obtida. Em outras palavras, as decisões formais ajudam a reforçar o aspecto desumanizador da dinâmica de tortura, além de reiterar hierarquias de gênero.

Após Josiah ceder à pressão, Knoth ordena que seus seguidores deem um “descanso” à mulher, num perverso jogo de poder que transforma o ato de crueldade em uma afirmação de sua benevolência. No entanto, o suposto descanso dá continuidade à punição: diferentemente da morte instantânea oferecida a Josiah, o discípulo continua a esticar o corpo de Mary até que ela não resista mais, em uma derradeira expressão de controle e subjugação do feminino.

É somente então que a jogadora tem acesso visual ao corpo da personagem: seus seios estão expostos e a carne rasgada, uma imagem chocante que revela a extensão da brutalidade dos atos. Embora o método de tortura em si não possua as marcações diretas de gênero usadas para docilizar os corpos e afetos femininos em momentos históricos reais — como estupro e mutilação genital —, a nudez de Mary adquire um significado particular. Enquanto Josiah é mostrado de frente, com o rosto visível, a iluminação e o enquadramento da sequência privilegiam o busto da mulher em detrimento de sua face, posicionando-a como um objeto de desejo mesmo após a sua morte.

Caso a pessoa jogadora utilize a câmera para filmar os corpos após o ocorrido, um registro intitulado “Tortura” é gravado nos arquivos de Blake. Ao ser acessado, o protagonista expressa sua clara reprovação: “Eles sem-

pre... machucam mulheres para punir homens. É doentio. É covarde”.² Esta fala, apesar da impotência geral do avatar e da jogadora em interferir nos eventos, cria um espaço para a reflexão moral e um possível sentimento de repulsa diante da objetificação do corpo exposto de Mary. É um raro momento em que a narrativa do jogo explicita a natureza generificada da violência que está sendo retratada, convidando a jogadora a uma postura crítica.

A nível discursivo, as opressões de gênero se manifestam também na forma como Knoth usa Mary para quebrar a resistência de Josiah, ecoando simbolicamente as imagens e narrativas difundidas durante a caça às bruxas. A figura da bruxa historicamente incorpora a dualidade da fraqueza e do poder femininos: ela é espiritualmente inferior ao homem, mas capaz de fazê-lo sucumbir. No jogo, esta lógica é aplicada quando Josiah, que suportou a mutilação de sua carne, o arrancamento de seus olhos e a imobilização de seu corpo, é incapaz de resistir a poucos minutos de sofrimento de sua esposa. Tal comportamento poderia ser interpretado como um ato de amor, mas falas de Knoth como “Essa é para você, Josiah. Faça ela gritar” trazem uma conotação sexual para a dinâmica, enfraquecendo a masculinidade do personagem e, logo, diminuindo sua capacidade de resistência.

Após o ocorrido, não nos é oferecida qualquer possibilidade imediata de vingança ou de dar um enterro digno aos corpos, encerrando abruptamente o arco daqueles personagens e forçando a jogadora a prosseguir com a missão principal. Esta finalização brusca, combinada à ausência de consequências para os algozes, reflete uma realidade onde a violência é normalizada, sobretudo quando direcionada a vítimas lidas como uma ameaça ao regime.

Considerações parciais

A análise da sequência de tortura em *Outlast 2*, mediada pelo conceito de Espectador Emancipado, permite compreender como os jogos digitais podem operar como artefatos culturais capazes de tensionar estruturas de poder e denunciar — ou reforçar — hierarquias de gênero. A cena investigada articula elementos estéticos, narrativos e mecânicos que desestabilizam a pessoa

jogadora, confrontando-a com dilemas éticos e evidências viscerais da precarização de certos corpos, sobretudo os femininos. Ao empregar uma definição expandida de tortura, o capítulo evidenciou que a violência representada extrapola a função de extrair informações, servindo como estratégia de dominação simbólica e reafirmação de uma ordem social generificada e totalitária.

O estudo também revela como a interação forçada da jogadora com o sofrimento alheio contribui para uma sensação de impotência e cumplicidade que remete diretamente às discussões sobre regimes antidemocráticos e à naturalização da violência como instrumento de controle (Garcêz *et al.*, 2023). A ausência de escolha ou possibilidade de retaliação, a fetichização da nudez feminina e a centralidade visual do corpo masculino como locus discursivo da dor reforçam que a tortura é aqui performada como espetáculo político e pedagógico — uma encenação que, embora ficcional, encontra ressonância em práticas reais de violência de Estado, como as perseguições às mulheres nas caças às bruxas (Federici, 2017) e as torturas generificadas durante ditaduras militares (Teles, 2015).

Não obstante, o presente trabalho apresenta limitações: o reduzido escopo empírico impossibilita tessitura de conclusões relacionadas à tortura em jogos digitais de forma mais ampla, assim como a metodologia autoetnográfica, embora apropriada ao objetivo de captar a experiência imersiva e sensível, carece de triangulação com outros pontos de vista. Além disso, ainda que tenha sido possível identificar implicações de gênero nas interações de tortura, marcadores como raça, classe, sexualidade e deficiência — fundamentais à perspectiva interseccional — não foram plenamente explorados no presente recorte, seja por limitações do próprio jogo, seja pela delimitação analítica adotada.

Desta forma, propõe-se que estudos futuros ampliem a investigação para outros títulos que retratem dinâmicas de violência institucionalizada, atendendo-se especialmente para corpos racializados, dissidentes sexuais ou com deficiência, cuja presença (ou ausência) nos jogos pode revelar novas camadas de precarização e exclusão. Também seria pertinente adotar metodologias comparativas, combinando análises autoetnográficas com dados coletados junto a diferentes jogadores/as, a fim de explorar como múltiplas experiências subjetivas e contextos socioculturais moldam a recepção e interpretação dessas

cenar. Por fim, há um campo promissor para investigações que articulem o lúdico com regimes de visualidade da dor, questionando de que forma o horror interativo pode tanto reforçar quanto subverter discursos normativos sobre quem merece sofrer e quem merece ser salvo.

Referências

- ALDER, Dan. *How many copies did Outlast sell?*. Levvvvel. 2024. Disponível em <<https://levvvvel.com/outlast-statistics/>>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BRECHER, Bob. *Torture and the Ticking Bomb*. Malden, MA: Blackwell. 2007.
- BURRILL, Derek. ‘We’re Going to Have to Do Things That Are Unthinkable’: Masculinity/Games/Torture. In: *Masculinities in Play*. TAYLOR, Nicholas Taylor; VOORHEES, Gerald (orgs.). Switzerland: Palgrave Macmillan. 2018.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1, 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio, 2018 [1990].
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- GARCÊZ, Regiane L. O.; FEITAL, Yasmine; PAIVA, Sthéfanie. C.; OLIVEIRA, Vinícius. C. *A PERFORMATIVIDADE DO GOLPE: Uma análise das imagens jornalísticas das manifestações contra o resultado das eleições no Brasil*. Compólitica, 2023.
- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O Martelo das Feiticeiras*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2015.
- MURIEL, Daniel; CRAWFORD, Garry. *VIDEO GAMES AS CULTURE: Considering the*

Role and Importance of Video Games in Contemporary Society. Nova Iorque: Routledge, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. London: Verso. 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): 406, p. 1001-1022. 2015.

Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Traduzido literalmente como “horror de sobrevivência”, é um subgênero de jogos de ação-aventura focado no medo, onde a pessoa jogadora é vulnerável, com recursos limitados e precisa gerenciar inventário, resolver quebra-cabeças e evadir inimigos em vez de apenas lutar.
2. Tradução livre do original “They always... hurt women to punish men. It’s sick. It’s cowardly”.

CAPÍTULO 8

Racismo, performance e fetiche: a masculinidade negra no ambiente virtual tridimensional do *Second Life*

PEDRO HENRIQUE MAGALHÃES MENDONÇA

O mercado virtual do desejo (e desprezo) colonial

O corpo negro masculino, no cerne do desejo colonial, nunca foi um corpo inteiro. Foi sempre um fragmento, um amontoado de estereótipos: o falo descomunal, a força animal, a virilidade ameaçadora. Uma imagem de controle forjada no caldeirão da *plantation*, onde a pele deixou de ser pele para se tornar couro, e o corpo, deixou de ser corpo para se tornar instrumento. Esta objetificação histórica, que reduziu pessoas a coisas, pulsos a ferramentas e desejos a bestialidade, não ficou confinada aos porões dos navios tumbeiros ou aos campos de algodão. Ela encontrou, no século XXI, um novo e insidioso lugar: a dimensão aparentemente desencarnada dos mundos virtuais. No ambiente tridimensional do *Second Life*,¹ a hipersexualização do homem negro é reencenada e atualizada, transformando o avatar em uma unidade de troca no mercado do fetiche racial.

Este estudo analisa a hipersexualização de avatares masculinos negros no ambiente virtual tridimensional *Second Life*, destacando como o espaço

simula dinâmicas sociais reais em torno de raça, desejo e opressão. A pesquisa mapeou *lands*² e grupos no jogo dedicados à fetichização do corpo negro, onde práticas como simulação de estupro, *ageplay*,³ *cuckold*,⁴ *Black New World Order* (BNWO)⁵ e sexo interracial reproduzem estereótipos coloniais. Pênis exageradamente grandes, virilidade excessiva, subalternidade, ao mesmo tempo em que é ignorada a existência de racismo contra jogadores. A circulação dessas imagens em plataformas como X (*Twitter*) intensifica a exposição desses corpos-avatars como mercadorias sexuais.

A partir das contribuições de Quijano (2005), Frantz Fanon (2008), Charles Mills (2023) e Cedric Robinson (2023), argumenta-se que essas práticas virtuais reatualizam a colonialidade do poder, o contrato racial e o capitalismo racial em sua forma digital. O homem negro, reduzido ao estigma da virilidade, é objetificado como fornecedor de prazer, nunca como sujeito pleno. Desejo e desprezo se entrelaçam nessa dinâmica, onde a tecnologia não emancipa, mas atualiza a hierarquia racial. A naturalização da virilidade como identidade imposta transforma o avatar negro em um corpo sempre disponível, em um looping de fetiche, violência e exclusão. O estigma opera na manutenção de um imaginário racial onde o negro é simultaneamente desejado e desumanizado.

A hipersexualização do corpo negro masculino no *Second Life* pode ser entendida como a reatualização digital de estruturas raciais históricas. Quijano (2005) explica que a colonialidade do poder mantém a raça como eixo de dominação, enquanto Mills (2023) demonstra que o contrato racial sustenta a supremacia branca também nos ambientes virtuais. Robinson (2023) evidencia que essa dinâmica se articula ao capitalismo racial, transformando o corpo negro em mercadoria digital. Já Crenshaw (1989) permite compreender que essa fetichização resulta da interseção entre raça, gênero e sexualidade, na qual a masculinidade negra é construída como objeto de desejo e subalternização, reforçando hierarquias raciais mesmo no espaço virtual.

O complexo de Édipo negro descrito por Fanon (2008) encontra seu eco digital na figura do *buck*⁶ ou do mandingo,⁷ arquétipos criados pelo racismo para designar o homem negro como um ser de sexualidade animalizada e descontrolada, uma ameaça a ser contida e, paradoxalmente,

um objeto de desejo proibido. Esta é a essência da imagem de controle: a construção de um corpo simultaneamente temido e cobiçado, cuja humanidade é negada para justificar sua exploração.

A circulação de screenshots e vídeos dessas interações no *X (Twitter)* e em fóruns especializados amplifica e normaliza essa dinâmica. O corpo-avatar negro torna-se um meme, um signo flutuante de sexualidade desmedida que é compartilhado, curtido e comentado. Essa externalização do fenômeno para fora do ambiente do *Second Life* cria um circuito de validação social que reforça o fetiche e dessensibiliza os participantes para a violência simbólica em curso, espalhando as imagens de controle para o ecossistema midiático digital.

A naturalização dessa hipersexualização é tal que qualquer tentativa de agência por parte do jogador por trás do avatar, ao recusar uma *roleplay*,⁸ ao buscar relações afetivas complexas, ao simplesmente existir sem se curvar ao estereótipo, é frequentemente lida como uma quebra de contrato, uma anomalia. O avatar negro é esperado para performar uma sexualidade específica, e sua recusa em fazê-lo pode resultar em exclusão, hostilidade ou a imposição forçada do papel esperado. A jaula do estereótipo, mesmo no mundo virtual, possui grades digitais.

Diante desse complexo panorama, este capítulo se propõe a investigar minuciosamente como se processa a fetichização do corpo negro masculino no *Second Life*, compreendendo-a não como um fenômeno isolado, mas como a reatualização digital de estruturas racistas profundamente enraizadas.

Para tanto, este trabalho utilizará como ferramenta analítica principal a Análise Interseccional de Imagens de Masculinidade. Esta metodologia, desenvolvida a partir do arcabouço interseccional, propõe uma leitura crítica de imagens — neste caso, os avatares e as cenas capturadas no ambiente virtual — considerando a interligação entre raça, gênero, sexualidade e classe. A metodologia permitirá desmontar a construção visual desses corpos, interrogando como cada elemento estético (tamanho do pênis, tom de pele, musculatura, animações) contribui para a formação de um ideal de masculinidade negra fetichizada e como essa imagem se relaciona com hierarquias de poder mais amplas.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar de que modo a hipersexualização de avatares masculinos negros no *Second Life* reatualiza estereótipos coloniais e estruturas do capitalismo racial no ambiente digital. Para alcançar este fim, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: a) Analisar, por meio da metodologia proposta, a estética e a performance dos avatares, identificando a reprodução de estereótipos de virilidade, subalternidade e animalização; b) Investigar a economia digital em torno desses corpos, compreendendo a lógica de mercantilização do fetiche racial; e c) Relacionar as práticas observadas no ambiente virtual com os estudos étnico-raciais.

A masculinidade como projeto: um olhar interseccional sobre o negro no *Second Life*

A partir do conceito de masculinidade hegemônica revisitado por Connell e Messerschmidt (2013), compreende-se que a masculinidade não é um atributo fixo, mas um padrão de práticas socialmente honrado que legitima a posição dominante dos homens na hierarquia de gênero. No entanto, este modelo não é unitário; ele coexiste e é contestado por outras masculinidades, configurando uma pluralidade hierárquica. A masculinidade negra, neste contexto, não ocupa a posição hegemônica em uma sociedade estruturada pelo racismo. Em vez disso, ela é frequentemente construída em relação e em oposição ao ideal branco hegemônico, sendo simultaneamente subordinada por sua raça e desafiada a negociar seu gênero dentro deste quadro de opressão. No *Second Life*, essa dinâmica se reproduz quando avatares negros masculinos são compelidos a performar versões de masculinidade que respondem a esses estereótipos raciais.

A interseccionalidade, conforme estabelecida por Kimberlé Crenshaw (1989), é uma ferramenta crítica fundamental para desmontar estruturas analíticas que tratam opressões como raça e gênero de forma isolada. Embora o trabalho seminal de Crenshaw (1989) centre-se na experiência das mulheres negras para ilustrar o conceito, sua metodologia é igualmente vital para compreender as dinâmicas complexas que moldam a vivência dos homens negros. Aplicar essa lente ao universo do *Second Life* revela como a construção e a

performance da masculinidade negra digital são profundamente marcadas pela interseção entre raça e gênero, manifestando-se de forma pungente na hipersexualização do avatar negro masculino.

A analogia do cruzamento proposta por Crenshaw (1989) é elucidativa aqui: a discriminação contra o homem negro no contexto digital como o tráfego em um cruzamento, pode fluir em uma direção, e pode fluir em outra. O acidente da hipersexualização, neste caso, é causado pelo tráfego do imaginário colonial, que historicamente construiu o corpo negro como um objeto de desejo e temor, e pelo tráfego das economias de atenção em mundos virtuais, que frequentemente comercializam e fetichizam diferenças raciais. O avatar no cruzamento torna-se o centro desse choque.

No universo virtual do *Second Life*, um usuário pode criar um avatar negro masculino que incorpora um ideal global de sucesso (como riqueza ou poder), mas essa performance ainda estará sujeita a leituras e interações locais dentro da plataforma que são informadas por estereótipos raciais regionais, demonstrando a complexa geografia de sua construção identitária.

A hipersexualização do corpo negro masculino, tanto no mundo material quanto no *Second Life*, pode ser lida como uma resposta a essa posição subordinada na hierarquia de gênero racializada. Segundo Connell e Messerschmidt (2013), masculinidades não-hegemônicas podem desenvolver estratégias de protesto ou acomodação. A performance de uma sexualidade exagerada e agressiva pode ser uma forma de masculinidade de protesto, uma tentativa de reivindicar um poder e uma agência que são negados socialmente na esfera pública. No *Second Life*, a criação de um avatar negro com traços físicos extremamente musculares e uma apresentação sexualmente explícita pode ser uma encenação digital desta estratégia, buscando afirmar uma masculinidade que, embora marginalizada, se impõe por meio de um estereótipo.

Connell e Messerschmidt (2013) também enfatizam a importância da incorporação, ou seja, como os corpos são investidos com significado social em contextos de poder. O corpo negro masculino historicamente foi construído como um corpo para o trabalho, o esporte ou o desejo, mas raramente para a intelectualidade ou a fragilidade. No *Second Life*, onde a incorporação é to-

talmente projetada, os usuários têm a liberdade, mas também a armadilha, de reencenar estas mesmas construções. A escolha por um avatar negro hipermasculino e hipersexualizado é, portanto, a materialização digital de um imaginário social que ancora a masculinidade negra ao físico e ao sexual, restringindo suas possibilidades expressivas e reforçando, mesmo que involuntariamente, o lugar que lhe foi designado na hierarquia.

A construção da masculinidade negra está intrinsecamente ligada ao legado colonial, que consolidou ideologicamente a masculinidade branca como normativa e promoveu uma correspondente racialização e sexualização dos povos colonizados. Como destacam Conrado e Ribeiro (2017), a sexualidade sempre forneceu metáforas de gênero para a colonização, criando representações do homem negro como instintivo e violento. Essas construções, analisadas por Angela Davis (1983), perpetuaram o mito do homem negro violador, uma armadilha representacional que subjetiva corpos negros dentro de um jogo de estereótipos racialmente sexualizados.

A hipersexualização do corpo negro masculino constitui um dos pilares dessa construção colonial. Conrado e Ribeiro (2017) recorrem a Frantz Fanon (1983) para explicar como prevaleceu a visão colonial de que o negro tem uma potência sexual alucinante, sendo fixado no genital e reduzido ao biológico. Esta ocidentalização dos corpos negros os traduz em máquinas de prazer e violência, negando-lhes saberes tradicionais e subjetividades próprias. As masculinidades negras se constituem, portanto, em um processo dinâmico marcado por ambiguidades e contradições, onde os homens negros precisam constantemente resolver as tensões entre as tradições culturais negras e as noções abstratas de masculinidade que lhes são impostas.

No contexto do *Second Life*, onde dinâmicas como a hipersexualização, o cuckold, o ageplay e a fetichização do *Big Black Cock* (BBC)⁹ muitas vezes reproduzem estereótipos racializados, o pensamento de bell hooks (2004) oferece uma crítica essencial para compreender como a masculinidade negra é performada e distorcida. hooks (2004) lembra que a herança do patriarcado plantation forjou uma imagem do homem negro como um corpo brutalizado e hipersexualizado, uma representação que o despoja de sua humanidade complexa e o reduz

a um objeto de desejo e medo. No ambiente virtual, a obsessão pelo BBC não é uma mera fantasia, mas a reencenação de uma lógica colonial que insiste em definir o homem negro primariamente por meio de sua suposta potência sexual animalizada, anulando sua subjetividade intelectual e emocional. Esta repetição, longe de ser inocente, reatualiza as correntes de um imaginário racista que hooks (2004) identifica como central para a manutenção da supremacia branca.

A performance de um avatar negro masculino hipersexualizado pode, assim, ser interpretada como uma resposta paradoxal a esse duplo apagamento. É uma tentativa de afirmar um poder e uma presença em um espaço que simultaneamente o invisibiliza e o condiciona a um arquétipo. Esta performance, portanto, não é autêntica nem livre; é uma identidade forjada na encruzilhada de forças opressoras, tal como Crenshaw (1989) descreve a posição social daqueles na interseção.

É por isso que esta pesquisa se pauta na Análise Interseccional de Imagens de Masculinidade, uma metodologia elaborada pelo autor deste texto (2025), fundada na interseccionalidade como princípio orientador, entendendo que a representação da masculinidade, especialmente da masculinidade negra, não pode ser examinada apenas pelos eixos tradicionais de raça e gênero.

Em sua primeira etapa, a Análise Interseccional de Imagens de Masculinidade concentra-se na construção de um corpus sensível, selecionado a partir de critérios que evidenciam as múltiplas camadas de diferença que atravessam os sujeitos retratados. Isso implica incorporar imagens que expressem variedade de classe, corporalidade, sexualidade, idade e expressões de gênero, articulando esses marcadores já no momento da coleta. A catalogação inicial, por sua vez, estrutura uma base analítica capaz de registrar as nuances inferidas em cada imagem, da classe social aparente ao tipo físico e ao contexto de produção, preparando terreno para investigações mais profundas.

Na segunda etapa, a metodologia avança para uma análise interseccional aprofundada, na qual a decodificação visual se organiza de forma cruzada. Aqui, a leitura denotativa não se limita à descrição do sujeito, mas incorpora os marcadores interseccionais que se manifestam nos corpos, objetos e ambientes. Já a análise conotativa, núcleo interpretativo do protocolo analítico em questão,

examina como raça, classe, idade, sexualidade e corporalidade se entrelaçam para produzir significados específicos sobre masculinidade. A metodologia busca identificar operações visuais que reforçam, diluem ou deslocam estereótipos, como a dessexualização de homens negros em contextos de elite, a hipermasculinização de corpos atléticos ou a invisibilização de corpos gordos e idosos. Essa etapa produz relatórios que evidenciam, com precisão, como cada imagem articula múltiplos eixos de poder na construção de suas narrativas visuais.

Por fim, a terceira etapa dedica-se à síntese interseccional e à identificação de padrões de poder, comparando as imagens entre si para entender quais masculinidades negras são legitimadas, quais são marginalizadas e quais permanecem ausentes. A partir dessa comparação, a Análise Interseccional de Imagens de Masculinidade revela hierarquias visuais que operam dentro do próprio grupo “homens negros”, como a predominância de representações jovens e atléticas sobre corpos dissidentes, envelhecidos ou gordos. Essa etapa também destaca contradições, tensões e apagamentos significativos, permitindo mapear estratégias visuais que ora aplanam a interseccionalidade, ora a potencializam. Ao final, a metodologia oferece uma cartografia crítica das masculinidades negras na mídia e na cultura visual, mostrando como diferentes interseções são mobilizadas para reforçar ou desafiar padrões de poder historicamente construídos.

Análise Interseccional de Imagens de Masculinidade no *Second Life* e no X/Twitter: BBC, *cuckold*, BNWO, *ageplay* e a hipersexualização do avatar negro

Em respeito às pessoas impactadas e para não reproduzir a violência simbólica inerente a estes conteúdos, as imagens coletadas nesta pesquisa não serão divulgadas, mesmo com o recurso de borramento, evitando assim a propagação e a reatualização das narrativas racistas e fetichizadas encontradas. Trata-se, portanto, de um estudo que visa escancarar as estruturas preconceituosas que sustentam determinadas práticas no *Second Life*, sem, contudo, reproduzi-las ou publicizá-las visualmente. O compromisso é com a crítica, e não

com a exibição do objeto de análise, evitando assim a reificação das próprias violências que se busca desconstruir.

I) Construção de um corpus sensível: para esta análise, foi construído um corpus a partir de imagens coletadas em *lands* e grupos do *Second Life* dedicadas a temas como BBC, *cuckold* racializado, BNWO, *ageplay* e cenários que envolvem estupro (*rape*). Também foram identificadas imagens que circulam na rede social X/Twitter. A seleção priorizou a diversidade de marcadores interseccionais: a) Classe: embora a maioria das imagens retrate avatares com corpos atléticos e itens de consumo de alto valor no jogo (roupas de grife, joias), há nuances. Em cenários de *cuckold*, o homem negro é frequentemente representado em contextos de poder econômico inferior, enquanto o homem branco exibe símbolos de riqueza; b) Corporalidade: predominância de corpos hipermasculinizados; musculatura exagerada, altura imponente e ênfase no falo (por meio de anexos de tamanhos exacerbados). Corpos gordos, idosos ou com deficiência estão praticamente ausentes; c) Sexualidade: a sexualidade negra é reduzida a performances de dominação agressiva ou submissão ritualizada, sem espaço para afetos ou intimidade não performática; d) Idade: avatares masculinos negros são majoritariamente jovens. Em cenários de *ageplay*, a infantilização do homem negro o coloca em papéis de menino ou subalterno, ou de adulto abusador, com pênis imenso; e) Contexto de produção: as imagens são criadas em ambientes que simulam cenários de dominação explícita, como salas de controle com elementos de BDSM (acrônimo popularizado para práticas eróticas envolvendo *Bondage/Disiplina*, *Dominação/Submissão* e *Sadismo/Masoquismo*), *plantations* tematizadas ou espaços urbanos decadentes, sempre com iluminação e enquadramentos que destacam o corpo negro como objeto de voyeurismo.

II) Análise interseccional aprofundada: o avatar negro masculino surge com corpo musculoso, pele escura, traços faciais estereotipados (lábios grossos, nariz largo), vestimentas minimalistas ou que expõem o corpo. Nudez total em grande parte do material identificado. Uso frequente de anexos genitais grotescamente aumentados. Os avatares brancos (masculinos e femininos) possuem corpos variados, mas frequentemente vestidos com trajes formais ou uniformes de autoridade. Em cenas de *cuckold*, o homem branco é posicionado

como espectador ou dominador intelectual. Os ambientes são cenários que misturam elementos de luxo e degradação, como mansões com salas de tortura ou lands com símbolos de riqueza colonial.

A hipermasculinização do avatar negro não confere poder real, mas o aprisiona em uma narrativa de animalidade. Sua suposta dominância sexual é sempre mediada pela presença do homem branco, sendo este quem controla o cenário, a narrativa ou o ato sexual, como no *cuckold*. Aqui, classe opera de forma perversa: mesmo avatares negros com símbolos de riqueza são reduzidos a ferramentas sexuais.

A hipersexualização é a única forma de agência permitida ao homem negro nesses espaços. Sua corporalidade é dissociada de humanidade, não há espaço para vulnerabilidade, intelectualidade ou afeto. Em cenários de BNWO, a suposta inversão de poder mascara a reafirmação do estereótipo: o homem negro é temido e desejado apenas por sua sexualidade caricata.

Em relação ao *ageplay*, a representação do homem negro como abusador sexual insaciável reforça a imagem de controle de *buck* ou mandingo. Já no caso de avarares negros infantilizados, estes são trazidos com o arquétipo colonial do negro incapaz de autodeterminação. Essa interseção entre idade e raça nega-lhe autoridade moral e intelectual, perpetuando a ideia de que sua maturidade é inatingível.

No *cuckold* racializado, o homem negro é instrumentalizado para humilhar o homem branco. Porém, essa aparente superioridade é ilusória. Ele continua sendo um corpo-objeto, cuja função é validar, por meio de seu desempenho sexual, a hierarquia racial que o desumaniza, realizando, na verdade, o fetiche e os desejos do homem branco.

Há um reforço de estereótipos nas práticas analisadas. A iluminação frequentemente focaliza o corpo negro em tons quentes e contrastantes, enquanto o homem branco aparece em tons frios, simbologia que associa o negro ao primitivo e o branco ao racional. Não há representação de masculinidades negras não-hegemônicas, como idosos, gordos, LGBTQIA+ não-performáticos. A masculinidade negra é homogeneizada como hiperviril e hipersexual. Os

cenários de estupro são estetizados, com enquadramentos que borram os limites entre erotismo e agressão, normalizando a violência sexual como fantasia.

III) Síntese interseccional e padrões de poder: sobre as masculinidades legitimadas, apenas o corpo negro jovem, musculoso e hipersexualizado é visível. Sua agência é limitada à performance do estereótipo. As masculinidades marginalizadas são muitas: homens negros idosos, gordos ou com expressões de gênero não-binárias são apagados. A interseccionalidade é aplanada: raça e gênero operam em eixos fixos, ignorando outras camadas de identidade.

Não há representação de relacionamentos afetivos entre avatares negros e brancos que não sejam mediados por fetichização. A masculinidade negra é sempre reativa, sua existência depende da validação do olhar branco. As imagens reproduzem a lógica da *plantation*: o corpo negro como moeda de troca sexual, o homem branco como gestor do prazer.

É possível identificar contradições neste contexto. Em cenários de BNWO, a suposta vingança do homem negro é, na verdade, a consolidação de seu papel como instrumento sexual. Ele domina, mas não por meio de uma masculinidade autêntica, e sim pela caricatura que lhe foi imposta. A fetichização do corpo negro não é um acidente, mas um projeto visual que intensifica a interseccionalidade para fins de opressão: raça, gênero e classe são articulados para criar uma prisão digital onde o avatar negro é simultaneamente temido e descartável.

A investigação da economia digital no *Second Life* revela como a mercantilização do fetiche racial opera por meio de uma estrutura capitalista racializada, conforme discutido por Robinson (2023). A venda de avatares negros hipersexualizados, animações sexuais específicas e acessórios como genitálias exageradas consolida um mercado onde o corpo negro é transformado em produto. Essa dinâmica econômica, movida pela moeda virtual do jogo, demonstra que a lógica de exploração colonial se atualiza digitalmente, convertendo estereótipos raciais em mercadoria lucrativa dentro do que Robinson (2023) identifica como a natureza intrinsecamente racial do capitalismo.

A análise do material coletado no X/Twitter revela um repertório perturbador de representações da masculinidade negra no âmbito digital. São

cenos recorrentes de avatares negros masculinos com falo exageradamente aumentado, performando dominação sexual em contextos de *gangbang* envolvendo uma mulher branca ou homem branco, ou atuando como terceiros em dinâmicas de cuckold racializado, onde o ato sexual supostamente serve para humilhar publicamente um avatar branco.

Paralelamente a essa performance de hipermasculinidade, aparecem cenas igualmente problemáticas de *ageplay*, onde avatares negros interagem sexualmente com corpos que simulam crianças e adolescentes, uma prática que, para além do profundo dano ético e racista, configura crime. Esse universo é complementado por representações opostas, porém conectadas, de avatares negros em posição de extrema submissão, exibindo ânus de forma exagerada e caricata, numa estetização jocosa que ridiculariza, animaliza e subalterniza o negro.

Essas imagens, em sua dualidade aparente, constituem duas faces da mesma moeda opressiva. A masculinidade negra é confinada a arquétipos binários e desumanizantes: de um lado, o selvagem hiperssexualizado, um instrumento de potência animalizada e dominação performática, cuja força reafirma estereótipos coloniais de perigo e falta de controle; de outro, o cômico submisso, objeto de escárnio e humilhação, cujo corpo é oferecido como espetáculo grotesco. Ambas as representações, embora polares, convergem em seu efeito final: negar a humanidade complexa do homem negro. Seja por meio de uma virilidade exagerada que o reduz a um falo, seja por meio de uma submissão caricata que o priva de qualquer dignidade, o resultado é o mesmo: a reificação do corpo negro como um território disponível para a projeção de fantasias racistas, fetichistas e criminosas.

As práticas observadas reatualizam a colonialidade do poder, conforme discutido por Quijano (2005), ao manterem a hierarquia racial como organizadora das relações no ambiente virtual. A performance do avatar negro como corpo hiperssexualizado reforça a classificação colonial que atribui aos negros uma sexualidade animalizada, reproduzindo antigas estruturas de dominação em nova roupagem tecnológica.

A despeito dessa estrutura opressiva, a plataforma também oferece espaços para contra-narrativas descolonizadoras. Quando usuários criam avatares negros que escapam do arquétipo sexualizado, representando profissionais e figuras cotidianas no status do comum, estão contestando simultaneamente a colonialidade do poder, discutida por Quijano (2005), rompendo com o contrato racial (Mills, 2023) e subvertendo a lógica do capitalismo racial (Robinson, 2023). Essas performances alternativas demonstram que a descolonização do virtual ocorre a partir da recusa em converter a negritude em mercadoria fetichizada, afirmando em seu lugar uma humanidade plural que resiste às categorizações coloniais.

Considerações finais

É possível afirmar que o ambiente virtual do *Second Life*, longe de ser um território de libertação pós-racial, funciona como um espelho que refrata e intensifica as hierarquias do mundo material. A performance da masculinidade negra, quando analisada por meio da lente interseccional, revela-se prisioneira de um duplo vínculo opressivo: ela é simultaneamente demandada e desprezada, fetichizada e temida. As práticas mapeadas, do BBC ao *cuckold* racializado, do *ageplay* criminoso à submissão caricata, são a reencenação digital e interativa de um imaginário colonial que insiste em reduzir o homem negro a um corpo-objeto, um fragmento genitalizado destituído de subjetividade plena.

A economia de desejo que sustenta esse mercado virtual é, portanto, uma economia do desprezo. Ela não celebra, mas consome; não liberta, mas confina. A potência atribuída ao avatar negro é a mesma que justificou sua escravização: uma força animal a ser controlada, dirigida e, por fim, descartada. A análise interseccional permitiu desvendar como raça, gênero, classe e sexualidade se entrelaçam nesse processo, criando uma jaula digital cujas grades são invisíveis para quem se recusa a olhar para além da superfície do jogo. A promessa de uma segunda vida esvai-se quando a única identidade disponível é a reatualização da mesma prisão histórica.

Assim, a fetichização do corpo negro masculino no *Second Life* pode ser entendida como um sintoma gravíssimo da colonialidade do poder em sua fase digital. Este capítulo busca mostrar que as estruturas do racismo encontram nos ambientes virtuais um laboratório fértil para se renovarem, aproveitando-se da suposta impunidade e do anonimato para reencenar, com horrível fidelidade, os mesmos mecanismos de controle e exploração que marcaram a *plantation*. A tecnologia, neste contexto, funciona como um amplificador de fantasias opressoras.

Por fim, este capítulo reafirma o imperativo ético de não reproduzir as imagens da opressão, mesmo para criticá-las. Escancorar estas práticas sem propagá-las visualmente é uma escolha metodológica e política que busca interromper o ciclo de violência simbólica. A pesquisa, portanto, encerra-se não como uma provocação ao contínuo desmantelamento dessas estruturas, na certeza de que compreender a gaiola é o primeiro passo para destruí-la.

Referências

- CONNELL, Robert W.; MESSerschmidt, James W. *Masculinidade Hegemônica: Repensando o Conceito*. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 21, nº 1, p. 241- 282, jan./abr. 2013.
- CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto M. *Homem Negro, Negro Homem: Masculinidades e Feminismo Negro em Debate*. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 25, nº 1, p. 73-97, jan./abr. 2017.
- CRENSHAW, Kimberlé W.. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*, 1989 U. Chi. Legal F. 139 (1989).
- DAVIS, Angela Y.. *Women, Race, and Class*. New York: Vintage, 1983.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008.
- HOOKS, Bell. *We real cool: black man and masculinity*. New York: Routledge, 2004.
- MILLS, Charles. W. *O contrato racial*. 1a Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In. CLACSO (ed). *Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas*, 2005.
- ROBINSON, Cedric J. *Marxismo Negro: A criação da Tradição Radical Negra*. Trad. Fernanda Silva e Sousa, Caio Neto dos Santos, Margarida Goldszajn. São Paulo: Perspectiva, 2023.

Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. O *Second Life* é um ambiente virtual tridimensional criado em 1999 e lançado em 2003 pela Linden Lab, onde avatares interagem simulando relações sociais humanas.

2. As *lands* no *Second Life* são parcelas de terreno virtual que podem assumir a forma de praias, cidades, ruas, montanhas, propriedades urbanas ou rurais, dentre outras.

3. *Ageplay* é uma prática interpretativa em que adultos assumem, voluntariamente, personagens de idades diferentes da sua, podendo representar desde crianças até pessoas idosas.

4. *Cuckold* é um termo que se refere, originalmente, a um homem cuja parceira tem relações com outra pessoa. Com o tempo, a palavra passou a ser usada também para descrever uma fantasia ou dinâmica consensual entre adultos, na qual um parceiro sente excitação ao saber, ver ou imaginar sua parceira envolvida sexualmente com outra pessoa.

5 BNWO é a sigla para *Black New World Order* (Nova Ordem Mundial Negra). Trata-se de um fenômeno discursivo e imaginário que circula principalmente online, em fóruns, redes sociais e jogos, muitas vezes associado a pornografia interracial, memes e narrativas de fantasia sexual racializada.

6. *Black Buck*, também chamado de *Big Black Buck*, é um estereótipo racista que retrata homens afro-americanos como grandes, agressivos e sexualmente vorazes, especialmente em relação a mulheres brancas.

7. Negro escravizado visto como perigoso e indomável; alguém que deve ser contido, uma vez que, teoricamente, possui instintos sexuais que seriam uma ameaça de perversão para as filhas e esposas dos senhores brancos.

8. *Roleplay* ou RPG (Role-Playing Game), em ambientes virtuais, é uma atividade na qual os participantes assumem papéis de personagens em um cenário narrativo, agindo, interagindo e tomando decisões como se fossem essas personagens.

9. BBC é um acrônimo comumente utilizado na indústria pornográfica e em contextos de fetiche para se referir ao pênis de homens negros, com a conotação específica de que ele é grande (*Big*).

| Sobre as pessoas autoras

Abraão Filipe Marques de Oliveira

Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades.

Amanda Maria de Sobral Gomes

Jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisa com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Integrante do grupo de pesquisa Coragem-UFMG.

Déborah Médice Silva

Artista visual, poeta e graduada em Comunicação Social - Jornalismo e mestre em Educação pela Universidade Federal de Viçosa, doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Enzo Menezes

Mestrando em Comunicação Social no PPGCOM/UFMG na Linha Textualidades Midiáticas. Integra o Ex-Press (Grupo de Pesquisa em Historicidades das Formas Comunicacionais). Investiga a imprensa na época da fundação de Belo Horizonte.

Fernanda Couzemenco Ferreira

Jornalista ecofeminista e pesquisadora. Doutoranda em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG), bolsista CAPES. Coordenadora de Comunicação do Programa de Extensão e Pesquisa da UFES Fordan: cultura no enfrentamento às violências.

Fernanda Mudesto Passos

Doutoranda e mestra pelo PPGCOM-UFMG. Publica trabalhos com temáticas ligadas a gênero, poder e violência, com foco nas dinâmicas de subordinação em jogos digitais. Integra o Coletivo Marta e o JOGUIN.

Gustavo Souza Santos

Doutor em Desenvolvimento Social (Unimontes) e doutorando em Comunicação Social (UFMG). Professor dos cursos de graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e de Arquitetura e Urbanismo do Afya Centro Universitário Montes Claros (Afya Montes Claros). Pesquisador associado do Núcleo Citadino (Unimontes).

Maria Fernanda de Oliveira-Ruas

Bacharela em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestra e doutoranda em Comunicação pela Universida-

de Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa Comunicação, territorialidades e vulnerabilidades. Atualmente, é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Pedro Henrique Magalhães Mendonça

Doutorando em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pelo PPG-COM/UFMG. Mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UFOP. Graduado em Jornalismo pela UFOP. Integra os grupos de pesquisa Escutas (UFMG), JorNaL (UFOP) e ReparAÇÃO (UFMG). Bolsista CAPES Proex.

Aryanne de Oliveira Araújo é doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com bolsa Capes Proex, na linha de pesquisa Textualidades e Materialidades da Comunicação. Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) com bolsa Fapemig. Integra os grupos de pesquisa Insurgente (PPGCOM/UFMG) e Ponto: afetos, gêneros, narrativas (PPGCOM/UFOP). Dedicase ao entrelaçamento entre teorias da comunicação, linguagem audiovisual e construções das noções de gênero, em diálogo com a perspectiva teórica feminista.

Fernanda Shelda de Andrade Melo é doutoranda e mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ligada à linha de Comunicação, Territorialidade e Vulnerabilidades. Além de bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), faz parte do Grupo de Pesquisa em Instituições, Públicos e Experiências Coletivas (IPÊ).

Letícia Araújo Resende Guimarães Pereira é mestranda em Comunicação Social, na linha de pesquisa Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com bolsa Capes Proex, e bacharel em Jornalismo (UFV). Integrante do Coletivo de Pesquisa e Ação em Contextos de Risco - Corisco (UFMG). Desloca-se o olhar as latências, divergências e confluências comunicacionais que emergem e se fazem presentes na teia da segurança pública brasileira, com foco nas discussões sobre drogas, violências e práticas criativas e estratégicas de contraconduta.

Pabline Cota Felix é graduada em Jornalismo/Comunicação Social (2010/UFMG) e mestranda no PPGCOM/UFMG na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. É integrante do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME), onde investiga a luta por reconhecimento empreendida por grupos vulnerabilizados socialmente, como a das Pessoas Com Deficiência.

Esta coleção abriga coletâneas temáticas, abrangendo fenômenos, perspectivas teóricas e estudos em Comunicação e áreas afins.